

Florianópolis, dezembro de 1998



Ano XV, Número 2

ZERO



CRIMES DE ESTADO

O caso Pinochet e nosso ex-ministro
trapalhão reacendem o tema

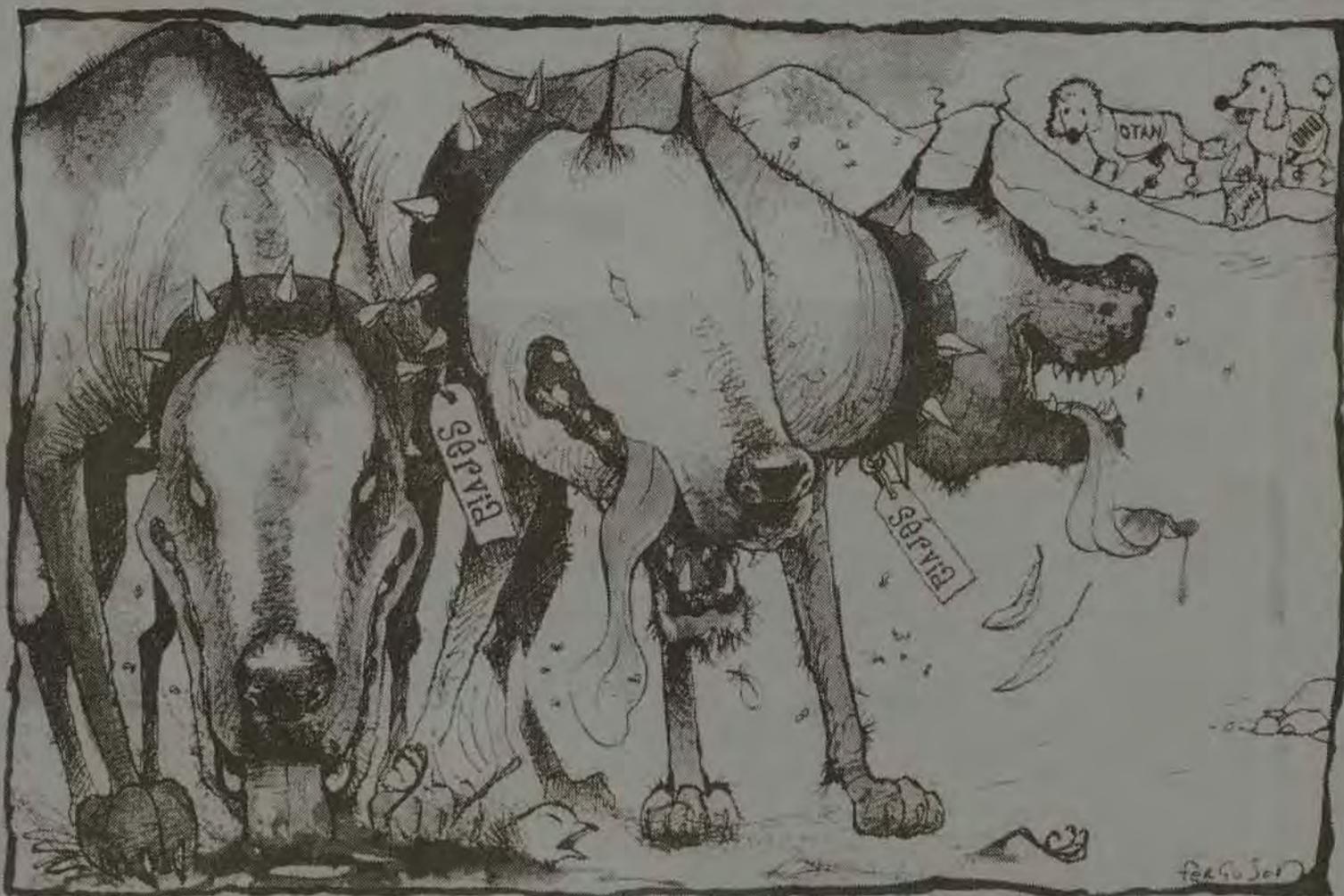
ZERO

ANO XV - Nº 2
DEZEMBRO 98
CURSO DE JORNALISMO
CCE - COM
UFSC

Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI
Set Universitário
88, 89, 90, 91, 92 e 98

Jornal-laboratório do
Curso de Jornalismo da
Universidade Federal de Santa Catarina
editado pelo
Laboratório de Infografia

Arte: Romeu Martins
Colaboração: Paulo Caruso, Luiz Mazzon, Noam Chomsky, Rikio Iitajo, Professores Lauro Maeda, Nilson Lage
Direção de arte e de redação: Prof. Ricardo Barreto
Edição: Adriana de Souza, Alana Coutinho, Alexandre Brandão, Alexandre Mendonça, Anaeris Oliveira, Ana Letícia da Rosa, André Luckman, Angela Delpizzo, Breno Morozowski, Bruno Durigali, Camille Reis, Carolina de Assis, Cassiano Rolim, Clarissa Moraes, Debora Tozzo, Dubes Sonego Jr., Eduardo Kormives, Fabrício Rodrigues, Fernanda Farias, Filipe Bezerra, Frederico Carvalho, Gabriela Capani, Geamime Martins, Giuliano Ventura, Gisela Klein, Gustavo Lemos, Gustavo Schwabe, Hugo de Oliveira, Janaina Berti, José Lacerda, Larissa Junkes, Laura Meyer, Leonardo Collares, Leyla Spada, Luciene Barros, Luciane Fromholz, Marcela Albuquerque, Mariana Cordeiro, Matheus Boing, Mauricio Giraldi, Natalia Viana, Pedro Valente, Renata Domingues, Rodrigo Deda, Rogério Kiefler, Romeu Martins, Sabrina Moraes, Sabrina Petermann, Salvador Gomes, Sara Faraci, Sara Stopazzoli, Silvio Smaniotto, Sônia Campos, Valdeir Becker
Editoração eletrônica: Camille Reis, Carolina de Assis, Fábio Fava, José Lacerda, Natalia Viana, Pedro Valente (Serifos), Adriana de Souza, Alana Coutinho, Alexandre Mendonça, Alexandre Brandão, Anaeris Oliveira, Ana Letícia da Rosa, André Luckman, Breno Morozowski, Bruno Durigali, Camilla Gallo, Camilla Olivo, Cassiano Rolim, Clarissa Moraes, Gleide Klock, Debora Tozzo, Dubes Sonego Jr., Eduardo Kormives, Fabrício Rodrigues, Fernanda Gudi, Filipe Bezerra, Frederico Carvalho, Gabriela Capani, Geamime Martins, Giuliano Ventura, Gisela Klein, Gustavo Lemos, Gustavo Schwabe, Hugo de Oliveira, Jade Martins, Janaina Berti, Larissa Junkes, Laura Aitones, Leonardo Collares, Leyla Spada, Luciene Barros, Luciane Fromholz, Marcela Albuquerque, Mariana Cordeiro, Mauricio Giraldi, Renata Nymberg, Rodrigo Deda, Sabrina Petermann, Sabrina Moraes, Salvador Gomes, Sara Faraci, Sara Stopazzoli, Silvio Smaniotto, Sônia Campos, Valdeir Becker, Wagner Maia
Fotografia: Alexandre Vazini, Gleide Klock, Dubes Sonego Jr., Fábio Mayer, Filipe Bezerra, Gustavo Schwabe, Ramiro Pissetti, Wagner Maia
Secretaria de redação e infografia: Pedro Valente
Serviços editoriais: Agência Estado, American Photo, Associated Press, Clarin, Financial Times (UK), Isto e, Isto é Duitheiro, Jornal do Brasil, Observatório da Imprensa, Revista Notícias (AR), S.L.P.
Textos: Alexandre Brandão, Ana Letícia da Rosa, André Fischer, Camilla Gallo, Camilla Olivo, Carla Romoato, Cid Guesser, Gleide Klock, Debora Tozzo, Fabrício Rodrigues, Fernanda Souza, Filipe Bezerra, Gabriela Capani, Giuliano Ventura, Hugo de Oliveira, Jade Martins, Leonardo Collares, Leyla Spada, Luciene Barros, Marcela Albuquerque, Mariana Cordeiro, Natalia Viana, Patrick Cruz, Ramiro Pissetti, Rogério Kiefler, Romeu Martins, Rubia Mutini, Salvador Gomes, Tania Winters, Valdeir Becker
Tratamento de imagens: Fábio Fava, José Lacerda, Pedro Valente
Pré Press: Arline
Impressão: Diário Catarinense
Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-COM), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC
Telefones: (048) 331-9490 e 331-9215
Fax: (048) 331-9898
Home Page: www.cce.ufsc.br/~com1
E-mail: zero@cce.ufsc.br
Circulação: gratuita e dirigida



É tempo de punir crimes de Estado

Perdoe leitor, nossa edição natalina está salgada mas real. Assim como temos um compromisso com a verdade, também o temos com a defesa do espaço público, da cidadania, da liberdade de informar e informar-se e, certamente, também com os direitos humanos e a justiça. Assim, nos preocupam (e causam indignação) tanto os assassinatos, em níveis alarmantes, de jornalistas no continente quanto os crimes impunes de tiranos como Augusto Ugarte Pinochet contra seus cidadãos - e de outros países. Como não passa despercebida a atuação aética de membros do primeiro escalão do governo federal. O próprio presidente, antes de atacar a imprensa que jamais foi tão adesista (ou seria aderente?), poderia preocupar-se em impor a justiça para os assassinos dos oito jornalistas brasileiros mortos nos recentes três

anos. Como se não fosse pouco o descaso para com milhões de cidadãos.

Crimes de Estado, é certo, são tão ancestrais quanto a humanidade. A diferença é que com a velocidade que trafegam as informações na atualidade, começa a ficar mais difícil ocultarem-se os transgressores e seus crimes. Pinochet, ironicamente, teve prisão solicitada por provas incluídas entre cinco toneladas de documentos abandonados pelo regime paraguaio e resgatadas por entidades de defesa de direitos humanos. Se comparado com as 60 milhões de vítimas soviéticas de Stalin, as mais de seis milhões de Hitler, o ex-general e senador vitalício chileno é filhote. Mas a fria aritmética não se aplica neste caso. Os três mil mortos chilenos, conforme dados oficiais, foram torturados, em sua maioria, antes de morrer. E isto merece

punição, mesmo para um fragilizado senhor de 83 anos. Se os nazistas cumpriram suas penas mesmo em avançada idade, por que seria diferente com nosso general latinoamericano? Cortes internacionais já existem, resta saber se os tiranos de todas latitudes serão julgados indistintamente.

Assim como estamos solidários com vítimas chilenas, bósnias, timorenses, não podemos nos omitir diante do brutal assassinio do fotógrafo argentino Jose Luiz Cabezas ou de seu colega brasileiro Miguel Pereira de Melo, primeiro a testemunhar a chacina de Eldorado dos Carajás. Todos seres humanos com seus direitos, pior que desrespeitados, não protegidos. É aqui onde falha o Estado. Torcemos para que mudanças não precisem aguardar a virada do século.

Só em oito anos, 205 jornalistas foram mortos na AL

Reunida em Punta del Este, Uruguai, entre os dias 14 e 18 de novembro, a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) denunciou um "alarmante aumento" de assassinatos e hostilidades a jornalistas, e a impunidade de que gozam seus autores na maioria dos casos.

Segundo os números apresentados na 54ª assembleia geral da SIP, 26 jornalistas foram mortos na América Latina no último ano, elevando para 205 o número de profissionais assassinados na última década. No Brasil, desde 1995 oito jornalistas foram assassinados, sendo que quatro deles entre outubro de 97 e outubro deste ano (veja texto na página oito). Nenhum caso foi julgado, ficando os assassinos impunes.

A Comissão de Liberdade de Imprensa do Brasil enviou um documento à SIP afirmando que "a liberdade de imprensa brasileira encontra-se afetada pelas pressões e atos de violência contra jornalistas e absoluta impunidade dos crimes cometidos contra homens da imprensa". O relatório continha várias páginas detalhando agressões contra jornalistas, investigações de homicídio paralisadas e sentenças judiciais que con-



tradiziam a liberdade de expressão. Como exemplo, o documento citou o caso de um jornalista do Piauí que foi agredido pelo assistente do vice-governador - um policial militar que também ameaçou de morte um comentarista de rádio. As denúncias foram reforçadas pelo presidente da Associação Nacional de Jornais, Paulo de Araújo, que lembrou a apreensão de jornais como "outro atentado contra as pessoas da comunicação".

A assembleia da SIP também incluiu entre as ameaças ao livre exercício do jornalismo as legislações que permitem condenar os meios de

comunicação a pagar indenizações por danos morais. Um relatório sobre a situação do Brasil mostrou que juizes têm determinado altas indenizações. Além disso, tramita no Congresso um projeto de lei propondo que não haja limites a esse tipo de indenização, o que coloca em risco a sobrevivência das empresas de comunicação. Em resolução dirigida à Comissão de Liberdade de Imprensa, a SIP sugeriu que sejam feitos estudos de caráter jurídico para identificar os países que permitem indenizações que limitam a ação de repórteres e jornalistas.

O subdiretor do semanário espanhol El Mundo, John Muller, pediu a seus colegas da América que retornem à sua missão - dar notícias - para recuperar o público. "Voltemos às raízes e deixemos de lado os cantos de sereias dos consultores de marketing". Para ele, é imprescindível que os jornais se dediquem a investigar e saiam à frente das rádios e TVs, para não apenas repetir, a cada dia, o que já foi amplamente difundido na noite anterior. "As pessoas têm a sensação que lhes estamos escamoteando a realidade. O mundo está aí e podemos contá-lo."

O GRAMPO

Ministro das Comunicações tentou favorecer consórcio na privatização da Telebrás, teve suas conversas gravadas, saiu do governo e eliminou qualquer chance de uma CPI

Primero foi o Proer, que deu R\$ 12 milhões para o Banco Nacional, um dos financiadores da campanha presidencial de FHC em 1994. Mais tarde, durante a luta pela aprovação da reeleição, foi descoberta uma lista de deputados que deviam ao Banco do Brasil e estariam sendo acudados a votar a favor da emenda. Em seguida, o jornalista da Folha de S. Paulo, Fernando Rodrigues, gravou a confissão dos deputados federais Ronivon Santiago (PFL-AC) e João Maia (PFL-AC), dizendo que haviam recebido R\$ 200 mil de Sérgio Motta para ajudar a aprovar a reeleição. Os dois renunciaram a seus cargos e as investigações foram devidamente esquecidas.

Agora, mais um escândalo com dois novos personagens: o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende. Tudo começou quando o telefone da sala de Resende foi grampeado, não se sabe por quem, e conversas sobre a privatização da Telebrás foram gravadas. Até aí, o crime seria apenas do autor do grampo. Entretanto, o teor das conversas entre Mendonça de Barros, Resende, o diretor da área internacional do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, e Pêrsio Arida, do banco Opportunity, participante de um consórcio que ficou com a Tele Centro Sul, mostram que pode haver algo de muito podre no reino de FHC.

Nas fitas divulgadas pela revista Veja, nota-se que André Lara Resende e Mendonça de Barros, ex-sócios de Pêrsio Arida no banco Matrix, trabalharam para ajudar o consórcio formado pelo banco Opportunity e pela Telecom Italia. Em uma das gravações, os dois fazem um acerto para enganar o outro concorrente, o consórcio Telemar, mentindo sobre o preço oferecido pelo Opportunity. Outra ligação gravada mostra o presidente do BNDES falando com Pêrsio Arida e prometendo que, em caso de vitória do Telemar, pediria a intervenção do próprio presidente.

Outra gravação, Mendonça de Barros - que teve seus quinze minutos de fama em outubro quando se hospedou em um hotel em Madri e teve as despesas pagas pela Telefônica da Espanha - pede a Ri-

cardo Sérgio de Oliveira que o Banco do Brasil sirva de fiador ao Opportunity para que o banco possa participar do leilão de privatização. Sérgio de Oliveira diz estar agindo "no limite da irresponsabilidade" por já ter dado carta de fiança ao Opportunity.

Para infelicidade dos envolvidos, o consórcio Opportunity/Telecom Italia não pôde abocanhar a Tele Norte Leste, por ter adquirido as telefônicas do Sul e Centro-Oeste, ficando impedido de concorrer em outras áreas. Isso aconteceu porque a Telemar fez uma proposta pela Tele Centro Sul sem consultar seus sócios, por medo de ficar sem sua fatia no bolo das telecomunicações brasileiras. Não fosse isso, o consórcio teria ficado com as 16 empresas da Tele Norte Leste, já que sua proposta para a área tinha 20% de ágio, bem maior do que a vencedora.

As 16 empresas acabaram sendo compradas por R\$ 3,4 bilhões, com apenas 1% de ágio, pelo Telemar, formado pelas empresas La Fonte, Andrade Gutierrez, Inepar, Previ (fundo de aposentadoria dos funcionários do Banco do Brasil), e duas seguradoras, também do BB. Mendonça de Barros parece não ter ficado satisfeito, tanto que não aceitou a equipe de diretores proposta pelo consórcio para administrar a empresa.

A derrota inicial dos italianos, no entanto, não foi definitiva. O BNDES já se mostrou interessado em vender sua participação de 25% no Telemar, portanto na Tele Norte Leste, para ninguém mais, ninguém menos do que a própria Telecom Italia. A empresa italiana trabalha agora para convencer a Agência Nacional de Telefonia (Anatel) de que é proprietária, mas não a controladora, da Tele Centro Sul, logo poderia adquirir parte do controle de outra região.

As fitas e as ações dos envolvidos demonstram: 1) que funcionários do primeiro escalão do governo tentaram manipular o resultado da venda das telefônicas; 2) que essa manipulação só não teve sucesso porque os sócios do Opportunity trocaram os pés pelas mãos; 3) que o presidente errou, ou por omissão, ou por incompetência, talvez má fé, na escolha de assessores do primeiro escalão.

No dia 19 de novembro o ministro das comunicações foi até o

Senado e falou durante quatro horas e meia. Quatro dias depois foi afastado do Governo. Com ele saíram o presidente do BNDES, André Lara Resende, e José Pio Borges, vice-presidente do banco. Ao que parece, esvaziaram as possibilidades de instalação de uma CPI. Agora tudo pode ser varrido para debaixo do tapete, como sempre tem acontecido.

Entretanto, a posição de FHC nesse caso continua mal explicada. Será possível ele não ter tomado conhecimento do que se fazia por debaixo dos panos durante a venda da Telebrás, maior privatização de seu governo? Então a situação é preocupante, pois estamos sendo governados por um homem que não quis saber de tudo o que acontecia em um negócio de R\$ 22,057 bilhões, valor final conseguido pelo sistema Telebrás.

Além disso, é difícil acreditar que o ministro das Comunicações não contaria sobre suas armações ao chefe. Afinal, segundo informa a coluna de Dora Kramer, no Jornal do Brasil de 20 de novembro, FHC e Mendonça de Barros mantêm um relacionamento bastante próximo. Tanto que, no mesmo dia 20 de novembro, ao invés de apresentar uma carta de demissão, Mendonça de Barros preferiu oferecer seu cargo em uma conversa com FHC. Ele diz que fez isso porque entre os dois "as coisas não são assim tão formais".

FHC teria sido enganado por um amigo, justamente o escolhido para substituir Sérgio Motta, o principal homem de confiança do presidente? Ou teria sido conivente com as armações? As respostas para estas e outras perguntas, como a origem do dinheiro para a compra de votos para a emenda da reeleição, continuarão sem resposta.

Preocupados com o caso, os promotores da república Rogério Nascimento, Daniel Sarmento e Flávio Paixão, do Rio de Janeiro, resolveram abrir um inquérito para apurar se houve favorecimento a algum dos participantes no leilão da Telebrás. Eles pretendem tomar o depoimento dos principais envolvidos no caso e solicitar ao BNDES e ao Banco do

Brasil os documentos referentes à venda da estatal.

Talvez eles precisem investigar também o que levou empresas nacionais e multinacionais do setor de telecomunicações a investir R\$ 2,8 milhões, atendendo a pedidos de Mendonça de Barros, em uma campanha publicitária que procurava mostrar os benefícios de se privatizar a Telebrás. Segundo o jornal A Notícia (22/11/98), as empresas utilizaram uma organização não governamental, a Brasil 2000, para contratar a agência DM-9, a mesma que fez a campanha de FHC. O jornal diz ainda que as investigações tentam comprovar que a ONG recebeu R\$ 500 mil do Opportunity.

Mas não é só de grampos telefônicos que vive o governo FHC. Recentemente surgiu a notícia de um dossiê de 400 páginas sobre a possível existência de uma empresa nas ilhas Cayman, um paraíso fiscal, em nome de Mário Covas,



Arida, Resende e Mendonça ultrapassaram o limite da irresponsabilidade

FHC, Sérgio Motta (morto em abril) e José Serra. A empresa, registrada com o nome de CH, J&T, teria um saldo bancário de US\$ 368 milhões.

Os papéis continuam secretos, já que foram mostradas apenas algumas páginas xerocadas, mas a imprensa já deu seu veredicto: são falsos. Não há necessidade de investigação, que afinal poderia manchar a imaculada figura de FHC, e o caso não deve ser levado a sério. O diretor geral da Polícia Federal, Vicente Chelotti, chegou a ter seus minutos de notoriedade, quando disse que iria interrogar todos os possíveis envolvidos na história do dossiê, e desastrosamente falou em tomar o depoimento de FHC. Obviamente foi afastado das investigações, agora a cargo do delegado da PF, Paulo de Tarso Teixeira.

Rogério Kiefer



Força bruta marcou regime no Chile

A tirania de Pinochet não teve limites. Nem morais, nem humanos ou geográficos. Matar e torturar cidadãos chilenos, e até estrangeiros dentro das fronteiras do país já se tornara uma bárbara rotina. O ditador queria mais. Buscou seus oponentes pelo mundo todo.

Foi em Washington que morreu Orlando Letelier, 44 anos, ex-chanceler, ex-embaixador do Chile nos EUA e ex-ministro da Defesa. Uma bomba explodiu seu carro, um Chevrolet Chevelle azul, quando ia para o trabalho no Instituto de Estudos Políticos, no dia 21 de setembro de 1976. Na explosão, além do ex-ministro, morreu também sua secretária americana, Ronni Karpen Moffitt, de 25 anos.

A morte de Letelier era pressentida e anunciada. Dois anos antes, ele dissera a amigos que não se sentia em segurança para viver no Chile. Recém saído da prisão, onde ficara por um ano, depois da deposição de Allende, procurou proteção na Venezuela. Em seguida, mudou-se para os Estados Unidos.

Sabia ou previa que ia morrer. Declarou a um jornalista americano que a Dina, a temível polícia secreta chilena ia lhe matar. Tinha razão.

Dez dias antes o governo chileno havia cassado sua cidadania e as ameaças de morte, segundo amigos, tinham aumentado. Avisavam, anonimamente, que morreria se não "parasse de prejudicar o Chile no exterior". Ele não parou.

Nos últimos meses antes de sua morte, Letelier tinha se transformado num feroz crítico e ativo divulgador das atrocidades cometidas pela ditadura no Chile. Como se isso só não bastasse para aumentar a ira de Pinochet e seus aliados, Letelier tomou a si a tarefa de reunir os chilenos exilados para juntar forças contra os abusos da junta militar.

Aparentemente, foi a gota d'água para ter seu nome incluído na lista de pessoas, desafetas de Pinochet, que acabaram vítimas de atentados.

Os EUA não saíram limpos desse atentado. O Departamento de Justiça, alertado pelo deputado Donald Fraser, sabia da presença, no país, de um importante chefe da Dina, acompanhado de quatro homens e uma mulher, desde o dia 25 de agosto daquele ano. Até a data do atentado, o FBI não tinha tomado nenhuma providência. E o ex-ministro de Allende foi brutalmente assassinado.

Esse era o método do hoje octogenário ex-ditador. Realizava uma verdadeira caçada, no sentido mais literal da palavra, a todos os oponentes ao regime de Santiago. Não teve por ninguém a clemência que hoje implora para si. Letelier foi só um dentre muitos.

O emblema nacional do Chile traz o lema - "Pela razão ou pela força". Com Pinochet, foi pela força. Bruta

Lúcia Barros

Pinochet deve pagar pela ditadura

Sem a imunidade internacional, ex-ditador é preso na Inglaterra

Londres, sexta-feira,
16 de outubro de 1998.

A pedido de um juiz espanhol, a polícia inglesa deu ordem de prisão a um dos mais sanguinários ditadores latino-americanos que imperaram durante os anos de chumbo, Augusto Pinochet Ugarte, ex-presidente do Chile, que liderou o golpe militar no país em 1973, instaurou uma das mais violentas repressões na América do Sul e se auto-proclamou senador vitalício do país, há pouco mais de cinco meses. Por trás da figura frágil de um senhor de 82 anos de idade que foi à Inglaterra para ser operado de uma hérnia, está a principal figura política chilena das últimas décadas, responsável pela morte de mais de três mil pessoas, entre chilenos e estrangeiros.

Baltazar Garzón, o juiz que deu a ordem de prisão à Pinochet, já planejava essa manobra há 18 meses. No início do ano passado, o advogado chileno e consultor da ONU Hernán Montealegre ligou para Garzón, na Espanha. A conversa foi curta e direta. Ambos estudavam uma ação juridicamente legítima para prender o ex-ditador chileno.

Conhecido por intervir em outros casos internacionais, Baltazar Garzón tem um vasto apoio dentro da Espanha, como um dos militantes da Esquerda Unida, União Progressista de Fiscais e de inúmeras associações argentino-chilenas que apoiam sua batalha. Mais forte do que isso, é o provável respaldo internacional que o juiz detém, principalmente do governo Clinton e da própria CIA.

A oportunidade apareceu em outubro deste ano,

quando, apenas com o cargo de Senador Vitalício, Pinochet viajou à Inglaterra por razões pessoais, o que não lhe garantia imunidade internacional. Para legitimar a ordem de prisão, Garzón se baseou na Operação Condor, conhecida atualmente por Mercosul do Terror, que reuniu membros dos governos militares do Chile, Argentina e Uruguai. A integração entre os regimes permitia que as polícias secretas e os serviços de inteligência de cada país fossem buscar opositores e "subversivos" nos territórios vizinhos. Vários chilenos foram presos em países do Cone Sul.

A Operação Condor começou a funcionar a partir do golpe militar na Argentina, em 1976, e teve como uma das principais executoras a Dina, a polícia secreta do Chile, que coordenava a repressão latino-americana. Entre dezenas de contatos feitos pelo juiz Garzón, está o da advogada chilena Fabiola Letelier, irmã do chanceler Orlando Letelier, assassinado em Washington por membros da Dina.

A prisão de Pinochet na Inglaterra reabriu uma discussão jurídica que não é nova: se os crimes devem ser julgados pelas leis do país onde foram cometidos ou se devem ser julgados pelas leis do país das vítimas. Para o advogado argentino Rosendo Fraga, "o problema é que os juizes indi-

viduais de cada país exercem sua jurisdição em outros países sem haver sequer um sistema jurídico internacional".

Mesmo idoso e com a saúde debilitada, a imagem de Augusto Pinochet não causa comoção. Pelo menos não naqueles que se lembram dos tempos de tirania que dominaram 17 anos da história do Chile. Ex-aliado do ex-presidente socialista Salvador Allende, o general Pinochet assumiu o poder no país na noite de 11 de setembro de 1973, quando tropas militares tomaram de assalto o Palácio de La Moneda e as principais ruas de Santiago. O gol-

jurisdição para julgar fatos internacionais. O comunicado afirma que, além de constranger o exército, a prisão de Pinochet iria mobilizar a opinião pública a favor do ex-ditador. Segue trechos do comunicado:

"No dia 16 de outubro, na cidade de Londres um juiz da Corte de Magistrados ordenou a retenção do ex-comandante-chefe do exército e senador capitão general Don Augusto Pinochet Ugarte, na clínica particular na qual se encontra hospitalizado como consequência de uma recente e delicada intervenção cirúrgica".

Esta ordem judicial foi originada a

suntos de outros países. Outro trecho se refere à recepção inglesa ao presidente Carlos Menem, da Argentina, nação que provocou a guerra das Malvinas, contra os britânicos.

"Eu tenho mais motivos do que muitas pessoas para lembrar que o Chile, liderado na época pelo general Pinochet, foi um bom amigo deste país durante a guerra das Malvinas. Devido à ele, a guerra foi encurtada e muitas vidas britânicas foram salvas.

Haviam inúmeras acusações de abusos de direitos humanos no Chile e atos de violência em ambos os lados da divisão política. De qualquer forma, a população chilena, ao longo de governos democráticos eleitos sucessivamente, determinou como eles deveriam resolver os acontecimentos do passado. Uma parte essencial deste processo foi o estabelecimento do status do general Pinochet e não dá direito à Espanha, Inglaterra ou de nenhum outro país interferir no que é assunto interno do Chile.

O general Pinochet deve ser liberado para voltar ao seu próprio país. Na próxima semana, a Grã-Bretanha vai receber o líder democraticamente eleito de um país que legalmente invadiu território inglês, causando a perda de mais de 250 vidas britânicas. Seria desastroso pregar reconciliação com um, enquanto mantém em cativeiro quem, durante o mesmo conflito, fez muito para salvar muitas vidas britânicas."

Londres, sábado
7 de novembro de 1998

Após três semanas detido na Inglaterra, o ex-ditador Augusto Pinochet divulga um comunicado às vésperas da decisão de um recurso a ser julgado pela Câmara dos Lordes. Segundo o comunicado, Pinochet se diz traído por um país que ele apoiou durante a guerra das Malvinas e sempre teve boas relações com o Chile. "Jamais acreditei que pudesse ser objeto de espúrias tentativas de juizes estrangeiros de julgar-me por acusações nunca foram comprovadas".

Dias antes de escrever o comunicado, a Alta Corte britânica o considerou imune das acusações de genocídio, por ter sido chefe de Estado na época dos milhares de assassinatos. O juiz Baltazar Garzón recorreu à Câmara dos Lordes, formada pela elite jurídica da Grã-Bretanha, para confirmar ou não o pedido de extradição de Pinochet à Espanha.

A Câmara dos Lordes é formada por juizes em torno de 60 anos, brancos, formados em Universidades como Oxford e Cambridge. No ano passado, devido a uma decisão polêmica, o jornal *The Mirror* chamou os juizes de "cinco patetas ricos e velhos distantes do mundo real". A decisão da Câmara dos Lordes depende de maioria simples e não tem prazo definido para ser divulgada. O destino do general mais violento dos regimes militares sul-americanos está portanto, nas mãos de velhos patetas e abonados, que não têm a menor pressa.

Fabrizio Rodrigues



Exército chileno já ameaça com novo golpe caso não saia a libertação

pe foi estruturado dias antes, na cidade litorânea de Viña del Mar, com a presença de militares dos Estados Unidos. O golpe de estado foi providencial para os interesses dos norte-americanos, que detinham cerca de três mil empresas no Chile e que temiam o programa do governo local, que vinha sucessivamente estatizando-as.

A violência das tropas de Pinochet fez com que o então presidente Allende fosse morto no palácio de La Moneda. Nebulosa, a versão oficial afirmou que ele havia se suicidado com a arma que seu amigo Fidel Castro havia lhe presenteado. A partir do ano que vem, o dia do aniversário do golpe militar não será mais comemorado como feriado nacional. Um feriado ultrajante, que serve mais para lamentar as vítimas do que para lembrar o golpe político-militar.

Santiago, sábado,
17 de outubro de 1998

Um dia depois da polícia inglesa anunciar a detenção de Augusto Pinochet, o exército chileno publicou um comunicado oficial à imprensa dizendo que o senador estava na Inglaterra em missão diplomática e que, portanto, não poderia ser preso. Além disso, chamou o sistema judiciário espanhol de incompetente e sem

partir de uma petição do juiz espanhol Baltazar Garzón, transmitida via Interpol a Londres. O Estado do Chile se pronunciou oficialmente no sentido de que os tribunais espanhóis carecem de competência e jurisdição para conhecer os feitos ocorridos em outros Estados.

O ex-presidente da República se encontra nomeado como "Embaxador extraordinário e plenipotenciário em missão especial do Governo do Chile", no Reino Unido, segundo consta em seu passaporte diplomático. Como não escapará da compreensão da opinião pública as circunstâncias que cercam a situação denunciada, constituem um ato insólito e inaceitável para os integrantes da instituição, toda vez que não levar em consideração a dignidade do ex-comandante-chefe, ex-presidente da República e senador em exercício, com o agravante de se encontrar numa situação indefesa e fora de seu país.

Londres, quinta-feira,
22 de outubro de 1998

O jornal inglês *Sunday Times* publica uma carta de apoio da ex-primeira ministra Margaret Thatcher ao general Augusto Pinochet, na qual afirma que a Inglaterra não deve se intrometer em as-

Dama de ferro quer salvar o tirano

Argumento da defesa de Thatcher poderia redimir até Adolf Hitler

A carta mandada pela ex-Primeira Ministra britânica Margaret Thatcher pedindo a libertação do senador vitalício Augusto Pinochet por motivos "humanitários". O candidato da esquerda para as próximas eleições presidenciais chilenas, o socialista Ricardo Lagos, pediu uma intervenção de seu amigo Fernando Henrique Cardoso favorável à Pinochet alegando os mesmos motivos de Thatcher. Questões humanitárias? O governo do ex-general chileno foi o maior violador dos direitos humanos na América do Sul durante as décadas de repressão. Pedir a libertação do sanguinário Augusto Pinochet alegando que sua prisão é um crime humanitário só pode ser prada de mau gosto.

Responsável pelo desaparecimento de 3.197 pessoas (destes, 2.095 oficialmente declarados mortos) durante os 17 anos de seu governo, Pinochet é acusado pela organização de Direitos Humanos do Chile de desrespeitar diversos tipos de direitos civis, tais como violação do direito à vida, da integridade física, de liberdade pessoal, segurança e direito de viver no próprio país. Fora essas acusações, recaem sobre o ex-ditador outras responsabilidades, como terrorismo de estado e perseguição político-ideológica. O Brasil também pode pedir extradição do general. Foi divulgada uma lista de cinco brasileiros mortos durante a ditadura chilena: Túlio Roberto Cardoso, Luis Carlos Almeida Nelson Souza, Válio José Matos, morto no Estádio Nacional, e Jani Vanni, jornalista, morta na cidade de Concepción. Todos eles foram presos ou seqüestrados antes de serem assassinados, logo nos primeiros e mais violentos meses da ditadura militar.

Vítimas - O relatório dos direitos humanos emite uma grande lista de vítimas do seu governo, além dos grupos que eram perseguidos. Listam no relato-

rio, líderes, colaboradores e simpatizantes do governo da Unidade Popular; pessoas com qualquer grande envolvimento com partidos de esquerda; ativistas dos Direitos Humanos; simpatizantes e militantes do movimento a favor da reforma agrária, etc.

O governo Pinochet também tachou como alvos, representantes da cultura, intelectuais, professores e estudantes contrários ao regime despótico implantado. Nem o compositor Victor Jara escapou da violência. Os torturadores quebraram seus dedos e depois obrigaram Jara a tocar violão. Foi levado para o Estádio Nacional do Chile - transformado em campo de concentração - e morto dias depois. Além de pôr todos os partidos e organizações de esquerda na clandestinidade, o governo de Pinochet se especializou em matar e sumir com os subversivos. Os partidos Socialista e Comunista perderam ao todo 758 membros, ou seja, 16% do total. Nos primeiros quatro meses depois do golpe, mais pessoas foram assassinadas do que em qualquer outro ano do regime. Durante esses meses, as sessões de tortura eram descontroladas e causavam mais mortes do que o próprio governo queria. Os métodos de repressão se tornaram gradualmente mais sofisticados, principalmente a partir da criação do serviço de inteligência da DINA em 1974.

As primeiras vítimas do novo regime foram escolhidas antes da "operação-golpe" estar terminada. Eram em torno de 50 ministros e conselheiros do governo, membros da segurança pessoal de Allende, oficiais e investigadores da polícia chilena, que foram detidos no Palácio de La Moneda após o bombardeio do dia 11 de Setembro. O primeiro volume do livro *Memórias Proibidas*, lançado em 1989,

Último boletim

O mesmo país que prendeu Augusto Pinochet está prestes a livrá-lo das grades. De acordo com os jornais britânicos *The Observer* e o *Sunday Times*, o ministro do Interior da Inglaterra, Jack Straw, estaria a ponto de permitir que o ex-ditador seja julgado no Chile. Segundo o ministro, serão estudadas "todas as propostas que forem feitas". Três dias antes, a Câmara dos Lordes decidiu, por três votos a dois, que Augusto Pinochet não tem impunidade em relação aos crimes cometidos durante seu governo. Straw tem até o dia 11 de dezembro para decidir se extradita ou não o general.

O acordo poderia evitar atritos comerciais e diplomáticos entre Chile e Inglaterra. Esse é o principal argumento do chanceler chileno José Miguel Insulza, que está negociando na Inglaterra. "Temos sido amigos e aliados durante 175 anos e não garanto que continue dessa maneira se o procedimento judicial contra Pinochet durar muito tempo". Insulza garante que Pinochet será julgado no Chile, onde há 14 processos contra ele. "Devemos permitir ao povo chileno julgar e decidir como encarar seu passado. Qualquer outra possibilidade ofende a dignidade nacional", declarou o chanceler à rádio britânica BBC. Insulza viajará depois à Espanha para "acelerar as posições de ambos os governos".

Enquanto o processo não se define, o Partido Democrata Cristão (PDC) do Chile, principal integrante da coalizão que elegeu o atual presidente Eduardo Frei, exige que os partidos de esquerda esclareçam sua posição no caso Pinochet. "Eles não apoiam as gestões do governo em favor de Pinochet nem impõem condições para o regresso do general", desabafou o presidente do PDC, Enrique Krauss.

Na sexta-feira 27 de novembro, o Senado chileno não conseguiu enviar à Europa uma comissão legislativa para pressionar o governo britânico a liberar Pinochet porque, segundo Krauss, os socialistas chilenos exigiram mudanças radicais no sistema judiciário do país para punir o ex-general. Enquanto isso, dez deputados da ala progressista do PDC se uniram a alguns esquerdistas que pediam o regresso de Pinochet para ser julgado no Chile. Em Londres, Lúcia Hiriart, a mulher do senador vitalício, disse ao jornal *The Mirror* que Pinochet prefere morrer a ser levado a julgamento. "Ele está em péssimas condições, debilitado e vigiado o tempo todo".

cita um trecho de uma suposta conversa entre Augusto Pinochet e o chefe da Defesa Nacional, Patricio Carvajal, sobre o que fazer com os primeiros prisioneiros do regime militar. Nela, Carvajal propõe apenas aprisionamento e extradição, mas Pinochet vai mais longe: "Minha opinião é que esses senhores sejam pegos e levados

a algum lugar de avião e, até mesmo sejam jogados do avião durante o caminho". E ainda tem gente querendo libertar Pinochet por questões humanitárias.

Textos:
Fabrizio Rodrigues



Chomsky quer Pinochet no Tribunal Penal

Creio que Augusto Pinochet é um criminoso absoluto. Não sei por quê escandaliza tanto sua prisão. Estados Unidos conhece bem a modalidade de fazer passar por seus tribunais aos estrangeiros, ditadores ou não, que tenham cometido alguma espécie de crime contra seus cidadãos. Que esta maneira de aplicar justiça se está convertendo hoje em uma tendência mundial, demonstra-o a recente criação do Tribunal Penal Internacional da ONU. E eu a aprovo. Como também celebro a iniciativa do juiz espanhol que deteve o ditador sulamericano: que o poder do exército chileno seja ainda hoje intocável não nos obriga a esquecer as mortes ordenadas por Augusto Pinochet. A este senhor o considero um criminoso e também um mentiroso. É uma fraude apresentar-se como o responsável de uma economia maravilhosa. Chile perdeu muito por culpa de sua brutalidade.

Mas não me animaria a anunciar a estes fatos como uma tendência à "globalização" da Justiça. Assim como nos anos 80 foi um equívoco celebrar a democracia quando, na realidade, se a enfraquecia, agora seria equivocado dizer que os anos 90 tenham expandido a justiça global. Apenas surgem movimentos "mais justos", que devemos apoiar. Os casos como o recente bombardeio pelos Estados Unidos ao Sudão, um crime de guerra que atualmente ninguém está julgando, não desaparecem.

Creio além disso que, por razões de poder, a Justiça permanece sem se aplicar justamente. Outra vez é o Primeiro Mundo o que decide por um país do Terceiro, e continuará sendo assim: o poder e a justiça são coisas muito diferentes. Neste o caso, continuarei preferindo alguma espécie de justiça, do que nenhuma.

Noam Chomsky
Linguísta e acadêmico de esquerda estadunidense

Ditadura sanguinária

Embaixador espanhol foi executado durante a ditadura

O que segue é uma breve descrição de alguns casos que caracterizam os tipos de terrorismo de estado praticados durante os 17 anos do regime militar:

✚ Bombardeio do palácio presidencial La Moneda em 11/09/73;

✚ Execução de 19 pessoas das províncias de Laja e San Rosendo pelos Carabineros, no dia 18/09 na estrada de acesso a Los Angeles. Seus corpos foram escondidos;

✚ Execução de quatro estudantes universitários em Cauquenes por militares em 03/10/73;

✚ Morte do estudante de jornalismo Eduardo Jara em 23 de julho de 1980, depois de tortura prolongada, feita pela Covema, uma organização paramilitar que apoiava Pinochet e que seqüestrou um grupo de suspeitos pela morte do coronel Roger Vergara, um dos chefes de inteligência do Exército;

✚ Assassinato do diplomata espanhol Carmelo Soria em julho de 1976. Seu corpo foi encontrado com marcas de tortura e estrangulamento

num canal. Sua morte envolveu agentes do DINA.

✚ Execução de 72 presos políticos entre 15 e 19 de outubro de 1973 no interior do país comandada pela chamada "Caravana da Morte", grupo militar liderada pelo General Sergio Arellano Stark.

✚ Execução de aproximadamente 22 pessoas na cidade de Valdivia, sul do Chile, em outubro de 73 por membros do Exército.

✚ Homicídio do chanceler Orlando Letelier, ministro da Unidade Popular, a 21/10/76 em Washington, devido a uma bomba colocada em seu carro. Na explosão, morreu também sua secretária Ronnie Moffit;

✚ Morte de Loreto Castillo em 16 de maio de 1984. A vítima foi amarrada a uma torre de eletricidade e explodida com dinamite;

✚ Execução de seis prisioneiros políticos na cidade de Pisagua em 30/09/73. Os assassinos alegaram que os prisioneiros estavam fugindo e por isso atiraram

Principais violações aos direitos humanos no Chile

Violação do direito à vida:

- Morte. A partir de execuções, depois de desaparecimentos, por tortura, em alegados confrontos armados, homicídios premeditados, abuso do poder, entre outros.
- Desaparecimentos

Violação ao direito de integridade física:

- Tortura. Diversos métodos de tortura: físico e psicológico, eletrocussão, violência sexual, uso forçado de drogas, queimaduras, imersão em líquidos.
- Tratamento cruel, desumano e degradante.
- Tentativas frustradas de homicídio.
- Ferimentos.

Violação do direito de liberdade pessoal:

- Detenções arbitrárias. Prisões seletivas, individuais, detenção durante manifestações, protestos. Seqüestros.
- Prisioneiros políticos.
- Exílio em lugares distantes e isolados.

Violação do direito de segurança pessoal:

- Ameaças e moléstias.
- Incursões.

Violação do direito de viver no próprio país:

- Exílios.
- Refugiados.



**Com a Dina,
Pinochet
perseguuiu
inimigos por
vários países**

Regime assassinou mais de três mil

Estima-se que três mil mortes ocorreram durante o regime militar de Augusto Pinochet, entre 1973 e 1989. As execuções realizadas pela Direção de Inteligência Nacional (Dina) começaram já nos primeiros dias que se seguiram ao golpe. Pinochet queria acabar com qualquer vestígio do governo da Unidade Popular, de Salvador Allende, e não importava de onde vinham e em que lugar estavam seus inimigos.

Em setembro de 1974, um atentado em Buenos Aires chocou a população. Uma bomba explodiu o carro em que viajava o comandante do Exército e ministro do Interior de Allende, Carlos Prats González, e sua esposa Sofia Culbert. Um atentado semelhante matou dois anos mais tarde, em setembro de 1976, o chanceler Orlando Lete-

lier em Washington D.C., Estados Unidos. Pouco menos de um mês depois da morte do chanceler, foi a vez do vice-presidente do governo Allende, Bernardo Leighton, e sua esposa Ana Fresno, sofrerem um atentado em Roma.

Paralelamente ao extermínio de seus inimigos fora do Chile, o governo militar prosseguia com a repressão interna. A chamada "Caravana da Morte" foi o início de uma série de atrocidades cometidas no país. Um grupo de oficiais, comandados pelo general Sergio Arellano Stark, percorreu quatro cidades do norte do país, de 16 a 19 de outubro de 1973. O resultado foram 72 fuzilados. A maioria com os corpos enterrados sem o conhecimento dos familiares.

Agosto de 1980 ficou marcado por uma sucessão de seqüestros de

estudantes e jornalistas. Um dos casos mais conhecidos foi a morte de um estudante de jornalismo da Universidade Católica de Santiago. Militante de esquerda, Eduardo Jara morreu enquanto era torturado. Dias depois, o governo admitia que a operação havia sido ilegal.

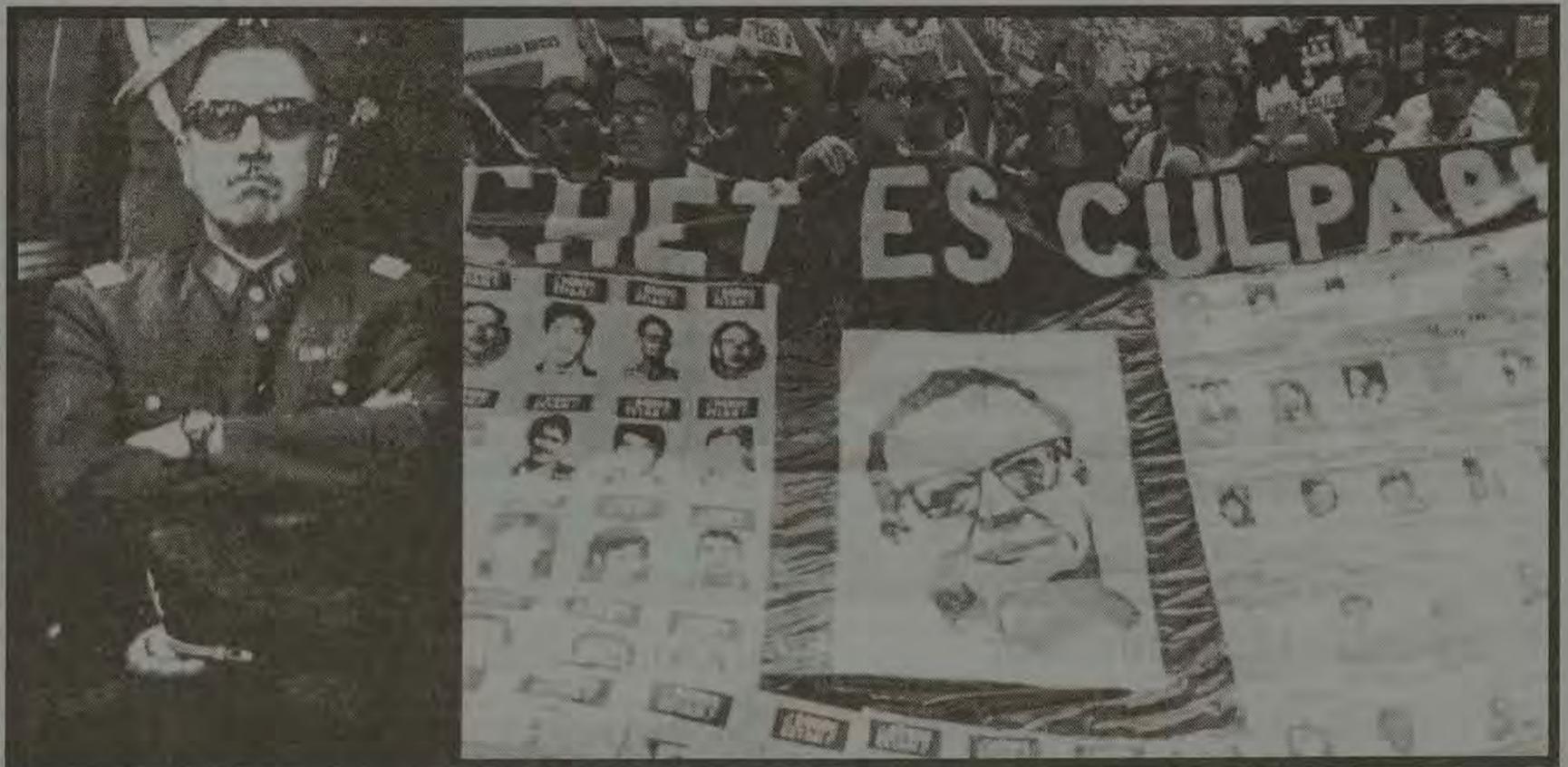
Cerca de dez anos mais tarde, o assassinato do sindicalista Tupapel Jiménez Alafaro iniciou uma série de mortes por degolamento. Jiménez foi encontrado degolado em um táxi em fevereiro de 82. Depois dele, três militantes comunistas foram seqüestrados e tiveram as gargantas cortadas, o sociólogo José Manuel Parada, o professor Manuel Guerrero e o pintor Santiago Nattino. Mas a acusação de que membros do corpo de carabineiros estava envolvido no assassinato fez com que o diretor geral da corporação,

César Mendoza Durán, renunciase.

Em julho de 86, o caso do fotógrafo Rodrigo Rojas Denegri provocou indignação nacional. Detido com a jovem Carmen Gloria Quintana por uma patrulha militar durante protesto, Denegri foi literalmente queimado vivo. A moça sobreviveu, mas ficou com o corpo desfigurado.

No mesmo ano, outras pessoas foram vítimas dos órgãos de repressão. Quatro suspeitos de um atentado sem sucesso contra Pinochet foram assassinados. O jornalista José Tapia, o electricista Felipe Rivera Gajardo, o professor Fernando Vidaurrázaga Martínez e Abraham Muskatblie Eldestein foram seqüestrados e mortos a tiros.

Mariana Cordeiro



O tirano foi implacável até com seus generais, explodindo automóveis do comandante do exército na Argentina e do ex-chanceler em Washington

Cinco catarinenses foram vítimas de Pinochet

**Fugiram da
repressão
brasileira
para morrer
no Chile**

Cinco catarinenses que estavam no Chile fugindo da repressão militar brasileira estão entre as vítimas do golpe de Pinochet. Dois não conseguiram fugir e foram torturados e mortos. No Brasil um deputado federal, entre os três sobreviventes, foi preso por contestar a ditadura chilena.

João Batista Rita, nascido em Criciúma, foi morto pela operação Condor, que padronizou métodos de tortura e instituiu a troca de prisioneiros entre Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, segundo revela o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos. Na época do golpe, Rita estava no Chile e pediu asilo à embaixada argentina, mas em vez de ser mandado a Buenos Aires foi para a Província do Paraná, onde se dava fim aos fugitivos. De lá, foi seqüestrado por militares brasileiros e apareceu morto no Rio de Janeiro. Seu nome integra a lista de desaparecidos brasileiros cujas

famílias foram indenizadas pelo governo brasileiro em 1995.

Vânio José Matos, natural de Piratuba, foi torturado e morto no Estádio Nacional em Santiago cinco dias após a morte de Salvador Allende. Ex-capitão da polícia militar, Matos fazia parte da organização clandestina Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de Carlos Lamarca. Preso sob a acusação de matar um tenente da PM paulista, foi para o Chile em 1971 integrando a lista dos 70 presos políticos libertados em troca do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado no Rio de Janeiro em dezembro de 1970. A morte do catarinense só foi confirmada em 1992, no Relatório Retig, da Comissão de Direitos Humanos do Chile, dando peritônio aguda como causa.

A professora de História e Geografia e presidente do Comitê Catarinense

Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos, Derlei de Luca, sobreviveu aos crimes da ditadura de Pinochet. Ela deixou Içara em junho de 1973 na clandestinidade e procurou abrigo, junto com outros 49 refugiados do Brasil, Chile e Argentina, na embaixada panamenha em Santiago do Chile. O grupo de refugiados foi mandado para o Panamá e de lá para Cuba. Apesar de ter presenciado o golpe de Pinochet, a professora é contra a ação movida pela Espanha para condenar o general chileno por genocídio. "O crime de genocídio é o extermínio de uma raça e no Chile houve o extermínio de uma porção política de opositores ideológicos. Quem tem que ser julgado por este crime são os próprios espanhóis, pela morte dos índios na América e pelo extermínio dos bascos".

Já o advogado e dono de editora Francisco Pereira defende a punição de

Pinochet. "Os crimes contra a humanidade não têm jurisdição. São genocídios sim e podem ser julgados em qualquer país", afirmou Pereira. Depois de ficar sete meses preso no quartel da PM em Florianópolis por oposição ao golpe militar no Brasil, o advogado auto exilou-se no Chile de 1964 a 1968. Acusado de envolvimento com o PC do B chileno, Francisco transferiu-se para a França na época do golpe de Pinochet.

Outro catarinense vítima da repressão foi o deputado federal do MDB Francisco Pinto. Em 1974, o deputado fez um discurso na Câmara indignado com a vinda de Pinochet para a posse do general Ernesto Geisel e o governo o enquadraram na lei de Segurança Nacional por violar o Código Penal. Pinto foi casado e ficou seis meses preso.

Debora Tozzo

Chile vive o impasse do julgamento

População teme pelo futuro caso o ditador seja condenado

A prisão de Augusto Pinochet em Londres provocou manifestações favoráveis ao ex-ditador até mesmo em setores da esquerda chilena. Segundo o senador e ex-dissidente político Sérgio Bitar, a detenção do velho e adoecido Pinochet num país estrangeiro violou a soberania do país. "Fui prisioneiro dele (Pinochet), e só de pensar naquele homem, me sinto mal. Mas, na condição de chileno, o melhor é tentar levá-lo a julgamento aqui".

Exilado na Venezuela e nos EUA durante os anos de repressão, Bitar faz parte de um grupo de políticos de esquerda que condenam a prisão de Pinochet na Inglaterra. Neste grupo estão também outros militantes socialistas, como o chanceler José Miguel Insulza e o embaixador chileno em Londres Mario Artaza. Eles estão unidos, sem dúvida, por motivos diplomáticos e não por compaixão ao tirano. "Somos uma nação profundamente dividida por causa de Pinochet e chegou a hora de livrarmos de nossos fantasmas", sentenciou Bitar.

A disputa para as próximas eleições presidenciais no país pesou na decisão de alguns políticos de esquerda ao apoiar Pinochet. O candidato socialista Ricardo Lagos, que disputa votos com o democrata cristão Andrés Zaldívar, não descartou a hipótese de intervir a favor de Pinochet. Suspeita-se em Santiago que ele contactou seu amigo presidente Fer-



General mais uma vez divide o país e a opinião pública mundial

nando Henrique Cardoso para tentar convencer o premier britânico Tony Blair a libertar o senador vitalício do Chile.

O atual governo chileno, formado por uma aliança entre os Democratas Cristãos do presidente Eduardo Frei e o Partido Socialista, tem uma posição ambígua em relação aos crimes cometidos durante a ditadura. Os democratas cristãos justificam a repressão devido à violência de alguns membros do partido do

ex-presidente Allende. Por sua vez, políticos de esquerda condenam a violação dos direitos humanos e os métodos de repressão da polícia e do governo chileno.

Se a esquerda está dividida, a direita se uniu a favor do ex-ditador. Cerca de dez mil manifestantes pró-Pinochet se concentraram no centro de Santiago, entre eles inúmeros jovens nascidos depois do golpe militar, carregando ban-

deiras e cartazes com dizeres como "Pinochet, refém do colonialismo". Joaquim Lavín, candidato da direita para a presidência, comandava a manifestação, que chamou de "maior ocorrência no Chile nesta década".

Senadores biônicos - Mesmo que os diplomatas de esquerda e os demais envolvidos no caso consigam retirar Augusto Pinochet da Inglaterra para ser julgado no Chile, não será fácil condenar o facinoroso. Os militares ainda detêm uma parcela do poder no país. Os "Carabineros", a polícia local, faz parte das forças armadas e tem um alto grau de autonomia das autoridades civis e impunidade nos seus atos. Além disso, o Senado Chileno é composto por 30 senadores eleitos democraticamente e outros seis senadores institucionais escolhidos pelo "Conselho de Segurança do Estado", uma medida do governo militar ainda vigente no Chile, que lembra os senadores biônicos dos tempos de Ernesto Geisel. É bom lembrar que, ao se auto proclamar senador vitalício, Augusto Pinochet se isentou das responsabilidades e atrocidades cometidas durante seu governo sangüinário. Só será possível julgar os crimes da ditadura militar depois que o velho ditador for para a cova.

Fabrizio Rodrigues

As impressões do poeta após o golpe de 73

"Meu povo tem sido o mais atraído deste tempo. Dos desertos de salitre, das alturas terríveis onde jaz o cobre e onde as mãos de meu povo os extraem com trabalho desumano, surgiu um movimento libertador. Este movimento levou a presidência do Chile um homem chamado Salvador Allende para que realizasse reformas e medidas de justiça inadiáveis, para que resgatasse nossas riquezas nacionais das garras estrangeiras.

Aqui no Chile estava se construindo, entre imensas dificuldades, uma sociedade verdadeiramente justa, erguida sobre a base de nossa soberania, orgulho nacional, do heroísmo dos melhores habitantes do Chile. Do nosso lado, do lado da revolução chilena, estavam a constituição e a lei, a democracia e a esperança.

Allende foi assassinado por ter nacionalizado a outra riqueza do subsolo chileno, o cobre. (...) A oligarquia chilena organizou revoluções sangrentas. (...) Os militares fizeram o papel de matilha. Allende nunca foi um grande orador, (...) era um dirigente coletivo, um homem que, sem sair das classes populares, era um produto da luta destas classes contra o imobilismo e a corrupção de seus exploradores.

Por tais motivos e razões, a obra que Allende realizou em tão curto tempo é a mais importante da história do Chile. Só a nacionalização do cobre foi uma empresa titânica. E a destruição dos monopólios, a profunda reforma agrária e muitos objetivos mais que foram cumpridos sob seu governo de essência coletiva.

Escrevo estas linhas rápidas há apenas três dias dos fatos inqualificáveis que levaram a morte meu grande companheiro, o Presidente Allende. Seu assassinato foi mantido em silêncio, foi enterrado secretamente, permitiram somente à sua viúva acompanhar o imortal cadáver. A versão dos agressores é que acharam seu corpo inerte, com mostras visíveis de suicídio. A versão que foi publicada no estrangeiro é diferente. Após o bombardeio aéreo, vieram os tanques, muitos tanques para lutar

intrepidamente contra um só homem: o Presidente da República do Chile, Salvador Allende, que os esperava em seu gabinete, sem outra companhia a não ser seu grande coração envolto em fumaça e chamas.

Não podiam perder uma ocasião tão boa. Era preciso metralhá-lo porque jamais renunciaria a seu cargo. O corpo foi enterrado secretamente num lugar qualquer. O cadáver que foi para a sepultura

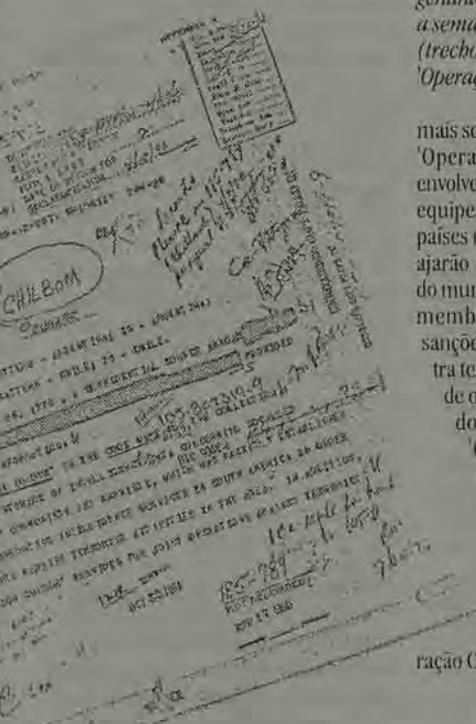
acompanhado por uma única mulher, que levava em si mesma toda a dor do mundo, a gloriosa figura morta ia crivada e despedaçada pelas balas das metralhadoras dos soldados do Chile, que outra vez tinham atraído o Chile."

Pablo Neruda

Trecho de "Confesso que vivi", livro de memórias de Pablo Neruda

Documentos "secrets" da Operação Condor

Está disponível na Internet (www.seas.gwu.edu/nsarchive/) uma série de documentos originais possivelmente vindos de órgãos do governo americano orientando as ações da "Operação Condor", uma união de vários governos militares da América do Sul que visava prender terroristas em qualquer país membro. Num dos documentos, especula-se um plano para caçar os inimigos dos regimes militares em outros países. França e Portugal se mostraram coniventes com o plano. Alguns documentos já vêm com rasuras em trechos comprometedores. Nenhuma instituição norte-americana foi citada, mas só o fato dos documentos circularem em inglês em países sul-americanos já é bastante suspeito.



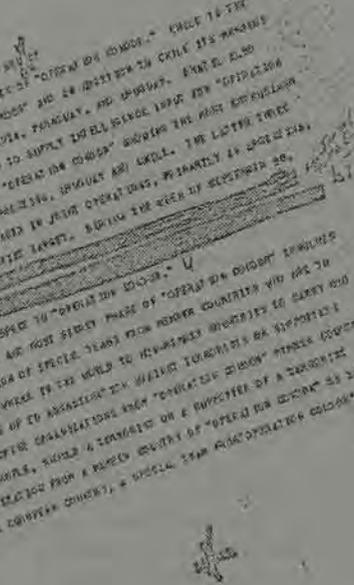
gentina, contra alvos terroristas. Durante a semana de 20 de setembro de 1976, o (trecho riscado)*, com respeito à 'Operação Condor'.

A terceira e mais secreta fase da 'Operação Condor' envolve a formação de equipes especiais dos países membros que viajarão a qualquer parte do mundo para países não membros para carregar sanções de assassinato contra terroristas ou ajudantes de organizações terroristas dos países membros da 'Operação Condor'. Por exemplo, se um terrorista ou membro de uma organização terrorista de um país membro da 'Operação Condor' for para algum país europeu, uma equipe especial da 'Operação Condor'...

Doc. CHILE 23-03

...será despachada para localizar e vigiar o alvo. Quando a operação de localizar e vigiar estiver concluída, uma segunda equipe da 'Operação Condor' será despachada para levar a sanção contra o alvo. As equipes especiais portarão documentos falsos dos países membros da 'Operação Condor'. Os países europeus, especificamente mencionados para possível colaboração na terceira fase da 'Operação Condor' foram a França e Portugal.

Uma equipe especial está sendo organizada (trecho riscado), que está sendo preparado para uma possível ação



futura na terceira fase da 'Operação Condor'.

* Obs: Curiosamente, o documento está rasurado quando comentaria algum fato ocorrido na semana do dia 20/09/76. Nesta mesma semana, no dia 21, eram assassinados em Washington o chanceler chileno Orlando Letelier e sua secretária Ronnie Moffitt devido a um atentado à bomba. A frase censurada termina com uma suspeita: "...com respeito à 'Operação Condor'."

Doc. CHILE 23-01:

"Em 28 de Setembro de 1976, uma fonte confidencial (trecho riscado) providenciou a seguinte informação:

'Operação Condor' é o nome código para o armazenamento e troca de dados de inteligência a respeito dos chamados 'esquerdistas', comunistas e marxistas, o qual foi recentemente estabelecido entre serviços de inteligência cooperadores na América do Sul para eliminar as atividades do terrorismo marxista na área. No mais, 'Operação Condor' providenciará operações conjuntas contra..."

Doc. CHILE 23-02:

"...alvos terroristas em países membros da 'Operação Condor'. O Chile é a entrada para a 'Operação Condor', e junto ao Chile, seus membros incluem Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. O Brasil também mostrou interesse em fornecer material de inteligência para 'Operação Condor'. Até o momento, os países membros da 'Operação Condor' que se mostraram mais entusiasmados foram Argentina, Uruguai e Chile. Os últimos três países se engajaram em operações conjuntas, primeiramente na Ar-

Jornais censuram artigos anti-FHC

Política editorial calou colaboradores nas vésperas das eleições

No dia 18 de outubro de 1998, a direção do Estado de S. Paulo deixou de publicar um artigo de João Ubaldo Ribeiro que criticava o presidente Fernando Henrique Cardoso. Menos de uma semana depois, no dia 24, a Folha de S. Paulo também censurou um texto de Alberto Dines sem nenhuma explicação. E a Agência Folha não só deixou de publicar o artigo no caderno Ilustrada, como também deixou de distribuí-lo para os outros sete jornais associados, entre eles o Jornal do Brasil e O Povo, de Fortaleza. Dines não calou e publicou o artigo, intitulado *Coisas do passado*, no site da Internet do Observatório da Imprensa. Os leitores de João Ubaldo também não ficaram sem o artigo. No mesmo dia O Globo publicou o texto.

A versão oficial do Estadão é que uma parte do texto se perdeu na transmissão e não houve tempo para consen-

tar a página. Após a redação de O Globo receber um grande número de cartas elogiando as críticas feitas ao presidente no texto censurado, O Estadão se corrigiu e publicou o artigo na semana seguinte. João Ubaldo viu a mobilização como uma manifestação de princípios que lhe desperta agrado e carinho. Segundo Ruy Mesquita, diretor-presidente do Estadão, "tudo não passou de um equívoco, e não faz parte da tradição do jornal censurar artigos de seus colaboradores". Mesquita disse ainda que as portas do jornal continuam abertas e que espera continuar contando com as crônicas de Ubaldo.

Já a explicação da Folha foi dada dois dias depois de censurarem o artigo: o texto de Alberto Dines teria ferido a filosofia "apartidária" do jornal às vésperas da eleição. Com isso, Dines levantou algumas questões: "Um jornal tem o di-

reito de vetar ou censurar o texto de um colaborador contratado expressamente para manifestar suas opiniões? E como que se consegue expressar uma opinião sem tomar partido?" Dois dias depois do segundo turno, a direção do jornal ofereceu a Dines a oportunidade de publicar o artigo. Ele não publicou porque considerou o texto ultrapassado. Esta atitude da Folha reforça a idéia do autor de que o texto em si não tinha nada impróprio, o problema era a ocasião. Dines questiona: "estamos, pois, diante de um compromisso partidário ou de um ritual de apartidarismo?"

A Constituição assegura a todos os brasileiros o direito de se expressar livremente: "É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independentemente de censura ou licen-

ça" (artigo 5, incisos 4 e 9). Mas o que o jornalismo brasileiro tem realmente vivido é a lei da "liberdade de empresa", definida assim pelo jornalista Clóvis Rossi. A filosofia "apartidária" dos jornais se sobrepõe a essa lei, e cada meio de comunicação veicula somente aquilo que lhe é conveniente.

A censura não pode se repetir mais uma vez. A consolidação de um país democrático é feita dia-a-dia. É preciso trabalhar na remoção dos rastros do autoritarismo porque a verdadeira democracia é permeável às críticas. Não podemos permitir que seja proibido participar, discordar e contestar. É preciso que fiquem vivas na lembrança as lições de nosso passado recente. Não podemos calar, é mais que um direito: é nosso dever participar.

Fernanda Sousa

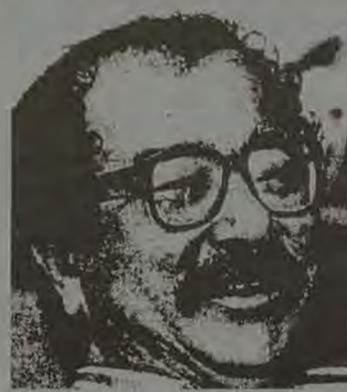
Estadão corta Ubaldo e volta atrás Crítica só é publicada depois de sair em O Globo

"Senhor Presidente: Antes de mais nada, quero tornar a parabenizá-lo pela sua vitória estrondosa nas urnas. Eu não gostei do resultado, como, aliás, não gosto do senhor, embora afirme isto com respeito. Explícito este meu respeito em dois motivos por ordem de importância. O primeiro deles é que, como qualquer semelhante nosso, inclusive os milhões de miseráveis que o senhor volta a presidir, o senhor merece intrinsecamente o meu respeito. O segundo motivo é que o senhor incorpora uma instituição basililar de nosso sistema político, que é a Presidência da República, e eu devo respeito a essa instituição e jamais a insultaria, fosse o senhor ou qualquer outro seu ocupante legítimo. Talvez o senhor nem leia o que agora escrevo e, certamente, estará se lixando para um besta de um assim chamado intelectual, mero autor de uns pares de livros e de umas milhares de crônicas que jamais lhe causarão massa. Mas eu quero dar um recadinho.

Respeito também o senhor porque sei que meu respeito, ainda que talvez seja retilante privadamente, me é retribuído e não o faria abdicar de alguns compromissos com que, justiça seja feita, o senhor há mantido em sua vida pública - o mais importante dos quais é com a liberdade de expressão e opinião.

O senhor, contudo, em quem antes votei, me traiu, assim como traiu muitos outros como eu. Ainda que obscuramente, sou do mesmo ramo profissional que o senhor, pois ensinei ciência política em universidades da Bahia e sei que o senhor é um sociólogo medíocre, cujo livro "O modelo político brasileiro" me pareceu um amonhoado de obviedades que não fizeram, nem fazem, falta ao nosso pensamento sociológico. Mas, como dizia um antigo personagem de Jô Soares, eu acredito!

O senhor entrou para a história não só como nosso presidente, como o primeiro a ser reeleito. Parabéns, outra vez, mas o senhor nos traiu. O senhor era admirado por gente como eu, em função de uma postura ética e política que o levou ao exílio e ao sofrimento em nome de causas em que acreditávamos, ou pelo menos nós pensávamos que o senhor acreditava, da mesma forma que hoje acha mais conveniente professar



crença em Deus do que negá-la, como antes.

Em determinados momentos de seu governo, o senhor chegou a fazer críticas, às vezes acirradas, a seu próprio governo, como se não fosse o senhor seu mandatário principal. O senhor, que já passou pelo ridículo de sentar-se na cadeira do prefeito de São Paulo, na convicção de que já estava eleito, hoje pensa que é político competente e, possivelmente, tem Maquiavel na cabeceira da cama. O senhor não é uma coisa nem outra, o buraco é bem mais embaixo. Político competente é Antônio Carlos Magalhães, que manda no Brasil e, como já disse aqui, se ele fosse candidato, votaria nele e lhe continuaria a fazer oposição, mas pelo menos ele seria um presidente bem mais macho que o senhor.

Não gosto do senhor, mas não lhe tenho ódio, e apenas uma divergência histórico-glandular. O senhor assumiu o Governo em cima de um plano financeiro que o senhor sabe que não é seu, até porque lhe falta competência até para entendê-lo em sua inteireza e hoje, levado em grande parte por esse plano, nos governa novamente. Como já disse na semana passada, não lhe quero mal, desejo até grande sucesso para o senhor em sua próxima gestão, não, claro, por sua causa, mas por causa do povo brasileiro, pelo qual tenho tanto amor que agora mesmo, enquanto escrevo, estou chorando.

Eu ouso lembrar ao senhor, que tanto brilha, ao falar francês ou espanhol (inglês eu falo melhor, pode crer) em suas idas e vindas pelo mundo, à nossa custa, que o senhor é o presidente de um povo miserável, com uma das mais míseras dis-

tribuições de renda do planeta. Ouso lembrar que um dos feitos mais memoráveis de seu governo, que ora se passa para que outro se inicie, foi o socorro, igualmente à nossa custa, a bancos ladrões, cujos responsáveis permanecem e permanecerão ímpunes. Ouso dizer que o senhor não fez nada que o engrandeça junto aos corações de muitos compatriotas, como eu. Ouso recordar que o senhor, numa demonstração inacreditável de irresponsabilidade, aconselhou a todos os brasileiros que fizessem check-ups médicos regulares. Ouso lembrar o senhor chamando os aposentados brasileiros de vagabundos.

Claro, o senhor foi consagrado nas urnas pelo povo e não serei eu que terei a arrogância de dizer que estou certo e o povo está errado. Como já pedi na semana passada, Deus o assista, presidente. Paradoxal como pareça, eu torço pelo senhor, porque torço pelo povo de fâmiolos, espiarrapados, humilhados, injustiçados e desgraçados, com o qual o senhor, em seu palácio, não convive, mas eu, que inclusive sou nordestino, conheço muito bem. E ouso recetar que, depois de novamente empossado, o senhor minta outra vez e traga tantos ou mais desditas à classe média do que seu antecessor que hoje vive em Miami. Já trocamos duas ou três palavras, quando nos vimos em solenidades da Academia Brasileira de Letras. Se o senhor, ao por acaso estar lá outra vez, dignar-se a me estender a mão, eu a apertarei deferentemente, pois não descauto o presidente do meu país. Mas não é necessário que o senhor passe por esse constrangimento, pois, do mesmo jeito que o senhor pode fingir que não vê, a mesma coisa posso eu fazer. E, falando na Academia, me ocorre agora que o senhor venha a querer coroar sua carreira de glórias encerrando para ela. Sou um pouco mais mocinho do que o senhor e não não ser afetivo, sobre meus queridos confrades. Mas, se na ocasião eu tiver algum outro poder, o senhor só entra lá na minha vaga, com direito ao meu lugar no mausoléu dos mortos."

Senhor presidente, copyright O Estado de São Paulo.

Nota da Redação: O artigo acima foi censurado na edição de 18/10/98 em O Estado de São Paulo, sendo posteriormente publicado sob a pressão da opinião pública.

Crise demite 1500 na imprensa

A crise econômica não deixou escapar os poderosos da comunicação como a Globo, o SBT e a Bandeirantes, sem contar a falida Manchete. As empresas andam apreensivas quanto ao futuro do país e iniciaram, nos bastidores das notícias, cortes profundos no quadro funcional.

Nos cálculos do presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Sérgio Murilo, foram dispensadas ao todo, no país, 1.500 profissionais do setor de comunicações, sendo 10% jornalistas. Maior grupo de comunicação do sul do país, a Rede Brasil Sul (RBS) reduziu em 6% o quadro de 6.300 empregados. Em Santa Catarina, a empresa demitiu 25 jornalistas. No Rio Grande do Sul, foram outros 12, além de 80 radialistas, 70 funcionários administrativos e 20 gráficos. Na TV O Estado, do SBT, o número de demissões até outubro era de 22 pessoas. Na Barriga Verde foram mais 5 rescisões. "As demissões tendem a continuar, as empresas temem o que vem pela frente", explica o presidente do Sindicato dos Radialistas de Santa Catarina, Hugo Silveira Lopes.

Em âmbito nacional o clima não é diferente. A Globo fez o maior enxugamento de sua história: foram 480 demissões, ou 5% do quadro de pessoal. Os cortes não atingiram, no entanto, o núcleo jornalístico e artístico da empresa, concentrando-se nas áreas executiva e administrativa. A Globo está economizando nas passagens de avião, material de escritório, telefone e transportes. "Precisamos enfrentar o cenário restritivo do ano que vem", afirmou Fábio Steinberg, diretor de relações externas da Rede Globo, no dia 5 de novembro ao Jornal da Tarde, do Rio de Janeiro. A Bandeirantes dispensou 80 funcionários, e na MTV foram outras 20 pessoas, entre elas os VJ's Gastão e Rodrigo.

A mídia impressa também fez cortes. No jornal *Diário Popular*, 36 jornalistas e 4 outros profissionais foram demitidos no dia 5 de novembro. O jornal carioca *O Dia* dispensou 30 jornalistas. "Trata-se de uma posição de cautela em relação aos novos tempos, além de uma forma de tornar a redação ainda mais eficiente", disse a diretora de redação de *O Dia*, Ruth Aquino.

Ana Letícia Rosa

Jornalista é assassinado no Pará

O fotógrafo Miguel Pereira de Melo, de 45 anos, foi assassinado no dia 5 de outubro com um tiro no tórax, no município de Marabá, no Pará. Depois de ser baleado, ele ainda caminhou cerca de 200 metros até conseguir socorro. O fotógrafo foi levado para uma clínica particular, onde foi operado, mas morreu às duas horas da madrugada do dia 6. Miguel Melo, que trabalhava no jornal *Correio do Tocantins*, foi o primeiro a fotografar os corpos dos 19 sem-terra mortos pela Polícia Militar em Eldorado dos Carajás.

As fotos de Miguel mostraram os corpos dos sem-terra em um caminhão e no necrotério da cidade de Curionópolis para todo o mundo pois, na época, suas imagens foram vendidas para dezenas de publicações. O fotógrafo também era testemunha de acusação do crime e seria chamado pelo Ministério Público para o julgamento dos 159 envolvidos no conflito.

O delegado Sandro Castro diz que o assassinato do fotógrafo ocorreu no bairro da Liberdade, por volta das 21 horas do dia 5 de outubro. Aldenir Alves de Souza, amiga de Miguel Melo e única testemunha do crime, diz que tudo se passou muito rapidamente e que ela não viu o rosto do assassino, apenas afirma que era um homem jovem. A polícia ainda não tem nenhuma pista do assassino.

Marcela Albuquerque

Pesquisas de opinião falham nos resultados

DataFolha e Ibope não confirmam previsões e são acusados de colaboracionismo

Com os resultados das eleições tornou-se claro o casamento entre a mídia e as empresas de pesquisa de intenção voto, que não conseguem viver separadamente. As empresas dependem da imprensa e dos meios eletrônicos como fontes de renda e de divulgação. E a mídia depende das pesquisas para produzir o noticiário.

O jornalista Alberto Dines, editor do Observatório da Imprensa, explicou algumas semanas antes deste rebuliço dos institutos de pesquisa: "no jornalismo anglo-saxão usa-se a denominação *pool* (afirmação) ou *survey* (levantamento) e não *research* (pesquisa)". Se fomos ao francês o termo seria *sondage* e no espanhol *encuesta*. Chamar essas sondagens de pesquisas é maquiagem um processo curto e de costume imediato em um processo elaborado, metodológico e de longo prazo. Desse modo, as sondagens vão se transformando, perdem seu caráter aferidor para se tornarem notícias principais - *hard news* - conclusivas. Doutorando em Filosofia Política e Jornalismo, Alexandre Freire afirma que um levantamento de intenção de voto é uma inserção na realidade que frequentemente cria seus próprios achados, ao mesmo tempo em que registra tendências genuínas. E sentencia: "as pesquisas de intenção de voto em parte induzem o eleitorado a tomar posição". Carlos Mardi, outro jornalista, tem a mesma opinião: "Pesquisas eleitorais influenciam decisivamente o comportamento do eleitor". Fazem mudar o voto, debilitam candidaturas, induzem o 'voto útil' e abalam a confiança do eleitor no candidato menos provido de intenção de voto - "não-adianta-votar-nele-porque-ele-não-vai-ganhar-mesmo".

Quando a apuração dos votos

desmascarou os números dos institutos, a grande imprensa passou a defender uns e atacar outros, de acordo com suas conveniências. E em vez de propor um debate sobre a veracidade e a fiscalização das informações, abriu espaço para as explicações dos institutos encurralados. Um exemplo é o anúncio de página inteira no caderno Eleições da Folha de São Paulo (11/10/98) mostrando os acertos das prévias realizadas pelo Datafolha.

Erros - O Datafolha - que faz parte do grupo Folha - errou em todas as pesquisas intenção de voto, para governador de nove estados e do Distrito Federal, realizadas no dia 2 de novembro - antes da eleição. Essas pesquisas foram publicadas com destaque no jornal na véspera e no dia da eleição. A Folha informou aos seus leitores a porcentagem de votos válidos que a pesquisa recolhera para 22 candidatos ao governo do Distrito Federal e dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Pernambuco e Ceará. A pesquisa errou a votação de 13 desses 22 candidatos. E em três casos embaralhou a ordem de colocação.

Em São Paulo, por exemplo, o Datafolha apontou Francisco Rossi como segundo colocado, Mário Covas em terceiro e Marta Suplicy em quarto, mas as urnas elevaram Marta para terceiro, Covas para segundo e rebaixaram Rossi para quarto. Na Bahia o segundo colocado foi Zezéu Ribeiro - que a Folha excluiu do quadro - e não João Durval. No Distrito Federal, foi Cristovam Buarque quem venceu o primeiro turno, mas o Datafolha dava a vitória para Joaquim Roriz. E tem mais: o Datafolha apontou no Rio de Janeiro que Anthony Garotinho venceria no primeiro turno com 52% dos votos válidos, mas ele só conseguiu 46,86%.

Em Florianópolis, o instituto deu 27% de votos válidos para Paulo Afonso, porém o candidato do PMDB só obteve 23,12%. No primeiro caso, uma diferença de cinco pontos percentuais e, no segundo, quatro pontos percentuais. Acima, portanto da margem de erro de dois pontos percentuais, tidos como toleráveis pelos institutos. Na Bahia, Pernambuco e Distrito Federal a margem de erro foi de

três pontos.

Esconde-esconde - Na edição de 6 de outubro a Folha montou sua banca de advocacia editorial, na reportagem "Frente de esquerda quer CPI para

investigar pesquisas". Nela o presidente do PT, José Dirceu, queixava-se dos erros do instituto no Distrito Federal e o jornal se defendia: "A última pesquisa do Datafolha no Distrito Federal indicava empate técnico entre o dois candidatos". O Datafolha apontou 41% dos votos válidos para Joaquim Roriz e 38% para Cristovam Buarque. Se a margem de erro era de 3 pontos, realmente havia empate técnico. Só que o resultado foi Cristovam 42,67% e Roriz 39,23%. Foi como se o Datafolha tivesse previsto um jogo Corinthians 1 x 2 Palmeiras e, com os dois gols de Marcelinho e um de Oséas, se gabasse de acertar o placar. No dia 8 a operação esconde-esconde continuou na reportagem "Apuração confirma Folha". O texto se referia às apurações do TSE em sete dos 10 estados onde o Datafolha fez boca-de-urna e concluía que "os resultados das urnas confirmam as tendências e resultados apontados pelo instituto em todos eles". A Folha escreveu: "Dos 22 principais candidatos a governador que disputaram a eleição nas sete unidades da Federação onde já é possível comparar o resultado das urnas com o das pesquisas, o Datafolha acertou o percentual de votos de 16". O jornal, dessa forma, tentava mostrar os acertos das pesquisas de boca-de-urna como prova da correção do instituto - embora os grandes erros, com possível influência no comportamento de eleitores, tenham sido cometidos nas sondagens realizadas até as vésperas da eleição.

Defesa

Usando o truque de justificar os resultados do seu instituto com os números das pesquisas de boca-de-urna, a Folha de São Paulo deu um tiro pela culatra quando saiu o resultado final da eleição para presidente da República. Veja as seguintes manchetes: no dia da eleição saiu "FHC deve ser reeleito hoje com 55% dos votos válidos"; no dia seguinte à eleição, "FHC obtém 56% e é reeleito presidente". O primeiro número foi tirado de uma pesquisa de intenção de voto realizada

no dia 2 de outubro e o segundo de uma pesquisa de boca-de-urna de 4 de outubro, feita com eleitores que já haviam votado. FHC obteve 53,06% dos votos válidos, portanto, o Datafolha acertou o primeiro e errou o segundo (isso dentro da "margem de erro").

O Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), sinônimo de credibilidade, também teve seus erros. O primeiro foi a omissão da margem de erro: todas as pesquisas do Ibope para

o segundo turno, igualmente divulgadas pela Rede Globo, O Globo e o Estado de São Paulo, desde o dia 14 de outubro, sonegam a margem de erro, apesar de a Lei Eleitoral obrigar as entidades que realizam pesquisas a registrar junto ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais, as margens de erro. Segundo o diretor do instituto, Carlos Montenegro, a margem de erro não era idêntica nos 22 lugares onde o instituto atuou no 1.º turno - variando de dois a três pontos. Se um candidato tem 10% de intenção de voto numa pesquisa com margem de erro de três pontos percentuais, sua votação pode variar entre 7 e 13% - uma oscilação de seis pontos. Portanto, a margem de erro faz diferença. Numa concorrência apertada, como o primeiro turno em Minas Gerais, a expressão "empate técnico" perde sentido se a margem de erro foi omitida. O Ibope dizia que Itamar Franco teria 38% do total de votos e Eduardo Azeredo, 34% (veja a tabela). Tirando o fato de que a previsão estava errada (Itamar teve 32,5% e Azeredo

do 28,1%), o erro é tanto maior quanto menor a margem de erro.

O Ibope não ficou distante do colega Datafolha - pelo contrário - venceu em quantidade de erros. No primeiro turno errou a ordem de colocação dos candidatos dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rondônia e Distrito Federal (tabela Ibope 2). As pesquisas foram feitas entre 30 de setembro e 3 de outubro e divulgadas no dia 3 de outubro na Rede Globo e no dia seguinte no Estado de São Paulo. Os dois veículos e a página na internet do Ibope não informaram a margem de erro. No Mato Grosso do Sul, o instituto deu Ricardo Roeha em primeiro, Pedro Pedrossian em segundo (com 28% das intenções de votos sobre o total) e Zeca em terceiro (com 18%). Porém, as urnas mostraram a verdade: Zeca chegou em segundo (com 26,41% do total de votos) e Pedro Pedrossian em terceiro (com 23%). Em Rondônia, o Ibope apontou Valdir Raupp em primeiro com 35% das intenções de voto, Bianco em segundo com 20% e Melki em terceiro. Novamente, o resultado final foi diferente: Bianco, no primeiro turno, chegou em primeiro com 27,64% dos votos totais e Valdir Raupp em segundo com 26,8%. Da mesma maneira que o Datafolha, o Ibope errou as sondagens na Bahia e no Distrito Federal.

E ainda tem mais: O instituto, cujo sinônimo é "prestígio" (ensina o Aurélio), produziu diferenças enormes entre a pesquisa e a apuração final. No Maranhão, segundo o Ibope, a governadora Roseana Sarney iria ganhar 70% dos votos, porém só conseguiu 48,8%. Uma diferença de 21 pontos percentuais. O mesmo aconteceu em Goiás e Pernambuco. No primeiro a pesquisa apontava 53% para Íris Resende, só que as urnas não mentem: o candidato alcançou 39%.

Uma diferença de 14 pontos percentuais. No segundo o Ibope deu 57% para Jarbas Vasconcelos e a votação final, 47,5%.

Parece mentira, mas o Ibope fingiu não saber fazer pesquisa. O instituto confunde porcentagem do total de votos com porcentagem dos votos válidos. A apuração dos votos válidos desconta os nulos e em branco - que são levados em conta nas pesquisas sobre o total de votos. O presidente Fernando Henrique Cardoso teve, por exemplo, 43% do total de votos e 53% dos votos válidos. Entretanto, o instituto divulga, em sua página na internet, um gráfico com intenção de voto para a Presidência da República baseada na porcentagem sobre o total de votos, e compara com a boca-de-urna no dia 4, baseada em votos válidos. A comparação é indevida pois mistura uva com maça: 49 a 56.

Não faltam críticas para os erros das pesquisas eleitorais. O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo Castro, em entrevista ao Jornal do Brasil, declarou que a metodologia das pesquisas está "ultrapassada ou fora da realidade". José Jerônimo Bezerra de Souza, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, afirmou ao Correio Brasiliense que proibir a divulgação nas duas semanas anteriores à eleição "é a única maneira de se botar um ponto final nesses abusos".

Ibope foge - O Ibope comprometeu toda sua credibilidade com essas eleições. E chegou no fundo do poço após conferir audiência a emissoras de TV que estavam fora do ar. Na madrugada do dia 5, o SBT exibiu uma tela azul por causa da suspensão por infringir a lei eleitoral, mas para o Ibope a emissora alcançou um pico de 18 pontos de audiência na Grande São Paulo (Folha de São Paulo - 07/10). O instituto se defende em um artigo assinado pelo diretor técnico, Carlos Montenegro, intitulado "O dilema das pesquisas". Porém, sem apresentar argumentos convincentes o Ibope culpa a sociedade e o governo pelos erros. O diretor explica que o resultado de uma prévia e o resultado de uma eleição pertencem a "Universos" diferentes. O primeiro representa o universo das pessoas abordadas em sua casa ou na rua que responderam um questionário citando sua intenção de voto naquele momento. E o segundo "universo" representa todo o processo eleitoral e a apuração final dos TRES. "O grau de desmotivação do eleitor e dos crescentes índices de abstenção, a quantidade de votos nulos involuntários, a defasagem das fontes oficiais, tudo isso interfere e contribui para distanciar ainda mais os dois universos", argumenta o Ibope.

No final do texto, o autor dilui a defesa e ainda teoriza a situação política do país: "A classe política brasileira enfrenta um tipo de síndrome do bi-partidarismo do regime militar, mas creio que a presença de candidatos nômades e de legendas de aluguel não seja exatamente sinônimo de democracia, e sim de muita confusão e descrença na cabeça do eleitor".

Alexandre Brandão



Romão Martins/Zato

Universidades perdem 130 milhões

Pacote do governo corta 12% do MEC e prejudica ensino superior

Os cortes no orçamento de 1999 das Universidades Federais não são novidade, atualmente estas já vem sofrendo com o bloqueio das verbas desse ano. Com o anúncio do pacote econômico imposto pelo governo para controlar a crise, a área social foi a mais prejudicada. Os cortes nessa área somam 40,51% do ajuste total. O Ministério da Educação deve perder cerca de R\$ 574,7 milhões – 12,3% do orçamento previsto para o ano que vem. O Ministério da Saúde deve perder R\$ 1 bilhão.

As Universidades Federais perdem cerca de R\$ 130 milhões de custeio- orçamento previsto para a manutenção. A Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, recebe R\$ 300 milhões de custeio e, segundo o reitor Rodolfo Pinto da Luz, com esse corte será inviável manter a universidade funcionando. Na UFSC, a maior redução de recursos foi na coordenação e manutenção de ensino com um corte de R\$ 3 milhões. A área de pesquisa teve sua verba reduzida de R\$ 70,9 mil para R\$ 56,4 mil. Segundo o reitor, com os cortes as áreas mais prejudicadas são a de ensino e a de infra-estrutura, já que a área de pesquisa é mantida através de convênios com o governo ou com a iniciativa privada. Para Corália Piacentini, presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc), os cortes na Educação não são novidade e fazem parte do processo de sucateamento das universidades – "A reeleição criou as chances que faltavam para a implementação do plano do governo para a Educação, de privatizar as Universidades".

O Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) teve um corte de R\$

169,8 milhões – 18,7%, que deve atingir principalmente a área de fomento, as verbas para congressos e viagens, já que inicialmente as bolsas da Capes e CNPq estão garantidas. As agências do governo fornecem bolsas para projetos de pesquisa para estudantes de graduação, mestrado e doutorado. O Ministro da Educação deve enviar ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma proposta para unir o MEC e o MCT formando um único ministério. Caso a fusão não seja aceita, outra proposta seria passar o controle das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para o Ministério de Ciência e Tecnologia. O ministro defende a coordenação de investimentos entre esses órgãos como uma alternativa para contornar a crise decorrente dos cortes orçamentários. José Israel Vargas, ministro de Ciência e Tecnologia, não gostou da ideia já que alega não ter condições de administrar as 52 Universidades Federais.

Na primeira quinzena de novembro, os reitores das IFES estiveram em Brasília para discutir o corte de verbas. Em reunião com Paulo Renato de Sousa, ministro da

Educação, os reitores foram informados que a questão dos cortes para o orçamento de '99 já não depende mais do MEC, pois está no Congresso Nacional. Diante desse quadro os reitores conversaram com alguns parlamentares para tentar reverter a situação e propuseram uma emenda orçamentária de R\$ 170 milhões. Essa soma condensa os valores cortados nas Universidades, as verbas previstas para a Secretaria de Educação Superior, referentes aos Hospitais Universitários (HUs) e recursos para quitar as dívidas de 1997.

Colapso iminente- As Instituições Federais ainda estão na expectativa da liberação da verba referente ao mês de outubro. Foi bloqueado 57% do orçamento das universidades destinado ao pagamento das contas de manutenção- água, luz, telefone, limpeza e segurança, que integram o ajuste de contas do governo federal. Além disso foram bloqueados também 46% dos recursos próprios das IFES, como os recursos dos Hospitais Universitários que são repassado via SUS e as taxas do Vestibular. Por causa do bloqueio, as Universidades não podem

fazer licitações para contratar serviços, inclusive os básicos, como limpeza e segurança. Na semana passada o Ministério da Educação liberou a décima parte do orçamento da União para as Ifes, embora tivesse prometido doze avos. A UFSC sofreu um corte de R\$ 8 milhões e está sem dinheiro para quitar as contas, do ano inteiro, de água, luz e telefone. Além disso, está sem verbas para a compra de materiais de consumo, equipamentos e reformas. Para Rodolfo Pinto da Luz, o ideal seria receber uma suplementação de R\$ 80 milhões que já foi negada pelo MEC. Em reunião com os reitores das Universidades Federais, o ministro da Educação tirou o corpo fora. A liberação do orçamento agora depende da área econômica do governo – Ministérios da Fazenda e do Planejamento – que está estudando o caso.

Além dos cortes, outro ponto do pacote que atinge diretamente as universidades é o aumento da contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos. Atualmente os servidores na ativa descontam 11% para a previdência. A proposta do governo é que durante cinco anos, os servidores que ganhem mais de R\$1.200 paguem uma alíquota adicional de 9% e prevê também a cobrança de 11% dos servidores inativos. Para a presidente da Apufsc, essas medidas são "revoltantes, já que achatam o salários dos funcionários públicos federais que estão sem reajuste há quatro anos". A promulgação da Reforma Previdenciária depende ainda da votação das medidas provisórias.

**Textos :
Natália Viana**

Verbas para hospitais devem diminuir

Os Hospitais Universitários também devem ser atingidos pelos cortes do governo. Segundo Lúcio Botelho, vice-reitor da UFSC, ainda não está claro a proporção dos cortes. O MEC propôs um acerto contábil para diminuir os cortes da sua área, desvinculando os HUs do Ministério da Educação. Assim o ministério perderia apenas R\$ 135 milhões dos R\$ 574,7 determinados pelo governo federal, já que os R\$ 440 milhões destinados aos HUs deixariam de fazer parte do orçamento do MEC. Os 45 Hospitais Universitários Federais recebem atualmente parte do orçamento através do MEC para o pagamento de pessoal, bolsas de médicos residentes, benefícios trabalhistas e pagamento das contas de manutenção. O restante da verba vem através do Sistema Único de Saúde por serviços prestados – atendimentos ambulatoriais, exames, cirurgias e emergências. Esse dinheiro entra no MEC como receita própria das Universidades. A proposta é que os HUs passem a receber todos os recursos diretamente do Ministério da Saúde.

Uma alternativa para que os hospitais recebam mais dinheiro é o remanejamento das verbas entre os tetos de gastos do SUS. O Ministério da Saúde estabelece para cada Estado um limite de gastos na prestação de serviço ao SUS. Há hospitais que gastam acima do teto e outros que gastam abaixo do limite. A ideia é passar os recursos dos hospitais que gastam menos do limite para os que realizam atendimentos acima do teto. "É preciso saber se esse contrato direto do Ministério da Saúde e Hospitais Universitários não gerará uma desvinculação com o setor de Educação" alerta Lúcio Botelho. O vice-reitor lembra que antes de tudo o HU é um hospital escola e por isso essa separação do MEC pode significar o começo de um processo de privatização. Nesse ano, dos R\$ 11 milhões previstos, o HU de Florianópolis, só recebeu R\$ 7 milhões.



CNPq cancela novos contratos e futuras bolsas

Na íntegra, a portaria 328/ CNPq escrita pelo presidente do Conselho Nacional de Pesquisa -CNPq, José Galizia Tundisi em 16 de outubro de 1998:

O Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos aprovados pelo Decreto n.º 97.753 de 17/05/89, e ainda, em conformidade com o estabelecido pelo artigo 25, inciso "X" do Regimento Interno,

Considerando as dificuldades financeiras conjunturais que se apresentam às instituições públicas federais, e notadamente ao CNPq,

Considerando que essas dificuldades estão tendo como consequência a interrupção do fluxo de recursos financeiros para o CNPq, nos meses que antecedem o encerramento do presente exercício,

Considerando que ainda se encontram indefinidos os limites orçamentários para 1999, e que esses limites apontam para uma absoluta austeridade no ano vindouro,

R esolve -

1. Suspender, temporariamente, todos os apoios e concessões de auxílios, individuais e institucionais, implementados ou não no Sistema Gerencial de Fomento - SIGEF do CNPq, que ainda não tenham tido os seus respectivos extratos publicados no Diário Oficial;

2. Suspender, temporariamente, todos os apoios e concessões, individuais e institucionais, do fluxo contínuo, bolsas de formação e de pesquisa, de curta ou longa duração, que não tenham sido implementadas até a presente data no Sistema Gerencial de Fomento - SIGEF do CNPq;

3. Suspender, temporariamente, todos os apoios e concessões, individuais e institucionais, que embora tenham sido implementadas no Sistema Gerencial de Fomento - SIGEF do CNPq e comunicadas as aprovações aos usuários externos, ainda não foram empenhadas e não iniciaram o fluxo de desembolso;

- 3.1. A Coordenação Financeira deverá devolver às respectivas áreas as solicitações de empenho e de desembolso de recursos que ainda não tenham sido efetivadas;

4. Suspender todos os contratos, inclusive os provenientes de processo licitatório, que ainda não tenham sido firmados e publicados no Diário Oficial até a data desta Portaria;

5. Suspender todos os Convênios, Acordos, Ajustes, Termos de Cooperação, Termos Aditivos, e similares, que envolvam repasse de recursos pelo CNPq, que ainda não tenham sido assinados e publicados no Diário Oficial até a data desta Portaria;

6. Cancelar todas as viagens de servidores já autorizadas e ainda não realizadas, determinando a imediata prestação de contas com a devolução dos bilhetes e das diárias, se já recebidas, na forma dos instrumentos normativos que regem a matéria;

7. Determinar que, temporariamente, qualquer viagem de servidores ou de convidados deste Conselho, no exercício de suas funções, deverá ser requerida ao Presidente do CNPq, acompanhada de exposição de motivos que demonstre os reais prejuízos que advirão da sua não realização;

8. Determinar aos Diretores a revisão de todos os

pagamentos dos processos, já implementados e em execução, de fluxo contínuo, de auxílios, de bolsas de formação e de pesquisa, de longa e curta duração, de Convênios, Contratos e similares, interrompendo os que apresentarem qualquer inadimplência ou pendência de documentos, atraso de prestações de contas parciais ou totais, ou de relatórios;

9. Determinar que todos os pagamentos, a qualquer beneficiário, pessoa jurídica ou física, somente poderão ser realizados após a análise e aprovação da Diretoria Executiva do CNPq;

10. Determinar que as Unidades Gestoras executoras do CNPq cancelarem, até 20/10/98, os saldos de empenho existentes, reformando o crédito para a UG descentralizadora;

- 10.1. Autorizar a Coordenação Financeira, a partir de 21/10/98, a proceder ao cancelamento dos saldos de empenho existentes nas UG's que não atenderem às presentes disposições;

11. As disposições constantes da presente Portaria aplicam-se também, no que couber, a todas as Unidades de Pesquisa pertencentes à estrutura organizacional do CNPq;

12. As presentes disposições não se aplicam às fontes de recursos provenientes de destques orçamentários originários de outras instituições, programas e projetos;

13. Os casos omissos ou excepcionais serão analisados pelos Diretores de área e relatados ao Presidente do CNPq para decisão;

14. A presente Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação no Boletim de Comunicação Administrativa (BCA), edição extra

Brasília, DF, 16 de outubro de 1998.

Ciência e tecnologia são ameaçadas

Estudantes bolsistas são afetados pelos cortes do pacote fiscal

Os cortes anunciados pelo governo em outubro atingiram as universidades brasileiras de várias formas. Além de mexer no orçamento do Ministério da Educação e Desporto, o pacote também afetou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, conseqüentemente, as bolsas recebidas pelos alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Diante da crise, o presidente do CNPq, José Galizia Tundisi, assinou no dia 16 de outubro a portaria 328/98 - veja texto na página anterior. Nela, Tundisi suspende temporariamente grande parte das atividades do Conselho, como também o desembolso de recursos. Entre outras medidas, foram canceladas as viagens de servidores e proibidas as substituições de bolsistas de pesquisa e de formação, além de ser suspensa a concessão de novas bolsas.

As decisões tomadas pelo CNPq atendem à determinação do ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, para que fossem limitadas despesas, viagens e participações em eventos, assim como gastos internos. As bolsas de pesquisa já existentes, entretanto, serão preservadas.

Cientistas protestam - A comunidade científica se manifestou contrária ao posicionamento do Presidente do CNPq. O Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC, Renato Carlson, diz que Tundisi praticamente fechou o órgão. "Acredito que as medidas tomadas foram precipitadas e comprometem uma série

de atividades já autorizadas e orçadas. Já fomos atingidos pelo corte de ajuda de custos para congressos", critica Carlson. Acredita que ciência e tecnologia é o caminho para o desenvolvimento do país. "Se interrompermos as pesquisas de ciência e tecnologia, vai haver um prejuízo ainda maior para o país. Um prejuízo imediato, a médio e também a longo prazo", completa.

Representantes das principais instituições e entidades de pesquisa do país lançaram um manifesto contra a portaria 328/98 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em carta aberta à nação eles chamam a atenção para o risco de serem perdidos os investimentos feitos nos últimos anos no Brasil, nas áreas de ciência e tecnologia. O Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sérgio Ferreira, que assina a carta, também critica as medidas que prejudicaram as universidades públicas. Para Ferreira, essas medidas "comprometem a formação de lideranças e a educação científica da juventude brasileira".

A Andes-SN (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superiores - Sindicato Nacional) também divulgou na Internet uma nota mobilizando a categoria. O professor Milton Muniz, diretor da Andes, cobra um esclarecimento do Ministério da Educação. Na nota "Professores das Universidades Federais em Estado de Alerta", Muniz afirma que os cortes no Ministério da Educação atingiram aproximadamente 6.500 professores que

recebem bolsas de incentivo à pesquisa e formação e 18 mil estudantes atendidos pelo Programa Demanda Social da Capes.

O CNPq é um dos principais órgãos de incentivo à pesquisa no Brasil e, junto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é responsável pelo financiamento de estudos de pós-graduação no país e no exterior. Com as incertezas e a crise financeira, a distribuição de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado, para universidades de todo o país, está em estado de alerta.

Não há ainda nenhuma informação precisa sobre o corte de bolsas para o ano que vem, apesar de poder se imaginar que isto venha a acontecer. "Esta medida depende dos cortes no orçamento dos diversos ministérios para 1999", afirma Carlson.

E agora? - Na UFSC, as 323 bolsas de iniciação científica financiadas pelo CNPq acabaram de ser distribuídas para os alunos e, por isso, não devem sofrer muitas modificações. Segundo Airton Costa, do Departamento de Apoio à Pesquisa, a única mudança oficial até o momento foi a suspensão temporária da substituição de bolsistas. "Se por algum motivo o aluno quer deixar de receber a bolsa ele não poderá passá-la para outra pessoa, como era feito anteriormente. Ele deve cancelar e a bolsa volta para o CNPq", explica. "Um novo processo de seleção será feito em abril do ano que vem. Só então saberemos se haverá uma

diminuição no número de financiamentos", completa Costa.

Mas as bolsas de formação já começaram a ser afetadas. Segundo a Diretora do Departamento de Pós-Graduação da UFSC, Gina Morato, as conseqüências dos cortes devem ser sentidas a partir do começo do ano que vem. "Agora, quando um mestrando defende a sua dissertação, a bolsa que ele recebia volta para o CNPq, antes ela era repassada para outro aluno", diz. Como os cursos de mestrado duram em média dois anos, Morato acredita que, se esta política continuar, até o final do ano 2000 a UFSC deve deixar de receber bolsas do CNPq para mestrado. "As bolsas de doutorado continuam sendo renovadas normalmente, mas não se sabe até quando", especula.

Hoje a UFSC recebe do CNPq 226 bolsas para mestrado e 153 para doutorado. Já a Capes distribui 434 bolsas para mestrado e 86 para doutorado. Com a diminuição do incentivo, quem pretende conseguir uma bolsa para formação ou pesquisa passará por uma seleção cada vez mais rígida. Não se sabe ainda qual será o real prejuízo para os alunos e professores que dependem do CNPq e da Capes para suas pesquisas e cursos de pós-graduação. Renato Carlson colocou em palavras o que muitos professores, alunos e pesquisadores brasileiros tem pensado diariamente. "Temos que esperar para ver o que vai acontecer".

Tatiana Wittmann

Ministro quer mensalidade no ensino público

A sucessão de cortes que o governo vem anunciando diante da crise financeira, entre os quais a subtração de 12% das verbas previstas para educação em 99, trouxe para o ano que vem a possibilidade do ensino pago nas universidades federais. Defendida como fonte de recursos e combatida como estratégia de privatização, a cobrança de mensalidades foi discutida pelo MEC ao longo do mês de outubro.

No início do mês, o diretor-geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), Frederico Mayor, defendeu que estudantes ricos paguem mensalidades como forma de democratizar o acesso às universidades públicas. Inspirado na declaração, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou no dia 9 de outubro que a cobrança "é um tema que está sendo debatido em todo o mundo e precisa ser discutido no Brasil".

No dia 16 o Correio Braziliense publicou uma reportagem segundo a qual Paulo Renato dissera a parlamentares que enviaria ao Congresso no início de 99 proposta de cobrança de mensalidades. No mesmo dia o MEC divulgou nota oficial desmentindo a reportagem, e afirmando que o ministro "não propõe e jamais esteve discutindo a questão da cobrança de mensalidade no ensino superior público". Mas, o secretário-executivo do MEC, Luciano Oliva Patrício, confirmou ao Estado de São Paulo as conversas do ministro com os congressistas, e disse que o assunto vinha sendo discutido nos gabinetes do ministério há três semanas.

Segundo a reportagem, Paulo Renato pretende incorporar a cobrança de mensalidade ao Projeto de Emenda Constitucional 370 (PEC 370), que redefine a autonomia administrativa das universidades. Este projeto está sendo avaliado atual-

mente numa comissão da Câmara dos Deputados e deve ir a plenário no início do ano que vem, quando poderá ser emendada com a proposta de cobrança. Caso não consiga alterar o PEC 370, diz a reportagem, o ministro vai elaborar novo projeto de emenda constitucional.

Escassos recursos - Oficialmente, o MEC não propõe o ensino pago. Mas já faz previsões de quanto ganharia com as mensalidades. O secretário-executivo estimou num cálculo superficial que o governo poderia arrecadar R\$ 1,6 bilhão por ano cobrando mensalidades de R\$ 333, em média, dos 400.000 alunos da rede federal. Do valor arrecadado, 30% iriam para a concessão de bolsas ou de crédito educativo na própria instituição de ensino.

Os critérios para a concessão de bolsas, no caso de a cobrança ser instituída, teriam que ser abrangentes. Uma pesquisa feita no ano passado pela Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes) mostra que pelo menos 44,29% dos estudantes das universidades públicas não poderiam pagar mensalidades de R\$ 333. Esta é a parcela de estudantes, cuja renda familiar mensal não passa de R\$ 700. Ainda conforme a pesquisa, a classe média, com ganhos de R\$ 700 a R\$ 3000, está representada por 43,11% dos universitários.

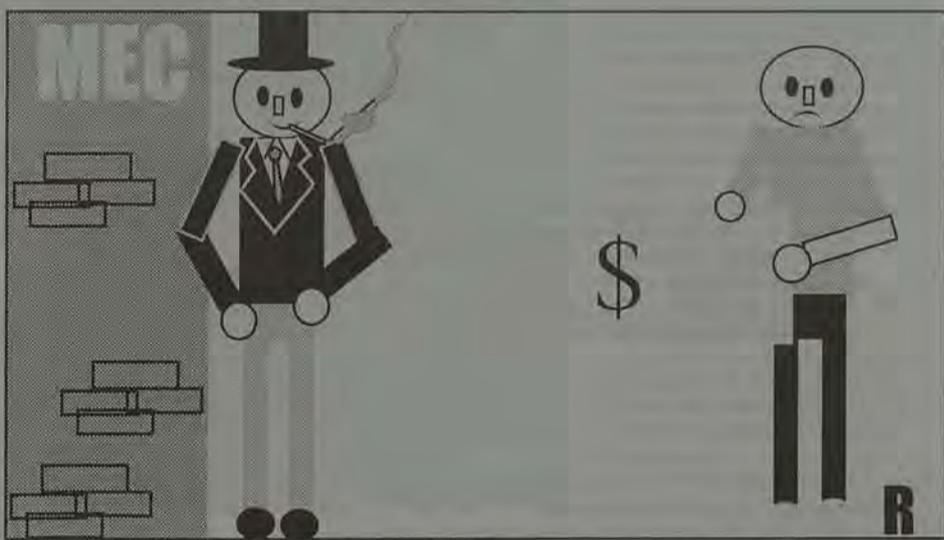
Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o questionário sócio-econômico feito pela Coperve (Comissão Permanente do Vestibular) mostra que dos classificados no vestibular de 97, 28,02% têm renda familiar total de no máximo 10 salários mínimos (R\$ 1.300). Em 96 este percentual foi maior: 41,50%. Para o reitor Rodolfo Pinto da Luz, que não acredita no sistema de crédito educativo brasileiro, as mensalidades restringiriam o acesso das classes mais pobres ao ensino superior. O vice-presidente da União Nacional dos Es-

tudantes (UNE), Marcio Jardim, também prevê uma elitização das universidades federais. "O crédito educativo já está sendo cortado pelo governo, isso é balcão", diz o estudante. A solução, segundo ele, está numa "reforma tributária séria, que o governo não faz porque está comprometido com as elites".

Defensores do ensino pago, ao contrário, argumentam que as mensalidades seriam um mecanismo de redistribuição de renda, favorecendo o ingresso dos mais pobres na universidade. Mas essa não é a principal bandeira do MEC, que tem os esforços concentrados agora no equilíbrio das contas do governo. As mensalidades são apresentadas como "o único espaço alternativo para conseguir recursos", conforme entrevista de Luciano Oliva Patrício ao Estado de São Paulo.

Porém, as mensalidades não cobririam nem 10% dos custos das instituições, segundo reconhecia o próprio MEC no começo do ano.

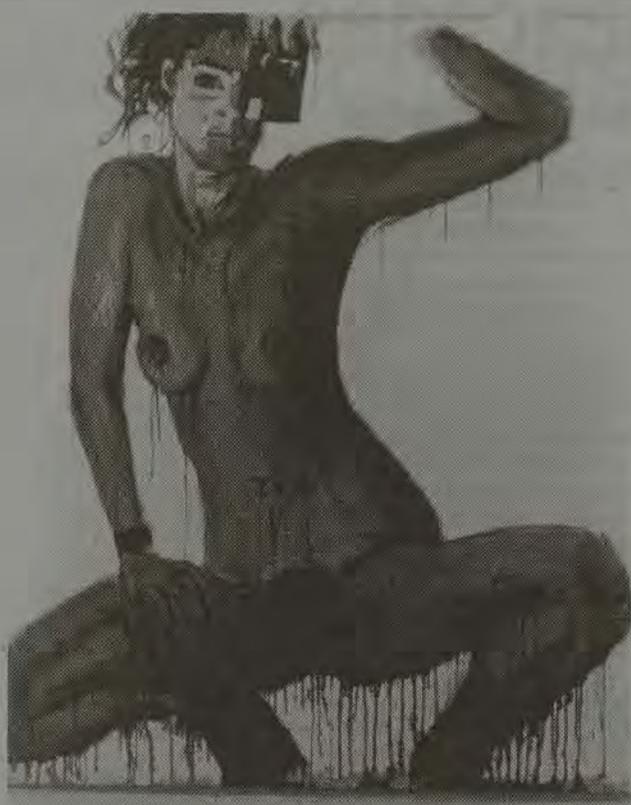
Privatização? - Associações de professores e estudantes, como a UNE, vêem a cobrança de mensalidades como mais um passo rumo à privatização das universidades, na seqüência do PEC 370. A administração das instituições é uma questão que se distingue das formas de financiamento. Nos Estados Unidos, por exemplo, o ensino é pago nas instituições públicas, onde estão 75% dos es-



tudantes universitários. O programa de bolsas e créditos educativos, no entanto, tornaria o estudo virtualmente gratuito para os jovens americanos. Por outro lado, as grandes universidades privadas, como Harvard e Yale, têm orçamentos compostos em grande parte por verbas públicas, além contratos de pesquisa, doações de ex-alunos e mensalidades.

Apesar de reconhecer a possibilidade de cobrança de mensalidade, o secretário-executivo Luciano Oliva Patrício diz que o MEC em nenhum momento cogitou a privatização das universidades federais. "Quem entraria num leilão para comprar uma encrenca dessas?", diz. O presidente Fernando Henrique Cardoso descarta categoricamente a privatização. Disse à imprensa recentemente: "Ninguém vai privatizar universidade nenhuma. Isso é luta política para desqualificar os esforços feitos".

Leonardo Collares



Antropofagia também foi explorada na Semana de 22

Obras de artistas famosos e instalações inovadoras dividem espaço na Bienal

Antropofagia é o tema principal da 24ª edição

Quatro andares de arte e uma maratona a ser percorrida pelos olhos: assim pode ser descrita a 24ª Bienal de Artes Plásticas, que encerra no dia 13 de dezembro. Instalações criativas dividem com obras-primas o Museu de Arte Moderna, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo.

Representantes de 55 países compõem as cores do tórreo. O primeiro e o segundo andar estão divididos entre uma seleção de trabalhos representando sete regiões do mundo e a exposição com obras de mais de 30 artistas contemporâneos brasileiros. Nestes três andares estão as obras com "cara" de Bienal. Instalações inovadoras, salas escuras que trazem surpresas e até um caminhão que parece de mudanças.

Nestes ambientes, que trazem também obras interativas, a exposição se transforma numa grande feira, onde o *High-tech* se mistura com o reciclável, o reciclável se mistura com o politicamente correto, e o politicamente correto se mistura com o inédito.

Um caminhão que parece de mudança é a obra *Cities on the Move*,

feita pela coreana Kim Soo-Já. É um projeto sobre um caminhão que viajou 11.633 milhas costurando culturas de tecidos na carga. Outro artista que "costurou" estilos foi o alemão Mischa Kuball. Ele fez uma coleta dos estilos de luminárias da cidade de São Paulo e colocou todas, com o nome dos donos, em quatro estandes.

Na exposição há obras de todo tamanho. Algumas preenchem uma sala inteira com pedaços de carvão picadurados, labirintos escuros que levam a um vídeo e instalações curiosas — como é o caso de uma sala fechada com apenas dois buracos na parede: colocou a mão, ouve-se som de cães latindo e a agonia, com certeza, faz o curioso tirar a mão rapidamente.

O Núcleo Histórico, no terceiro andar, reúne 116 artistas consagrados — Goya, Rodin, Bacon, Albert Eckhout, Van Gogh, Rodin, Ilans Staden entre outros. Obras-primas num ambiente climatizado, com visitas de hora marcada deixam este andar com cara de um grande museu de arte — onde todos falam baixo e andam devagar, o que não acontece nos outros ambientes do prédio construído por Oscar Niemeyer.

Neste andar dos consagrados, artistas brasileiros ajudam a compor o cenário. As cores vibrantes de Tarsila do Amaral, o neoconcreto de Lygia Clark e as esculturas de Aleijadinho dividem o espaço com as obras de Vicent van Gogh e Francis Bacon.

Bienal antropofágica - Este ano, a Bienal parte de um tema totalmente brasileiro, a antropofagia, explorada pelo movimento modernista que desencadeou a Semana de

22 e por Oswald de Andrade no *Manifesto Antropofágico*. Colocar a arte mundial mostrando um pouco da construção das culturas foi um dos objetivos desta escolha. A arte brasileira, por exemplo, foi construída "digerindo" outras culturas, mas mesmo assim buscando uma singularidade própria.

O "digerir" da arte é comparado ao processo de digestão de um alimento. Agente ingere, aproveita tudo o que nos faz bem e o resto é jogado fora. Neste processo o organismo também faz adaptações. O artista ao construir a sua obra faz o mesmo. Assimila o que lhe serve, faz suas adaptações e joga fora o que não precisa.

A formação do modelo da arte nacional está descrita em obras do século XVI. Trabalhos de estudiosos da história brasileira mostram, numa retrospectiva, o que era o Brasil de 500 anos atrás. Cores e formas dão oportunidade ao visitante de fazer suas próprias interpretações: de como foi a construção da identidade do país e os caminhos que levaram até ela.

Mas a maratona que pode durar uma, duas ou sete horas depende da interpretação de cada um. Há quem vá sem saber o que é antropofagia e saia de lá sem descobrir. Há quem vá só para ver os mestres do terceiro andar sem querer saber dos "alternativos". Mas há, também, aquele que diz: Van Gogh se vê no Museu, pois Bienal que é Bienal tem de ter instalações indecifráveis.

Texto e fotos: Cleide Klock

Cruz e Sousa em português e espanhol

A Editora da UFSC lança, como parte das comemorações do centenário da morte de Cruz e Sousa (celebrado em março deste ano), a obra bilingue *Cruz e Sousa Poemas*. A edição, em português e espanhol, traz uma coletânea de 26 poesias para divulgar o simbolista catarinense em outros países. A apresentação é um estudo de Carlos Germán Belli sobre o poeta e o lançamento aconteceu no último dia 23, no Centro Integrado de Cultura (CIC).

"O objetivo é tentar divulgar Cruz e Sousa, um nome injustamente pouco conhecido, em países de fala espanhola, começando pelo Mercosul", diz o diretor da editora da UFSC, Alcides Buss. "Esta é uma pequena seleção de suas poesias, mas suficiente para mostrar a obra do poeta".

A primeira edição desta obra, traduzida por Javier Sologuren, foi lançada no Peru em 1980, como uma iniciativa da embaixada brasileira naquele país e do Centro de Estudos Brasileños, mas não circulou comercialmente. "Aproveitamos esta tradução que está muito boa, pois há uma grande dificuldade em traduzir Cruz e Sousa pela sua linguagem muito elaborada".

O livro pode ser encontrado nas livrarias da cidade e deverá chegar ao Mercosul através do distribuidor da editora da UFSC e de convênios com editoras universitárias no Uruguai e Argentina. "A partir daí queremos atingir outros países e quem sabe até a própria Espanha". Além da distribuição ao público em geral, a ideia é colocar o livro disponível para um público mais especializado, como estudiosos de Cruz e Sousa, pesquisadoras e interessados em literatura brasileira.

Gabriela Cupani

Cruz e Sousa Poemas
Editora UFSC, 80 pág.
R\$ 10,00



Objetos reciclados dão origem a um bebê



Espaço internacional traz instalação francesa que mistura hiper-realismo com pop art



Um presépio com cara de bazar

Ramiro Pissetti/Zero

Diveigação



Phunky Buddha foi boicotada pelos engenheiros de som, perdeu para o júri mas ganhou para o público

Skol Rock 98 desceu quadradinho

Festival mostrou que o pop brasileiro continua na mesma. Merda!

No dia 1º de novembro, Florianópolis abrigou a 5ª etapa classificatória do Skol Rock 98. Desta vez, oito grupos disputaram o título de revelação do sul do país e uma vaga na grande final do concurso - que, enfim, valia a gravação de um CD *single* e um videoclipe. Apesar de bem estruturado, o evento foi prejudicado pela acústica deficiente do local onde foi realizado - o Ilha Shopping - e pelas controvérsias quanto à classificação final.

A sucessão de falhas começou na escolha da sede da etapa. As 90 toneladas de equipamento e os 100 mil watts de potência foram convertidos em um som embotado para quem estava longe do palco e numa agressão aos tímpanos dos que assistiram às apresentações de perto. Depois, a seleção que definiu as oito bandas participantes, se foi justa, mostrou que as bandas do sul do Brasil estão deixando muito a desejar.

Metade dos grupos se parecia muito no estilo e a outra metade não tinha um pingote de identidade. As bandas *Estigma* (3º lugar), *MBG* (4º lugar), *Os Virus do Ipiranga* e os vencedores *Freak Brothers* utilizam a mesma mistura de rap, *hardcore* e *bip hop*. Sem chegar à sombra dos grupos cujas influências foram declaradas, como *Rage Against Machine* e *Beastie Boys*.

Ainda subiram ao palco as inexpressivas *Hobibhang* - que teve a audácia de escolher *Jump* do *Van Halen* como música cover - *Inseto Social*, clone do *Nirvana*, a fraca *Eletro Silvano* e os *Craquinhas do Asfalto* (5º lugar). O grupo ilhéu *Phunky Buddha* ficou injustamente com o segundo lugar, sob os protestos de boa parte do público.

Sucesso - O público esperava, na verdade, o encerramento da evento com *Barão Vermelho* e *Charlie Brown Jr.*: o número de espectadores praticamente dobrou no final, para ver os grupos já consagrados. O sucesso das duas apresentações é compreensível. *Charlie Brown Jr.* está no topo das paradas, tem apelo fácil e faz o que as bandinhas que se apresentaram antes deles tentam e não conseguem.

O cuidado do *Charlie Brown* com o estilo rap/hardcore não ultrapassa o



Chorão do Charlie Brown Jr.: apelo juvenil



Phunky Buddha agrada mas só leva segundo lugar



A gauchada alegre do Freak Brothers no palco...



...e depois do prêmio de banda "Menos Pior"

comportamento. No palco, o vocalista Chorão, que já está na casa dos trinta, se comporta e se veste como um adolescente. Na apresentação no Ilha Shopping, a molecada vibrou quando o marmanjo deu voltinhas de skate pelo palco.

Se o Barão agitou o público, certamente não foi pela nova empreitada de inserir elementos eletrônicos nas músicas. Frejat e sua turma foram infelizes como a maioria das bandas nacionais que tentam se aproveitar da onda techno do primeiro mundo - que, por sinal, já existe há anos lá fora. O segredo do sucesso, nesse caso, foi a coleção de hits que o grupo levou 15 anos para armazenar. É claro que a música *Puro Êxtase*, a mecha descolorida no cabelo do vocalista e os óculos estilo Bono Vox do baterista e do guitarrista ajudaram.

Textos:
Ramiro Pissetti



Barão Vermelho pega carona na modinha techno-dance-ecstasy...

Floripa fecha as portas para bandas locais

Florianópolis nunca foi o melhor lugar para se formar um grupo de rock. A falta de espaço e de incentivo já são características da Ilha, como ilustra a trajetória do CD de estreia do *Phunky Buddha* (veja crítica na página 19), que leva o mesmo nome da banda. Mesmo tendo qualidade musical, uma certa identidade e algum prestígio, o grupo sente na pele as dificuldades impostas pelo cenário local.

Em maio do ano passado, o grupo gravou as 13 músicas que compõem *Phunky Buddha* em estúdio próprio - na casa do baterista Alexandre Gonçalves. Continuando a saga independente, a banda usou as economias obtidas nos shows para masterizar o disco em São Paulo.

O dinheiro das apresentações financiou também as mil cópias do CD, que aguarda mais uma etapa para o lançamento. "A dificuldade agora é o patrocínio para o encarte, que já está com a arte finalizada", diz Gustavo Barreto, vocalista e guitarrista. Foi por isso que a banda concebeu duas opções de encarte para o álbum: uma com dezesseis páginas coloridas e outra, mais viável, com quatro páginas. "Se não conseguirmos patrocinadores até o final do ano, bancamos o de quatro páginas mesmo e lançamos em janeiro", explica Barreto.

O grupo aponta mais um obstáculo para o disco: o show de lançamento. A ideia é fazer uma apresentação diferente dos shows de estreia de outras bandas da cidade, geralmente realizados em lugares fechados. "Primeiro, porque conseguir um lugar como o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC) ou o Centro Integrado de Cultura (CIC) é privilégio para poucos", diz Barreto. "Depois, pensamos em fazer um 'lance' diferente". Ele adianta que a apresentação, a princípio, vai acontecer em qualquer lugar que não tenha paredes.

ÁLBUM BRANCO 30 ANOS



Excesso de informação. Essas são as palavras mais usadas pela crítica para definir o álbum Branco dos Beatles. Mas não foi essa a marca de 1968, o ano de seu lançamento? Revoluções de mentirinha à parte, há 30 anos o mundo ainda vivia a Guerra Fria, o Brasil sentia a paulada do AI-5 e um bocadinho de transformações sociais estava acontecendo. A juventude agora contava com militantes cegos, hippies e o pessoal que continuava levando a vida do mesmo jeito. Se as tribos de 68 (na época, felizmente, ninguém chamava assim) estavam cada uma na sua, pelo menos alguma coisa tinham em comum: os Beatles continuavam sendo a banda mais popular do planeta. E hoje, difícil é encontrar alguém que não tenha sido influenciado pelos figuras.

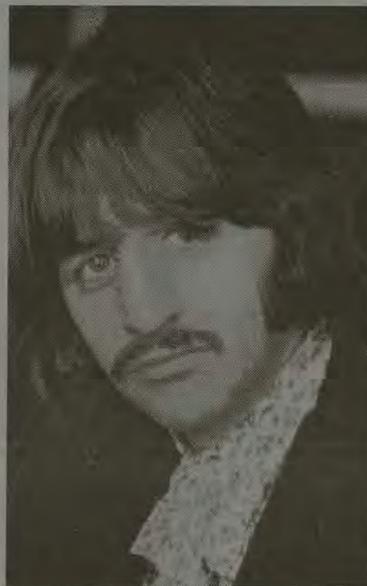
As transformações efetivas no campo político e no social podem ser altamente contestadas, mas pelo menos na música podem trazer lembranças bem agradáveis. No Brasil, os Mutantes respondiam em seu primeiro disco se a guitarra elétrica era adequada ou não à MPB. E em Abbey Road, já há muito livres dos terninhos, do jeito de Grupo Polegar (opa!) e de seu Gugu Liberato (Brian Epstein), os Beatles atingiam a maioria com um disco que os colocava à frente de quase tudo o que se fazia em matéria de música pop na época.

Se a moda que eles mesmos haviam popularizado era a psicodelia e cores berrantes, o que vinha era uma capa completamente branca, só com o nome do grupo em relevo, se o ocidente estava discutindo e eulauando religiões e filosofias orientais, John Lennon (apesar de continuar ligado ao tema) já falava na faixa Sexy Sadie da desilusão ao ser feito de bobo pelo picaretao Maharishi; se todo mundo estava fazendo música "muito louca" embalado a LSD, os Beatles resgatavam o blues, o folk, o country, as baladas e até estilos pré-II Guerra. E se era para inovar e fazer música doida, Revolution 9 está lá (apesar de ninguém agüentar escutá-la inteira) e Helter Skelter pode ter ajudado a criar o que se chama de rock pesado.

Antes de seu lançamento, o título provisório do Álbum Branco era A Doll's House, o nome de uma peça de teatro de Henrik Ibsen escrita no século XIX. O dramaturgo norueguês, considerado o pai do drama moderno, chocou o público da época ao tratar dos direitos das mulheres através da história de um casamento infeliz. Talvez os próprios Beatles estivessem cientes que, apesar de continuarem surpreendendo a crítica e o público com suas inovações e qualidade musical, a situação dos

quatro como integrantes de uma banda estava perto do fim. Era cada vez mais fácil distinguir as composições de Lennon das de McCartney. E George Harrison mostrava que não podia mais, como compositor, ser relegado a uma posição de segunda classe. Até mesmo Ringo Starr teve sua canção Don't Pass Me By e considerada a única que ele realmente escreveu sozinho na época dos Beatles.

Revisão - Desde o encarte até seu título definitivo (The Beatles), o disco dá uma ideia de revisão, de Beatles pelos Beatles ou de Beatles por Lennon, McCartney, Harrison e Starkey. Foi o primeiro álbum lançado pela Apple, um selo próprio, e é até hoje o recordista da banda em discos de platina: ganhou dezesseis, ao todo. Grande parte das fotos do pôster não são de estúdio. Trata-se de um mosaico de fotos dos integrantes na "vida real", do fenômeno Beatles e daqueles que participavam dele: John e Yoko na cama, o empresário morto Brian Epstein, o produtor George Martin, a estada



na Índia, onde praticamente todo o disco foi concebido; Ringo dançando com Elizabeth Taylor e até uma foto de Paul e um desenho de John que acabaram sendo censurados nos Estados Unidos.

Parte dessa história é Revolution 9, colagem de sons considerada de fato revolucionária por uns, ou apenas um forte motivo para levantar do sofá e mudar de faixa pela maioria. No início dos anos-70, John Lennon deu uma entrevista na qual dizia que suas melhores obras eram as pessoais. Ouvindo-a com atenção, pode-se notar várias referências a fatos de sua vida; desde a histeria da beatlemania e suas tours (comparadas por ele ao filme Satyricon, de Fellini) à aclamação vinda de todos os lados, a



O disco é muito rico em detalhes, mesmo tendo sido gravado em oito canais. Apesar de suas trinta faixas, nem todo o material gravado durante os quase cinco meses de estúdio (um exagero para a época) foi aproveitado nele. Hey Jude e Revolution, por exemplo, fizeram parte dessas sessões mas foram lançadas depois num single. Outras músicas, como What's New Mary Jane e Not Guilty, só foram recuperadas oficialmente com o lançamento de Anthology 3. Este disco apresentou versões raras, antes só conhecidas pelos amigos da pirataria, como While My Guitar Gently Weeps acústica, que mesmo sem a guitarra de Eric Clapton não faz feio. Mas também deixou muita coisa de fora, como um take de Helter Skelter de 28 minutos, por enquanto sem previsão de lançamento.

Como comemoração dos trinta anos do álbum Branco, a EMI lançou no final de novembro, na Inglaterra, uma edição especial, limitada em 500 mil cópias. Sem novidades no som mas com embalagem diferente (e, para espanto geral, sem aumento de preço).

Giuliano Ventura e Fabricio Rodrigues

Agora é a hora de Helter Skelter

No ano de 1968 o álbum Branco dos Beatles chega às lojas. Para a maior parte dos fãs, Helter Skelter era apenas a sexta faixa do disco 1. Para Charles Manson, músico frustrado e líder religioso de um grupo conhecido como "A Família", era o prenúncio do Armagedon, a guerra entre brancos e negros.

Manson acreditava haver uma comunicação entre ele e a banda através das músicas. Segundo a profecia inspirada em Helter Skelter (nome de um tobogã em espiral ao redor de uma torre, imagem usada por Paul McCartney supostamente com conotação sexual), os Beatles e a Família ficariam escondidos em uma caverna no deserto durante o Armagedon. Com a vitória, os negros teriam o governo do mundo, mas como sempre foram escravos, não saberiam governar. Essa seria a hora de Manson sair da caverna e tomar seu lugar como o rei dos reis. O guru tinha muito medo dos Panteras Negras, grupo que lutava pelos direitos dos negros nos Estados Unidos. Acreditava que queriam matá-lo para impedir o que estava por vir. Por esse motivo, o rancho em que a Família vivia estava em permanente vigilância. "Os panteras negras já sabem", alegou na época. "Eles querem pegar nossas crianças."

No dia 8 de agosto de 1969, ao voltar de uma viagem ao interior da Califórnia, Manson avisou seus discípulos: "Está na hora de Helter Skelter (confusão)". Chamou quatro de seus seguidores - Patricia Kenwinkel, Susan Atkins, Leslie Van Houten e Charles Watson - e ordenou: "Façam tudo que Tex (Charles Watson) mandar." Os acólitos de Manson dirigem-se então a Beverly Hills, um bairro nobre de Los Angeles. O destino é a casa de Sharon Tate Polanski, casada com o cineasta romano Roman Polanski. Ainda na rua, cortam o telefone. Em seguida pulam o muro e avistam Stephen Parent, 18 anos, que visitava um amigo que trabalhava na casa. O rapaz, assustado, implora: "Não me machuquem!" Tex



A mulher de Roman Polanski, Sharon Tate, que estava grávida quando foi morta por Manson

e diz: "Provar a morte e ainda dar a vida... Emocionante, como uma viagem." Escrevem nas paredes da casa com o sangue das vítimas: "Death to pigs (morte aos porcos)", e espetam garfos e facas no abdômen dos corpos, numa referência à música Piggies, do álbum Branco, que fala em porcos jantando com suas esposas porcas, usando garfo e faca para comer bacon.

No dia seguinte é a vez de Leno Labianca, dono de uma rede de supermercados, e sua esposa Rosemary. Labianca é esfaqueado 71 vezes pelo grupo. Leslie Van Houten segura Rosemary enquanto Patricia Kenwinkel a golpeia na clavícula, com tanta força que chega a entortar a faca. A Sra. Labianca reage às agressões e Tex desfere um golpe de baioneta. Em seguida ordena que Leslie finalize, deixando claro o que Manson ordenou: "Todos devem se sujar." Ela esfaqueia a vítima 16 vezes, e o ritual se repete: garfo e faca nos abdômens, escritos com sangue nas paredes, e a palavra war (guerra) desenhada na pele de Leno. Antes de deixarem a casa dos Labianca, Leslie toma o leite e come o queijo que estavam na mesa.

Manson e seus seguidores foram presos pouco tempo depois dos crimes, e condenados em 1970 a sete penas de prisão perpétua por assassinato e uma por conspiração. O advogado de Manson tentou, em vão, anular o julgamento alegando que o excesso de publicidade do caso poderia ter influenciado o júri.

Na prisão, Charles "Tex" Watson converteu-se ao protestantismo e tornou-se pastor. Foi colocado em isolamento quando funcionários perceberam sua influência sobre os outros presos. Ainda preso, casou-se e teve três filhos. Leslie Van Houten foi solta sob condicional em 78, mas após alguns meses em liberdade, um segundo julgamento condenou-a a voltar para a prisão. É a única que não explorou a publicidade do caso para receber dinheiro. Demonstrou seu arrependimento escrevendo algumas cartas para os filhos do casal Labianca, que nunca enviou. "O que eu posso falar para alguém



Charles Manson: maniaco

que não tem pais por minha culpa?", indagou. Charles Manson cumpre sua pena isolado dos outros presos. Ganhou muita notoriedade com o caso e tornou-se uma espécie de popstar nos Estados Unidos. Ainda tem uma legião de seguidores, como o cantor Axl Rose, que chegou a participar de um movimento que pedia "liberdade para Manson". Recebe muitas cartas de fãs e, até alguns anos atrás, respondia a todas, mas parou quando descobriu que as cartas eram vendidas por até US\$350 se houvesse citação sobre os crimes. Agora exige US\$200 para respondê-las. Gravou alguns discos na prisão, e a banda Guns n' Roses gravou uma de suas músicas. Teve o pedido de condicional negado oito vezes.

Hugo Oliveira

A grande enrolação: Paul morreu

Também é no Álbum Branco que fãs que certamente têm os pés no chão encontram as "provas" mais evidentes da suposta morte de Paul McCartney em 1966. Ele teria sido trocado por William Campbell, ganhador de um concurso de sócias do beatle. Depois disso, apesar de tudo ser mantido em segredo, os três restantes teriam posto pistas nas letras das músicas e nas capas dos discos para contar ao público o triste ocorrido. No início de Revolution 9, uma voz muito formal fica repetindo "Number nine". Quando ouvida de trás para frente, a frase soa como "Turn me on, dead man" ("Ligue-me, homem morto"). Há também a passagem entre I'm so tired e Blackbird, onde se ouve alguém murmurando algo incompreensível (pelo menos em inglês). Porém, quando tocada ao contrário ouve-se John falando algo como "Paul is a dead man. Miss him. Miss him" ("Paul é um homem morto. Sentimos sua falta. Sentimos sua falta"). Das duas uma: ou o negócio não tem mesmo nada a ver ou os Beatles já estavam se divertindo com a história. Basta lembrar da passagem de Glass Onion em que John dá uma "nova pista": "Here's another clue for you all - The Walrus was Paul" ("Aqui esta outra prova para todos vocês - A Morsa era Paul").





Antropofagia também foi explorada na Semana de 22

Obras de artistas famosos e instalações inovadoras dividem espaço na Bienal

Antropofagia é o tema principal da 24ª edição

Quatro andares de arte é uma maratona a ser percorrida pelos olhos: assim pode ser descrita a 24ª Bienal de Artes Plásticas, que encerra no dia 13 de dezembro. Instalações criativas dividem com obras-primas o Museu de Arte Moderna, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo.

Representantes de 55 países compõem as cores do térreo. O primeiro e o segundo andar estão divididos entre uma seleção de trabalhos representando sete regiões do mundo e a exposição

feita pela coreana Kim Soo-Já. É um projeto sobre um caminhão que viajou 11.633 milhas costurando culturas de tecidos na carga. Outro artista que "costurou" estilos foi o alemão Mischa Kuball. Ele fez uma coleta dos estilos de luminárias da cidade de São Paulo e colocou todas, com o nome dos donos, em quatro estandes.

Na exposição há obras de todo tamanho. Algumas preenchem uma sala inteira com pedaços de carvão pandurados, labirintos escuros que levam a um vídeo e instalações curiosas — como é o caso de uma sala fechada com apenas dois buracos na parede: colocou a mão, ouve-se som de cães latindo e a agonia, com certeza, faz o curioso tirar a mão rapidamente.

O Núcleo Histórico, no terceiro andar, reúne 116 artistas consagrados — Goya, Rodin, Bacon, Albert Eckhout, Van Gogh, Rodin, Hans Staden entre outros. Obras-primas num ambiente climatizado, com visitas de hora marcada deixam este andar com cara de um grande museu de arte — onde todos falam baixo e andam devagar, o que não acontece nos outros ambientes do prédio construído por Oscar Niemeyer.

Neste andar dos consagrados, artistas brasileiros ajudam a compor o cenário. As cores vibrantes de Tarsila do Amaral, o neoconcreto de Lygia Clark e as esculturas de Aleijadinho dividem o espaço com as obras de Vicent van Gogh e Francis Bacon.

Bienal antropofágica - Este ano, a Bienal parte de um tema totalmente brasileiro, a antropofagia, explorada pelo movimento modernista que desencadeou a Semana de

22 e por Oswald de Andrade no *Manifesto Antropofágico*. Colocar a arte mundial mostrando um pouco da construção das culturas foi um dos objetivos desta escolha. A arte brasileira, por exemplo, foi construída "digerindo" outras culturas, mas mesmo assim buscando uma singularidade própria.

O "digerir" da arte é comparado ao processo de digestão de um alimento. Agente ingere, aproveita tudo o que nos faz bem e o resto é jogado fora. Neste processo o organismo também faz adaptações. O artista ao construir a sua obra faz o mesmo. Assimila o que lhe serve, faz suas adaptações e joga fora o que não precisa.

A formação do modelo da arte nacional está descrita em obras do século XVI. Trabalhos de estudiosos da história brasileira mostram, numa retrospectiva, o que era o Brasil de 500 anos atrás. Cores e formas dão oportunidade ao visitante de fazer suas próprias interpretações: de como foi a construção da identidade do país e os caminhos que levaram até ela.

Mas a maratona que pode durar uma, duas ou sete horas depende da interpretação de cada um. Há quem vá sem saber o que é antropofagia e saia de lá sem descobrir. Há quem vá só para ver os mestres do terceiro andar sem querer saber dos "alternativos". Mas há, também, aquele que diz: Van Gogh se vê no Museu, pois Bienal que é Bienal tem de ter instalações indecifráveis.

Texto e fotos:
Cleide Klock

Cruz e Sousa em português e espanhol

A Editora da UFSC lança, como parte das comemorações do centenário da morte de Cruz e Sousa (celebrado em março deste ano), a obra bilingue *Cruz e Sousa Poemas*. A edição, em português e espanhol, traz uma coletânea de 26 poesias para divulgar o simbolista catarinense em outros países. A apresentação é um estudo de Carlos Germán Belli sobre o poeta e o lançamento aconteceu no último dia 23, no Centro Integrado de Cultura (CIC).

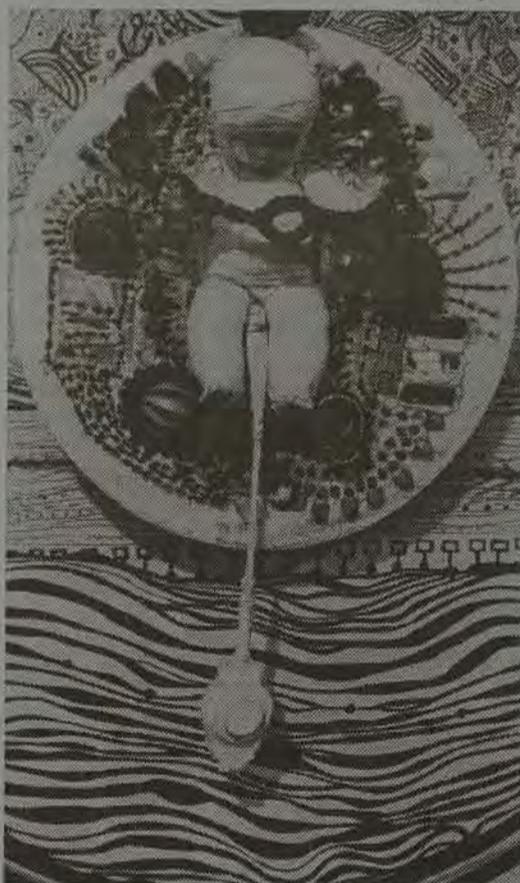
"O objetivo é tentar divulgar Cruz e Sousa, um nome injustamente pouco conhecido, em países de fala espanhola, começando pelo Mercosul", diz o diretor da editora da UFSC, Alcides Buss. "Esta é uma pequena seleção de suas poesias, mas suficiente para mostrar a obra do poeta".

A primeira edição desta obra, traduzida por Javier Sologuren, foi lançada no Peru em 1980, como uma iniciativa da embaixada brasileira naquele país e do Centro de Estudos Brasileños, mas não circulou comercialmente. "Aproveitamos esta tradução que está muito boa, pois há uma grande dificuldade em traduzir Cruz e Sousa pela sua linguagem muito elaborada".

O livro pode ser encontrado nas livrarias da cidade e deverá chegar ao Mercosul através do distribuidor da editora da UFSC e de convênios com editoras universitárias no Uruguai e Argentina. "A partir daí queremos atingir outros países e quem sabe até a própria Espanha". Além da distribuição ao público em geral, a ideia é colocar o livro disponível para um público mais especializado, como estudiosos de Cruz e Sousa, pesquisadores e interessados em literatura brasileira.

Gabriela Cupani

Cruz e Sousa Poemas
Editora UFSC, 80 pág.
R\$ 10,00



Objetos reciclados dão origem a um bebê



Espaço internacional traz instalação francesa que mistura hiper-realismo com pop art



Um presépio com cara de bazar

“Não quero ser cult, quero ser pop”

Coreógrafo uruguaio de 27 anos quer profissionalizar dança em SC com o *Cena 11*

A história do coreógrafo Alejandro Ahmed confunde-se com a trajetória do próprio *Cena 11*, companhia de dança catarinense que dirige desde 93. Autor de espetáculos violentos e pai do primeiro seminário da dança de Santa Catarina, Alejandro sabe criar polêmica. Com apenas vinte e sete anos, é dono de um estilo próprio que engloba videocenografia, textos, encenações e seios nus. Apaixonado por literatura e poesias, chegou às faculdades de Jornalismo e Letras mas largou tudo porque preferiu a dança como meio de expressão. Com mais de cinco prêmios na gaveta, entre eles a medalha Honra ao Mérito Cruz e Souza e o troféu da Associação Paulista de Críticos de Arte, Alejandro parte para sua primeira estréia fora de Santa Catarina, com o dueto *A Carne dos Vencidos no Verbo dos Anjos*. Sempre controverso, Alejandro coreografa as polêmicas poesias de Augusto dos Anjos e, com lentes de contato brancas, dança sozinho num cenário que lembra uma cela de prisão. O que ele espera do futuro, porém, é o mais simples possível. Entre os seus planos estão a profissionalização efetiva da companhia e a formação do seu grupo musical, sonho que o persegue desde que veio criança de Montevideo para Florianópolis. Enquanto isso, Alejandro procura consolidar o estilo do *Cena 11* levando para os palcos deficientes físicos, poesias concretas e até fôsseis. O que o guia nesta busca por um diferencial são seus olhos bem abertos para a realidade, Artes plásticas, cinema, moda, música, nada é passatempo, tudo é referência. Negando o rótulo de pós moderno, apesar de seu próximo espetáculo *Violência* trabalhar essencialmente o conceito de linguagem, Alejandro reclama do amadorismo da dança de Santa Catarina, critica os festivais competitivos do sul do país e alega que gosta mesmo é de estar na boca do povo. Afinal, não tem o objetivo de ser cult. O que ele quer é ser pop.

Z. Como foi a sua iniciação na dança?

AA - O meu primeiro contato com a dança foi através da minha irmã, Leticia, que dançava desde pequena. Para falar a verdade, eu não me sentia nada atraído. Mas daí começou aquela febre dos anos 80, com o John Travolta, Os Embalos de Sábado à Noite e a dança de rua, e eu resolvi entrar para a antiga academia Panteon. Tinha 12, 13 anos e comecei fazendo aulas duas vezes por semana. Quando subi num palco pela primeira vez, em 84, vi que rolava uma coisa muito legal. Não sabia bem o que era, mas senti que aquilo era uma coisa que eu precisava. Em 89, eu lancei a minha primeira coreografia, um duo com a bailarina Jussara. Ganhei o segundo lugar do Festival de Dança de Joinville, que nesse ano não teve primeiro. Apesar de hoje eu não estar mais sofrendo dessa patologia que são os festivais competitivos, foi um incentivo muito legal, principalmente porque colocou o nosso trabalho à vista. Depois disso, eu fui para São Paulo, passei dois anos lá e entrei para o grupo Raça, da Roseli Rodrigues. Foi muito interessante

porque o grupo tinha um vínculo com a dança contemporânea e era muito dinâmico nos movimentos.

Z. Por que "patologia"?

AA - A partir de Respostas sobre Dor, em 94, a gente decidiu não participar de festivais competitivos porque simplesmente acredita que esse não é o caminho. Eu acho que é um dos maiores cânceres que tem no sul do país. Claro que tem suas vantagens mas eu acho que o fato de ser competitivo, com o tempo, foi criando uma coisa meio perversa.

de como Florianópolis só tendo grupos amadores, eu não entendia isso. Eu me espelhava muito no grupo Corpo, que mesmo vivendo fora do eixo Rio - São Paulo, conseguiu ser profissional e reconhecido. Se deu certo em Minas Gerais por que não iria dar em Florianópolis? Foi também mais ou menos nesta época que a ideia de regional começou a cair, ou seja, toda cidade tinha como traduzir a sua realidade sem ser de forma regionalista, folclórica. E Florianópolis tem um lado urbano, uma coisa meio

AA - Florianópolis já tem um mercado, várias pessoas com potencial estão estudando para trabalhar nessa área. Em relação a minha posição, eu não posso reclamar. O grupo tem sido bem acolhido pela imprensa, a cobertura sai legal, as críticas são boas. O que eu gostaria de ver é um duelo maior, só há críticas que se posicionam favoravelmente em relação ao grupo. O problema é que é mais difícil falar mal, tem que ter muito mais conhecimento. E crítica é uma coisa muito legal, é uma

tréias aqui. Por que *A Carne dos Vencidos no Verbo dos Anjos* terá estréia no Rio de Janeiro? E quando será apresentado aqui em Santa Catarina?

AA - Ainda não tem nada marcado. Inclusive porque eles velaram o nosso projeto *Cultura Viva* e não patrocinaram o solo. Fizemos isso porque nós não apresentamos o *Violência* ainda este ano, que era o prazo estipulado pelo edital. Mas não deu, a companhia tem um porte muito grande e não dá para ficar brincando com um orçamento de 470 mil reais. O que nós tentamos fazer foi estreiar o solo aqui e adiar o *Violência* para o ano que vem. Até porque não teria nexo estreiar o *Violência*, que é um espetáculo caro e muito elaborado, ainda este ano se a gente está viajando muito. Mas o *Cultura Viva* não aceitou e vetou o patrocínio para o projeto do solo. Eles, com certeza, nem abriram o envelope. Sabiam que se abrissem seriam apenas três vagas porque uma já seria nossa. É óbvio que o nosso trabalho era o melhor, até por causa da qualidade e experiência que a gente tem.

Z. Fale um pouco sobre a experiência de ser um dos três brasileiros convidados a estudar nos Estados Unidos?

AA - Eu recebi uma bolsa de estudos da Vitae para participar do American Dance Festival. Antes desse festival tinha um tour para conhecer Nova Iorque e as coreografias que estavam trabalhando lá. Os dois meses que eu fiquei nos Estados Unidos funcionariam como um termômetro, consegui colocar meu trabalho à vista de várias pessoas. É um país careta e conservador, sem dúvida, mas houve muita troca de informação. Eram 19 coreógrafos do mundo inteiro, tinha gente até da Índia. Lá eu conheci o David Zambrano que tinha uma técnica de improviso e diluição do corpo que acabou sendo uma referência para o grupo, principalmente para o *In Perfeito*. Além disso, tem uma coisa legal lá que é a técnica, a sistematização da técnica.

Z. O trabalho da companhia sempre foi muito reconhecido. Academicamente também houve muita aceitação. Quais foram os prêmios, Alejandro?

AA - Tirando os Festivais, que não interessa muito, tiveram os três prêmios Mumbembe de 95, 96 e 97. Ano passado o grupo ganhou o prêmio de Melhor Concepção Cênica pela Associação Paulista de Críticos de Arte, o prêmio Projeto Piloto e o prêmio Honra ao Mérito Cruz e Souza, que envolve mais política mas também é muito legal.

Z. Para finalizar, quais são os seus planos daqui para frente?

AA - Eu quero continuar com a companhia, estabilizar o nosso trabalho, montar um ateliê para ensaiar e produzir, estreiar o *Violência* e, depois disso, descansar. Além disso eu estou pensando em montar uma banda, um projeto antigo que eu tinha, com a Nedra, cantora do grupo.

maneira de você discutir sobre aquilo que você faz. Além disso, você precisa de um registro. É uma referência para o público e para nós também. Mas nós sempre fomos muito bem acolhidos tanto pela crítica quanto pelo público.

Z. É importante para o grupo fazer um tipo de espetáculo que o povo gosta de ver?

AA - É claro. Nós temos que dar esse tipo de informação para o nosso povo. Hoje em dia quase tudo o que se divulga maciçamente no Brasil é de qualidade duvidosa. E se o povo não assimilar o

“Só há críticas favoráveis. Prá falar mal tem que conhecer”

outro lado, como vimos poder dizer que eles realmente gostam do disco do E o Tchun? Eles compram porque não conhecem o resto, não tem consciência das outras coisas que existem. E o precisa saber. Ele tem que conhecer para poder optar. E eles até querem, não se pode subestimar o povo. Eu, por exemplo, não subestimo o meu público. Por mim, a gente dança em qualquer lugar para qualquer pessoa. Eu não quero ser cult, quero ser pop. Se não for assim, não tem sentido.

Z. O Novo Cangaço, Respostas sobre Dor e In Perfeito tiveram es-



Wagner Maia/Zero

Alejandro Ahmed: estilo próprio, primeiro seminário catarinense e cinco prêmios na gaveta

Z. E o Cena 11, quando entrou na sua vida?

AA - O *Cena 11* era um grupo de dança não profissional, como reza a velha tradição do sul do país, um grupo formado pelos melhores alunos da academia, nesse caso a Rodanço. Quando eu voltei de São Paulo, em 91, não me interessava nem um pouco pelo grupo. Aliás, por nenhum grupo daqui. Tinha um pouco de preconceito com o amadorismo de Florianópolis. Não tinha nenhum grupo profissional, nem perto disso. Mas, em 92, eu resolvi tentar mais uma

“Eu sempre tive vontade de levar o mundo para dentro do palco”

vez e acabei remontando o *Cena 11*. Chamei mais três pessoas e formamos um grupo cujo maior objetivo era se tornar uma companhia profissional. A partir daí criamos laboratórios de pesquisa e, com o apoio dos editais do governo, conseguimos montar o Respostas sobre Dor.

Z. E o que fez você mudar de ideia?

AA - Eu pretendia construir alguma coisa aqui, até porque foi essa a cidade que eu escolhi para morar. Não dava para continuar vindo uma cidade

Califórnia que é muito legal. E isso parecia que não rolava, o que ficava era aquele aspecto neo-hippie de produção cultural. E Florianópolis não é só isso. Não é só reggae e artesanato de beira de praia o que rola aqui.

Z. Voltando aos editais, ainda está muito difícil conseguir apoio para levar uma ideia para os palcos?

AA - Depois que o grupo se profissionalizou, ficou tudo mais fácil. O problema é que a dança não tem uma divulgação maciça como o cinema, por exemplo. E o fato de a dança ainda não ser bem veiculada faz com que ela esteja quase sempre carente de recursos. Mas, sem querer ser político, o grupo cresceu muito, em termos de proposta cultural, junto com o governo FHC. Depois da derrocada do Collor, a dança voltou a ser um produto que gera divisa para o estado.

Z. Uma das características mais marcantes dos seus espetáculos é o aspecto multimídia, com som ao vivo, telões, poesias, dança. Por que trabalhar com tantos elementos no palco?

AA - Eu sempre tive vontade de levar o mundo para dentro do palco, sentia necessidade de pegar outros elementos além da dança. Quanto mais meios de informação, mais veloz é o entendimento sensorial. Esse tipo de abordagem traduz melhor a realidade, fica mais próxima dela.

Z. E quanto às críticas, qual é o seu posicionamento em relação a elas? Em Florianópolis pode-se falar em crítica cultural ou isso é ainda é um tipo de informação utópica?

Free Jazz lota mas não convence

Salada musical incluiu até gospel e foi sucesso de público

Com o cast mais heterogêneo da história do festival, o Free Jazz '98 acabou sendo também a mais festejada das edições. Desta vez, Curitiba entrou no circuito de shows, que já reunia Rio, São Paulo e Porto Alegre. Com uma audiência de festival de rock (mais de 25 mil espectadores nas quatro cidades), o Free Jazz não se limitou a um acontecimento musical. Muita gente, que sequer conhecia as principais atrações do evento, esteve no festival mais pelo status social que ele promoveu do que pela boa música apresentada. Com semanas de antecedência, os ingressos para os principais shows já estavam esgotados.

Devido ao grande número de participantes, os shows do Rio no Museu da Arte Moderna, e de São Paulo no Jockey Club, abrigaram três palcos diferenciados. No palco principal (main stage) se apresentaram os grandes nomes do Free Jazz: Ben Harper, Dave Matthews Band, Massive Attack, Kraftwerk, Wayne Shorter e Jeff Beck. No new directions, reservado às diferentes tendências musicais, estiveram, entre outros, Keb'Mo' e a cantora gospel Mavis Staples. Por fim, o palco club, onde cabiam pouco mais de cinco músicos, se apresentaram Hermeto Pascoal, Antônio Madureira, Howard Johnson e outros três grupos.

No geral, a mistura de estilos acabou sendo bem dividida. Na sexta-feira 16, em São Paulo, tocaram Ben Harper e a Dave Matthews Band, bons vendedores de discos que, com respaldo da crítica internacional, já chegaram bem cotados no Free Jazz e não precisaram fazer muito esforço para conquistar o público. Harper e a banda Innocent Criminals capricharam na escolha do espetáculo, que acabou compensando uma certa frieza inicial dos músicos. Começaram com um repertório mais forte e suinado, soul e funk como na música Gold to me, e suavizaram um pouco na segunda metade do show, que terminou com uma versão de Noodoo Chile de Jimi Hendrix no bis, onde Harper aproveitou para fazer sons incríveis com sua slide guitar.

Já a Dave Matthews Band fez uma apresentação comportada, o que não ofuscou o brilho instrumental de

músicos tecnicamente perfeitos. Ganharão a platéia com uma aparente simplicidade, que nos Estados Unidos fez com que seu último disco, These crowded streets, superasse a melosa trilha do filme Titanic na parada da Billboard.

O duo mais inesperado para um festival de jazz se apresentou no sábado, 17 em SP e no dia anterior no Rio: Massive Attack, criadores do trip-hop, que mistura samples e orquestra de cordas, e o Kraftwerk, pioneiros da música eletrônica e ponto de referência para quase tudo que se fez com sintetizadores a partir de meados dos anos 70, de David Bowie e New Order aos modernos grupos techno da década de 90. Os "pais da matéria", Florian Schneider e Ralf Hutter comandaram o espetáculo de "foins" e "tebaks" que assombrou a platéia. Ao contrário de dez entre dez apresentações musicais, o show do Kraftwerk mandou pro espaço a tão decantada integração músicos/platéia, essencial na música pop. O ponto máximo do show foi quando os músicos deixaram o palco e ligaram o piloto automático dos sintetizadores, deixando os sons maquiados tomarem conta do pavilhão sozinhos. Nada de emoção, nenhum chavão como o surrado "obrigado, Brazil".

Depois da performance arrasadora e milista do grupo de Düsseldorf, o público não poderia engolir mais nada. Por isso, o show do Massive Attack foi, por vários motivos, um tanto difícil de assistir. As performances de estúdio em discos como Protection e o recente Mezzanine não se refletiram à altura no Free Jazz. As dimensões do palco principal não ajudaram a criar o clima intimista exigido. A vocalista que acompanha a banda na turnê, Deborah Miller pecou por interpretações corretas demais, sem o virtuosismo de Elisabeth Fraser, que cantou no último disco da banda. As viagens instrumentais descebamaram num show mais progressivo, o que ajudou a não cativar o público. Mesmo assim, as apresentações abaixo do esperado não prejudicaram o status do Massive Attack de ser uma das mais influentes bandas da década.

O último dia reservou os dois principais nomes do Free Jazz, Wayne Shorter e Jeff Beck. O primeiro, remanescente



Jeff Beck: velhinbo implacável

te da era dourada do jazz americano, se converteu na salvação dos puristas, que provavelmente execraram os demais atrações do evento. O saxofonista de New Jersey formou, ao lado de Miles Davis, Herbie Hancock, Ron Carter e Tony Williams, o dream team do jazz nos anos 60, que juntos, incapacitavam qualquer

reles mortal de competir com eles. Seu show foi perfeito para o estilo: virtuosismo musical, interpretações longas e inúmeras mudanças de tempo que, vez por outra, provocaram bocejos na platéia.

Jeff Beck é outro que não precisa ter um disco no top 10 da Billboard para tocar no Free Jazz. Mesmo sem lançar material há cinco anos (com exceção da recente participação no disco de seu ex-produtor George Martin), ninguém põe em xeque sua qualidade técnica. Subestimado por alguns críticos brasileiros que diziam que, apesar de ser um ótimo guitarrista, só mereceu estar no Free Jazz devido a alguns discos gravados entre 68 e 76, Jeff Beck trouxe uma banda pequena, como de costume, com destaque para a guitarrista Jennifer Ballen, que tocou desde riffs fortes e de peso à sons jazzísticos e sintetizados. Seu repertório incluiu clássicos como The pump e Blue wind, além de Star Cycle, tocada sob uma base de seqüenciadores.

Fora as atrações internacionais, outras apresentações mereceram destaque. Como foi o caso do até então obscuro Keb'Mo', que, com seu blues sofisticado, fez uma das melhores apresentações dentre as bandas que tocaram no palco "new directions". O octeto Farofa Carioca apresentou de tudo um pouco em seu show, mesclando samba, hip hop, axé, rap, e muito mais. O difícil na banda é distinguir o que é o que nesse liquidificador sonoro. Hermeto Pascoal dispensa apresentações. Pena que ele continua sendo para muitos, apenas um "albino esquisito". Muito pouco para quem foi o principal inspirador e parceiro de Miles Davis no disco "Live-Evil". Um bom exemplo da influência de Hermeto na música experimental foi o show do pernambucano Antônio Madureira, notório por construir instrumentos inusitados, como o garrufone e o marimbau, feitos com fios de cobre, bambu e latas. O ponto alto do seu show foi a apresentação de Ave Maria, de Schubert, tocada com um serrate e um arco de violino, repetindo a repercussão positiva que teve no Festival de Montreux.

Fabrizio Rodrigues

Holandês Caráter conquista pela fotografia



Van Huêt: filhinbo implacável

Estreou este mês nas telas de Florianópolis o holandês Caráter (Character, 1997), do diretor Mike Van Diem. Baseado no romance homônimo de Ferdinand Boerewijk, o filme que roubou o oscar de O Que É Isso, Companheiro? provou que realmente funciona.

O primeiro longa-metragem do diretor de 39 anos aborda o difícil relacionamento entre um pai ausente, o oficial de justiça Dreuwerhaven (Jan Decleir), e seu filho Jacob (Fedja Van Huêt). Após passar uma única noite com sua empregada Joba (Bety Schurmann), o oficial duro e rígido fica sabendo da gravidez e decide pedi-la em casamento. Joba recusa e parte para um lugar onde possa esquecer o seu passado. Nasce, então, o menino Jacob. Vítila de todo o tipo de preconceito, o garoto tem uma infância sofrida. Solitário, sua única companhia é o silêncio da mãe, aparentemente fechada em seu mundo. Apesar dos constantes avisos de

que não deve esperar nada de seu pai, Jacob procura-o ansiosamente. Um certo dia o encontro acontece, e o menino cria esperança de conquistar o pai. Dreuwerhaven, num misto de orgulho ferido e frieza, leva o ódio que sente pelo filho às últimas consequências. O menino tenta se aproximar, mas vê os horizontes sendo fechados por um pai que só quer persegui-lo. Cria-se, então, um clima de disputa. O garoto aceita o desafio proposto pelo pai e, à medida que vai crescendo, determina-se a vencê-lo. A disputa é tão grande que chega um momento em que não há mais espaço no mundo para os dois. Um deles vai ter que morrer.

Caráter é, antes de tudo, a história das desilusões e desencontros que uma relação entre pai e filho pode gerar. Para situar este tumultuado relacionamento, Van Diem escolheu uma Rotterdan em crise, fria, cinzenta. E transpôs para uma tela repleta de chuvas,

ruas, noites sem lua e corredores opressivos todo o clima da relação ambígua que se estabeleceu entre o oficial e seu filho. O resultado é uma linguagem extremamente convencional, mas uma história muito bem filmada.

Apesar dos tipos bizarros que compõem o filme, os atores estão muito a vontade em seus papéis. Transformaram personagens lacônicos e aparentemente simples em pessoas complexas, vivas. O diretor também emociona. Conseguiu imprimir força e densidade ao seu primeiro longa-metragem. Pode não ser nenhuma obra-prima e ter defeitos, como o exagero de algumas cenas e as repetitivas explicações sobre os fatos, mas é um filme tecnicamente perfeito. E não passa despercebido. As ânges tomadas e os constantes movimentos de câmara, frutos da experiência de Van Diem com curtas-metragens e séries de TV, facilitam o clima noir que caracteriza o filme e dão estilo e continuidade a obra

de Van Diem. Os personagens esquisitos que circulam pela história de Caráter nos remetem a Charles Dickens, referência também para o romance de Boerewijk.

Violento, denso e angustiado, Caráter já valeria pela excelente fotografia. O que vemos, porém, é muito mais rico e interessante. A história de amor e ódio levada às últimas consequências nem de longe lembra o maniqueísmo de O Que É Isso, Companheiro? E as primorosas imagens, clássicas porém não banais, mostram por que no campo cinematográfico a Holanda rouba todas as bolas do Brasil. O drible do ano retrasado, quando A Excêntrica Família de Antônia levou para casa o oscar que poderia ter sido de O Quatrilho, preparou o terreno para o chute decisivo. E, na frente das traves adversárias, bastou um leve toque para a Holanda fazer o gol definitivo.

Jade Gandra Martins

Urpinha dos servidores sai, mas advogado atrai a suspeita do sindicato

Defensor quebrou a relação de confiança

Uma novela que se estendeu por tempo demais, e parecia finalmente ter chegado ao fim, acaba de ficar ainda maior. Uma convocação feita pelo informativo de 3 de novembro do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc) avisava seus associados que o governo federal havia liberado o dinheiro da URP (Unidade de Referência de Preço) 16.19, repassando o valor devido aos servidores públicos por perdas salariais no período de maio a outubro de 1988, em um dos inúmeros planos econômicos formulados no Brasil. Os servidores teriam apenas que comparecer à sede do sindicato para preencher uma nova procuração pois, segundo o boletim, a juíza que cuidava do caso teria tido dificuldade para ler algumas das que já haviam sido entregues. Um total de 1400 funcionários comemoraram a conquista da Urpinha (como foi apelidada), que significaria um aumento no argumento de fim de ano de, em média, um salário a mais para cada trabalhador - no total R\$ 1.864.000,00. De fato o dinheiro começou a ser liberado para pagamento de acordo com a ordem alfabética, na Caixa Econômica Federal do Campus, do dia 30 de novembro até 8 de dezembro.

O problema que adiou o fim dessa espera é o verdadeiro motivo para as tais procurações terem sido requisitadas pelo advogado que defendia o interesse dos filiados ao Sintufsc, Victor Gevaerd. No documento, assinado por aproximadamente 500 funcionários, estava declarado que o advogado receberia 10% do valor líquido do repasse em troca de honorários. Alguns funcionários desconfiaram dessa requisição de Gevaerd e foram procurar a juíza Eronilda Ribeiro dos Santos, da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis, que teria pedido as novas procurações. Foi o caso do servidor Miguel Arcângelo Broering, do Centro de Ciências Agrárias, que relatou em um e-mail para o Jornal Universitário sua experiência. Segundo Broering, a juíza informou que não havia necessidade de um segundo documento, como foi divulgado pelo boletim do Sintufsc. "A substituição (das velhas procurações pelas novas) tinha o único sentido de cobrar honorários de 10% sobre o líquido", escreveu ele. "O que faremos? O que será feito para apurar essas irregularidades contidas no informativo 43/98?"

Para tentar responder essas dúvidas, o Zero procurou Helena Dalri, presidente do Sintufsc. "Victor Gevaerd quebrou uma relação de confiança", afirmou Helena, referindo-se ao pedido que o advogado lhe apresentou, dia 30 de outubro, em nome da juíza, para que fossem feitas e anexadas ao processo as novas procurações. Segundo o que a pre-

sidente do sindicato apurou, o verdadeiro despacho feito pela juíza Eronilda tratava-se de um simples: "Dê-se ciência aos autores (do processo). Prazo para eventual manifestação: 48 horas". Isso no dia 27 de outubro. Nenhum pedido de novas procurações assinadas pelos funcionários, como foi dito pelo advogado. As ações de Helena a partir dessa informação foram: mandar trancar em um cofre na sede do Sintufsc todas as procurações que já haviam sido assinadas, sem deixar que Victor Gevaerd tenha contato com nenhuma delas, e preparar um novo informativo com a manchete "Urpinha: a verdade dos fatos", com uma explicação e um pedido de desculpas a todos os envolvidos na questão.

É bom lembrar que Helena não contesta o direito do advogado de cobrar 10% do valor ganho em juízo em nome dos seus honorários, uma vez que Gevaerd não é funcionário do Sintufsc, apenas presta serviços ao órgão. "O problema foi a forma que ele fez a requisição para conseguir a assinatura das pessoas". A relação entre o Sintufsc e o advoga-

discutir o futuro dos casos que o advogado defenderia em nome da entidade.

Nem a juíza Eronilda dos Santos nem o advogado Victor Gevaerd quiseram comentar a confusão sobre o objetivo do despacho do dia 27 de outubro - havia ou não o pedido de novas procurações? A juíza disse, por telefone, não comentar detalhes de um processo que está em curso. O advogado, procurado pela equipe do Zero na sala em que presta assessoria jurídica aos professores da UFSC, disse só discutir o caso no Foro adequado e ameaçou: "Tudo o que você publicar sobre o assunto é mentira!" Ele se refere a confusão como "um erro de interpretação", sem detalhar quem teria sido mal interpretado na história, mas avisou que o erro pode até ter sido dele. "Eu já estou pagando pelo caso com a minha credibilidade sendo colocada em dúvida". Quanto a possibilidade de alguns servidores contestarem o direito dele receber os honorários, Gevaerd é categórico: "É burrice. Eu prestei um serviço e tenho direito de receber por ele. Quem estiver me devendo R\$ 50,00 e se recusar a pagar vai gastar muito mais". Ele garante que entrará na Justiça e, provando a prestação de serviços, vai cobrar de cada funcionário os honorários com o processo antigo, com o novo caso e custas do processo. Resumindo o que veio como lucro pode terminar em prejuízo.

Romeu Martins

O advogado Victor Gevaerd não conseguiu pôr as mãos nas procurações trancadas no cofre do Sintufsc

Fotos: Wagner Maia/Zero



Edição on line convence

Qualidade da UFSC atrai rádio holandesa

Com o objetivo de apresentar a jornalistas e produtores de rádio e televisão as possibilidades dos novos meios de comunicação, um grupo de profissionais da Rádio Holanda esteve, entre os dias 30 de novembro e 1 de dezembro, no Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), promovendo o curso *Rádio Nederland*. O tema desta edição foi *Como trabalhar e promover o ensino a distância através da Internet*.

A maioria dos dezenove participantes são produtores experientes de países como Brasil, Argentina, Chile, Equador e Bolívia, que trabalham com material educativo ou prestam serviços na área de comunicação.

O curso vem sendo realizado há quatro anos, em diversos países, com a intenção de atualizar e aprofundar o intercâmbio com profissionais que já trabalharam na Rádio Holanda.

O coordenador do curso e gerente regional da Rádio Holanda no Cone Sul, Davi Binnert, disse que "o principal motivo da escolha da UFSC para sediar a promoção deste ano é o projeto Universidade Aberta", considerado por ele "uma forma inteligente de usar a internet".

O projeto Universidade Aberta divulga o que acontece na UFSC em programas de rádio e TV, além de páginas em jornais locais e na Internet. Todo o trabalho é feito pelos alunos do Curso de Jornalismo com a supervisão dos professores. O projeto já recebeu vários prêmios de expressão nacional e é considerado a principal fonte de notícias da universidade.

Carla Roncatto



Phunky Buddha é melhor que o "mané-beat"

Enquanto o patrocínio para bancar o encarte não vem, a banda Phunky Buddha aguarda o momento de lançar o seu bom CD de estreia, intitulado simplesmente Phunky Buddha. Formada por Ulysses Dutra (guitarra), Jorge Gómez (baixo), Gustavo Barreto (guitarra e vocal) e Alexandre Gonçalves (bateria), a banda pode ser considerada superior a qualquer coisa que se auto-proclame "mané-beat".

O CD traz algumas diferenças em relação às apresentações do grupo, já que muitos arranjos mudaram desde que o disco foi finalizado. A banda troca, com sucesso, os solos intermináveis dos shows por músicas mais concisas, que poucas vezes ultrapassam os três minutos. As participações especiais de Caio Muniz (teclados), Ney Platt (saxofone) e Daniel, percussionista do triô, enriqueceram o resultado final, embora tenham tornado algumas músicas inviáveis no palco. *Tamandua*, a melhor do disco, não consta no set list da banda.

As inspirações são evidentes e bem escolhidas. Além de menções às guitarras emprestadas de Jimi Hendrix, a banda usa elementos do que há de melhor no funk e no soul. James Brown e a brasileira Black Rio são aproveitados não só em termos sonoros: "no seu carro, ouvindo James Brown (...) no seu carro, ouvindo Black Rio tirando sarro das putas da Brasil". Poucas influências fogem do estilo musical do grupo. O maior exemplo é *Folha no Vento*, que começa como uma balada e acaba citando Led Zeppelin.

Dois detalhes atraiam Phunky Buddha: os vocais ficaram um tanto lineares, embora não desafinem, e as letras, que não são pretensiosas, mas esbarram na modinha da alusão às drogas - "o diabo fumava seu cachimbo esverdeado" (*Deus e o Diabo*); "eu gosto de fumar da ervã... não vejo nada de errado em querer ela queimar" (*Belzbu*) - ou em clichês - "não se engane e não se deixe enganar... ouça a verdade do seu coração" (*Seja Livre*); "quem sabe brincar com fogo não se queima/ê só você olbar dentro de si mesmo" (*Apodisiatzeim*).

Patrick Cruz

Arrocho não vai tirar Brasil do atoleiro

Professor de economia da UFSC defende desvalorização do câmbio

O ajuste fiscal proposto pelo governo não é a solução para o problema econômico brasileiro, afirma o professor da UFSC e doutor em economia internacional Nildo Ouriques. "O problema do déficit é de ordem financeira e não fiscal, e sua causa é o juro". Apesar de considerar o ajuste necessário, Ouriques afirma que o aumento de impostos e corte de gastos não atacam a causa do déficit e defende que deve-se "tocar na desvalorização do câmbio". Ele diz também que a alta dos juros não está contendo significativamente a fuga das reservas nacionais, que em outubro estavam em US\$ 41,6 bilhões.

"Não há déficit fiscal e nem na Previdência", diz o professor. "No ano passado houve um déficit de R\$ 17 bilhões, agora anunciado como de R\$ 42 bilhões". Ouriques explica que o governo produz o rombo usando receita da Previdência sem devolver. "Temos que duvidar de tudo porque o governo mente sistematicamente e descaradamente".

O professor defende que a saída para o déficit seria a renegociação da dívida externa, pois sem os juros a conta do governo é superavitária (com eles a despesa sobe para R\$ 75 bilhões) e neste ano o país tem de pagar R\$ 56 bilhões com despesas financeiras. Além disso é necessário estatizar o sistema financeiro, "senão daqui a pouco os bancos quebram de novo e vamos precisar de um novo Proer", referindo-se ao programa do governo que salvou os bancos com o dinheiro público.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, defende que a redução do déficit primário (receitas

menos despesas, exceto gastos com juros) é condição essencial para a redução gradual das taxas de juros. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, afirmou que, dependendo da conjuntura internacional e dos resultados do ajuste fiscal, as taxas de juros poderão cair a partir do primeiro trimestre do ano que vem.

Arrocho - O arrocho de R\$ 28 bilhões projetado pelo pacote não leva em conta o aumento dos juros e o quanto a recessão vai significar em perda de receita. O crescimento econômico do país, estimado em um ponto negativo no ano que vem, significa, para Ouriques, a redução drástica na entrada de receitas do governo. E os empresários estão prevendo

uma diminuição no faturamento que vai aumentar as demissões. Só em setembro foram fechados seis mil postos de trabalho.

Com a queda no faturamento a indústria nacional, principalmente a de automóveis e eletroeletrônicos, está reduzindo a produção, dando férias coletivas ou demitindo funcionários. Diante da perspectiva de queda na demanda, para não quebrar, o setor de autopeças deve demitir, nos próximos cinco meses, cerca de 30 mil trabalhadores.

Para Ouriques, o pacote segue a cartilha do FMI (Fundo Monetário Internacional) e privilegia os banqueiros. Há cada vez mais uma adaptação da América Latina ao estabelecido pelos organismos internacionais e, para o professor, a grande questão é "se vamos resolver isso sozinho ou simplesmente cumprir as ordens dos Estados Unidos e do FMI".

Na mesma semana em que o Brasil lançou o plano de ajuste fiscal, o Japão adotou medidas inversas ao pacote brasileiro: está dando US\$ 85 bilhões de subsídios e US\$ 65 bilhões de cortes nos impostos. "O Japão não é colônia e quer ser a melhor economia do mundo", diz Ouriques, e ironiza: "Se nós mesmos não formos capazes de resolver o problema, eu sou a favor de medidas drásticas como tomou Porto Rico: vamos adotar o dólar e pedir a condição de estado-membro associado da federação norte-americana. Ai temos as vantagens, pegamos o passaporte e não há problemas de instabilidade monetária".

Cid Guesser

Aventura na telefonia traz crise para RBS

Atingidos pelas demissões, os funcionários do grupo RBS do Rio Grande do Sul uniram-se aos Sindicatos dos Jornalistas, Radialistas, Gráficos e dos Administrativos de Jornais e Revistas, e tentaram publicar um edital no jornal *Correio do Povo* sobre as medidas. No texto, que deveria ter sido publicado no dia das eleições, eles relacionam os cortes com a crise e a compra da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e Telesp pela RBS. Segundo o edital, os negócios "extras" do grupo gaúcho não deveriam afetar os funcionários.

O *Correio do Povo* não publicou o texto, alegando que poderia ser multado pela lei eleitoral, já que considerava o conteúdo do edital político-partidário. "Como não foi possível a publicação resolvemos fazer panfletagem nas ruas de Porto Alegre", afirmou a diretoria do Sindicato dos Radialistas do RS.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas do RS, Celso Schröder, diz que procurou o jornal porque tratava-se do veículo que adotou posição mais crítica na época da privatização das Teles. "Mas aí eles vieram com esta conversa de político-partidário", disse Celso.

Segundo empregados da RBS, que pediram para não serem identificados, as demissões não têm nenhuma relação com os boatos que circularam em Florianópolis e Porto Alegre, de que a empresa estaria enfrentando dificuldades financeiras para quitar os compromissos de compra estabelecidos no leilão da CRT e da Telesp. "Para desespero do urubus de plantão, a RBS está muito saudável", afirmou o vice-presidente do grupo, Pedro Sirotsky, no jornal *A Notícia* no final do mês de setembro. Sirotsky disse também que o grupo espera faturar US\$ 700 milhões este ano.

Porém as evidências desmentem a afirmação do vice-diretor. A RBS foi pega de surpresa com a notícia de que os espanhóis, seus parceiros no leilão das Teles, resolveram entrar na disputa pela Telesp. A holding TBS, formada pela Telefónica de Espanha e a RBS teve que ser desfeita, pois os espanhóis haviam constituído monopólio. Pelas regras do leilão, uma mesma empresa não pode ter controle de mais de uma operadora de telefonia fixa. A Telefónica foi obrigada a abandonar a parceria com a RBS na CRT e ficou somente com a Telesp, pois os espanhóis sabem que a operadora paulista é mais rentável. Resultado: a RBS terá de comprar 4,10% das ações destinadas aos funcionários da CRT por um valor acima do de mercado, pois na época do leilão as ações estavam em alta.

A proposta do grupo gaúcho é fazer uma troca com os espanhóis, dando os 6% das ações que possui na Telesp por uma considerável parte de CRT. Como consequência, a empresa apertou o cinto. A política estabelecida foi o corte de 441 vagas, 7% dos 6.300 empregados. (Revista Exame 7/10/98). "O grupo RBS está atribuindo as demissões à crise econômica pois não quer admitir que foi passado para trás no leilão. Eles foram enrolados de uma maneira constrangedora, foi amadorismo empresarial", diz o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, Sérgio Murilo.

Segundo a edição de novembro do jornal *Versão dos Jornalistas*, publicado pelo Sindicato dos Jornalistas do RS, a dívida da RBS gira em torno dos US\$ 175 milhões. O dinheiro é proveniente de empréstimos internacionais, com uma parte vencendo em cinco anos e a outra em dez. Os investidores desta primeira parcela em bônus têm opção de resgatar US\$ 50 milhões no final deste ano.

Ana Leticia Rosa



Moeda desvalorizou 1.000.000.000.000.000 vezes

Em toda sua história, o Brasil trocou oito vezes de moeda - três em apenas quatro anos, de 1986 a 1990-, na tentativa de livrar-se da instabilidade econômica. O Real não é novidade, foi a primeira moeda brasileira - de 1500 a 1942 quando foi substituída pelo Cruzeiro. Na época, o plural de Real era Réis e um conto de réis equivalia a mil réis. O Cruzeiro, por sua vez, já foi moeda nacional três vezes.

A inflação foi o elemento que mais influenciou as trocas de moeda. A tabela mostra quantas vezes o dinheiro mudou de nome, em que épocas, qual a abreviação para descrevê-lo e quanto equivalia em relação à moeda anterior.

Leyla Spada

Data	Moeda Anterior	Moeda Nova	Equivalente
5 de outubro de 1942	Real para Cruzeiro	Cr\$	Equivalente a mil réis*
8 de fevereiro de 1967	Cruzeiro para Cruzeiro Novo	NCr\$	Equivalente a mil cruzeiros antigos*
31 de março de 1970	Cruzeiro Novo para Cruzeiro	Cr\$	Restabeleceu a antiga denominação cruzeiro
10 de março de 1986	Cruzeiro para Cruzado	Cz\$	Equivalente a mil cruzeiros. Restabelece o centavo*
16 de agosto de 1989	Cruzado para Cruzado Novo	NCz\$	Equivalente a mil cruzados*
12 de abril de 1990	Cruzado Novo para Cruzeiro	Cr\$	Restabelece a antiga denominação cruzeiro
28 de julho de 1993	Cruzeiro para Cruzeiro Real	CR\$	Equivalente a mil cruzeiros*
1º de julho de 1994	Cruzeiro Real para Real	R\$	1 URV = 1 Real = 1 Dólar

Fonte: Revista Vida Industria * Divisão do antigo padrão por mil

Oposição cresce depois das eleições

Ala contrária ao governo terá dez cadeiras a mais no Congresso

Dos 26 Estados, além do distrito Federal, 14 elegeram o governador no 1º turno, no qual a oposição a FHC elegeu dois representantes: Jorge Viana (PT) no Acre, e Ronaldo Lessa (PSB), em Alagoas. Dos 13 Estados que tiveram 2º turno, a oposição foi vitoriosa em quatro: Olívio Dutra (PT), no RS; Anthony Garotinho (PDT), no RJ; Zeca do PT (PT), no MS e Capiberibe (PSB), no AP.

Além de enfrentar uma oposição forte em alguns Estados importantes, como RS e RJ, o governo federal ainda enfrenta outros problemas, entre eles negociar com Itamar Franco do PMDB, que fez sérias críticas ao pacote econômico e manifestou seu envolvimento com a frente ampla de oposição a FHC. Para o secretário adjunto de comunicação de Paulo Afonso, Róger Bittencourt, se Itamar realmente for para a oposição, levará muita gente importante do PMDB, o que vai representar uma grande perda para FHC, além de rachar ainda mais o partido.

Outro desafio para Fernando Henrique é manter o PPB no governo. Em resposta ao apoio dado pelo presidente a Mário Covas durante o segundo turno, Paulo Maluf mobilizou a bancada pebevista do congresso para votar contra a reforma administrativa, e ameaçou: "O Fernando Henrique precisa aprender que não pode governar sozinho, ele precisa de nós para aprovar as medidas do pacote," acrescentando que a derrota ao governo de São Paulo não vai tirá-lo da política.

O futuro político de Maluf ainda está indefinido. Bittencourt acre-

dita que ele vai usar o governo federal, seja apoiando ou fazendo oposição, para continuar na política, começando por uma aliança mais sólida com o PFL, ou até mesmo uma junção dos dois partidos. "Ele vai dar um jeito de sobreviver", conclui.

Reação da Oposição- Conforme a revista Veja, de 4 de novembro, a oposição teve um crescimento considerável. Atualmente, oito por cento do eleitorado é governado por forças oposicionistas ao governo federal. Com a vitória de Estados importantes com RJ e RS, esse número subiu para 19%. Para unificar o discurso e tentar fortalecer seus partidos, os governadores se reuniram em Brasília. Mas, conforme a revista, terão pouca influência no momento. Os deputados eleitos só assumem em fevereiro, e apesar de ter aumentado a representatividade, o governo ainda tem maioria absoluta no Congresso e no Senado.

Para o deputado José Genofino, em entrevista à Veja, "o governo vai ganhar na matemática, mas vai perder na política", explicando que Fernando Henrique vai conseguir aprovar o pacote, mas sai desgastado. No Rio, algumas declarações do governador eleito Anthony Garotinho desagradaram ao PT. Na análise feita pela revista, Garotinho teria dito que "não faz oposição por fazer", o que para os petistas foi interpretado como uma adesão ao governo federal.

O comentarista político da revista Exame, Bolívar Lamounier concorda que FHC vai ter muito mais problemas em seu segundo mandato, mas atribui essas dificuldades a fatores econômicos. "As dificulda-

des políticas aumentaram, não tanto em função dos resultados eleitorais, que foram contrários ao governo em alguns Estados, porque não houve alterações dramáticas no quadro global", justifica.

Comentando o resultado das eleições, Róger Bittencourt diz que em alguns Estados deram uma demonstração de democracia, como a vitória de Olívio Dutra no RS, Anthony Garotinho, no RJ, e principalmente a derrota de Maluf em SP. "Covas foi reeleito em cima de Maluf, o que foi uma evolução política, não o fato de Covas ter ganho, mas o de Maluf ter perdido".

O cientista político Rogério Portanova diz que a política no Brasil está evoluindo e que o povo está aprendendo a votar. Considera um grande avanço em alguns Estados, normalmente tradicionais e sem surpresas eleitorais, terem elegido governadores de esquerda. Só lamenta que Santa Catarina não esteja entre eles.

Outro fato muito elogiado por Portanova foi a iniciativa dos partidos de esquerda fazerem uma ampla frente de oposição à FHC. "É uma idéia válida e com certeza não vai durar apenas por alguns anos. É uma forma de fortalecimento dos partidos". Acrescenta ainda que é contra união de

mais partidos em uma única sigla, pois isso, conforme ele, "é um processo antidemocrático".

Rogério Portanova diz ainda que o grande número de partidos atrapalha o processo eleitoral. "Mas isso não justifica que eles sejam extintos, pois to-

O PODER DA ESQUERDA		
Deputados	Hoje	1999
Governistas	394	379
Oposição	104	113
Senadores		
Governistas	69	68
Oposição	12	13
Governadores		
Governistas	23	21
Oposição	4	6

dos têm suas ideologias, que não podem ser agrupadas em três ou quatro grandes partidos", comenta. O cientista político sugere uma união, não coligação, entre esses partidos antes das eleições para evitar que um tire votos do outro, como aconteceu na campanha para o governo de Santa Catarina, onde o PSTU criticou amplamente o PV e a Frente Popular. "Nós devíamos estar unidos para tirar votos do Amin, para garantir o segundo turno, e daí nos aliarmos e derrotarmos de vez essa oligarquia", finaliza.

Fábula de um mundo globalizado

Em um país subdesenvolvido, algumas crianças participam de uma brincadeira. Uma delas corre à frente e outra a persegue. Uma terceira carrega uma pasta preta e corre em outra direção. A da frente diz:

- Ha! Ha! Você nunca conseguirá me pegar!

A resposta soa à altura:

- Volte aqui político corrupto! Eu o pegarei!

- Ha! Ha! Nunca conseguirá me deter, relator de CPI.

Os dois correm por dentro de casa, no jardim, nos vizinhos, sempre na mesma ordem: relator caça político.

- Ha! Ha! Relator de uma fígula! Sou mais esperto...

Não é. O relator acaba de encurrular o político.

- Você está cercado corrupto! Renda-se!

- Nunca!

O político saca uma arma (de brinquedo, claro!).

- Você não vai resistir ao meu super raio propina.

O disparo é certo. A criança finge cambalear, sente as pernas trêmulas e, no espírito da brincadeira, cai desmaiada. (Pausa). A outra se aproxima lentamente. Quando os efeitos do raio passam, pode-se ouvir:

- Amigos?

- Sim, agora estamos do mesmo lado!

- Vamos, precisamos recuperar o dinheiro!

- O Povo (a terceira criança)! Vamos atrás do povo!

E vão.

A terceira criança corre desesperada. A pasta que trás consigo parece conter algo importante, ela a abraça com força. Logo as outras crianças a descobrem.

- Lá está ele!

- Atrás dele!

A disputa é desleal e, sem dificuldades, os parlamentares cercam o povo.

- A pasta! Queremos a pasta!

Não há saída. O povo entrega...

A brincadeira é interrompida por uma voz grave.

- Ora, crianças, então está aí. Devolvam minha pasta. Por favor, papai precisa ir trabalhar.

A pasta chega até as mãos do pai. Uma criança que não participou da brincadeira pergunta ingenuamente:

- Quem é aquele ali?

O coro responde:

- FMI!

Salvador Gomes

Esquerdas não se entendem e Amin sai favorecido

"Nós ainda temos uma maneira equivocada de fazer oposição. Fazer oposição não é tirar uma legenda e colocar outra, sem discutir ampla e criticamente as propostas que os partidos que se dizem oposição nos apresentam", com essa frase, a professora assistente do Departamento de Direito da UFSC, Gianini Nicolazzi, atribui à oposição catarinense parte da responsabilidade do fortalecimento das oligarquias. Ela não vê uma oposição estruturada e capaz de fornecer uma alternativa de poder. "Por isso continuamos a reproduzir o domínio dessas famílias".

A professora acrescenta que os conceitos e preconceitos da sociedade são refletidos na política, "e como não temos o costume de acompanhar e avaliar os políticos, não percebemos as máscaras que eles usam para se adaptar as mais variadas situações", se referindo a Esperidião Amin e Jorge Konder Bornhausen, que desde a ARENA mudam sua imagem eleitoral a



Para Bittencourt, a oposição colaborou para a vitória de Amin

cada campanha "para iludir o eleitor". Ainda segundo Gianini Nicolazzi, a população é despolitizada e considera o Estado atrasado politicamente.

O assessor de imprensa do candidato Paulo Afonso, Róger Bittencourt, também concorda

que a oposição colaborou para a vitória de Amin. Ele afirma que ao criticar excessivamente a administração do PMDB, a coligação encabeçada pelo PT tirou votos de Paulo Afonso, mas não conseguir repassá-los para sua legenda. "Os votos anti-Paulo Afonso foram to-

dos para o Amin, e não para a Frente Popular".

Quanto à oposição ao próximo governo, o assessor atribui ao PMDB um papel fundamental. "Se o partido quiser crescer e voltar ao governo, vai ter que fazer uma oposição forte e coerente, inclusive se aliando ao PT e PDT", comenta, defendendo uma aliança ampla para fortalecer os partidos e impedir que em 2002 mais um representante de alguma destas "famílias" suceda Amin no governo estadual.

Róger Bittencourt acrescenta ainda que ao condenar a oligarquia Amin-Konder Bornhausen e criticar a oposição, não está falando em causa própria, por ter feito campanha para Paulo Afonso, e desabafa: "Eu estaria muito mais satisfeito como cidadão catarinense se o governador fosse o Milton Mendes, e não Esperidião Amin".

Textos:
Andrea Fischer e
Valdecir Becker

Ciro quer união da esquerda para salvar o país

Candidato derrotado à presidência culpa a Imprensa e o PT pela vitória de FHC

Durante entrevista exclusiva para estudantes do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, o ex-ministro da Fazenda, professor Ciro Gomes, culpou a grande imprensa e o PT pela vitória fácil de Fernando Henrique Cardoso nas recentes eleições, e propôs uma federação de partidos em oposição ao atual governo. Falou também sobre o quadro econômico atual, apresentando algumas alternativas. Ciro Gomes esteve na UFSC para ministrar a aula inaugural do Curso de Ciências Econômicas para grande audiência.

Em sua segunda entrevista após as eleições, Ciro Gomes diz que a grande imprensa interditiou os debates eleitorais, não contribuindo para a democracia. Afirma que 98% da culpa por não ter havido debates é da mídia. "Ela é um meio. Os outros 2% são os emissores da informação, o governo e o PT, que também se negaram a debater". Acrescentou que esta foi a primeira eleição do mundo ocidental sem debates.

"Na minha geração, a atuação da imprensa foi heróica na restauração histórica das liberdades públicas", diz, alertando que houve um retrocesso dramático da mídia que se vendeu em troca de favores gigantescos. "As privatizações, concessões de TVs a cabo, as enormes verbas publicitárias, que transformadas em números se tornam absurdos. Só entre janeiro a 5 de junho, foram R\$500 milhões", denuncia.

Ciro Gomes esclarece também que a lei eleitoral permite que o debate seja feito em blocos, compostos por sorteio, rebatendo a desculpa da Rede Globo, que seria muito difícil reunir os treze postulantes à Presidência. "Que fizesse três blocos com quatro candidatos. Mesmo que não reunisse eu, o Lula e o Fernando Henrique, mas pelo menos homenagearíamos a democracia". Ele acrescenta que para ganhar as eleições, o governo se beneficiou da ausência de debates. "A grande mídia aderiu ao governo e o PT colaborou, porque também se recusou ao debate em público".

Além de entrar no jogo do governo, Ciro Gomes acusa o PT de só querer garantir sua hegemonia na oposição, ao invés de ganhar as eleições. "A campanha do PT foi uma mistura de ódio, ressentimento, apelos corporativistas e principalmente promessas sociais mirabolantes.

O Lula falou que ia criar nove milhões de empregos, e isto é mentira. O povo é inteligente, não acredita mais nisso".

O ex-ministro diz que o PT foi bem da sua fundação até aqui, mas não

proporção de um terço do tempo que era dividido por igual entre todos os candidatos, além de distribuir o tempo proporcionalmente pela bancada eleita em 94, ao invés da atual, como era a lei antiga, prejudicando os partidos menores

vai continuar sendo um "saco de pancada das forças conservadoras".

Como alternativa para mobilizar a oposição, o ex-ministro sugere uma "federação de partidos", que unidos terão mais força. "Temos que celebrar uma unidade ao redor de um projeto construtivo, parar de só conversar em véspera de eleição". Ele apóia um diálogo permanente, capaz de "construir um projeto nacional, que mostre às pessoas qual a solução". Ele diz ainda que não adiantam mais "discursos de goela", ou promessas sociais mirabolantes, a única coisa que a oposição fez na campanha passada.

Ele propõe uma frente de centro-esquerda, que no futuro poderia se transformar num partido. "Idealizo uma federação de partidos, com lógica eleitoral de absoluta disciplina programática". Mas vê dificuldades. "Reunir hoje, eu, o Lula e o Brizola num único partido é muito difícil, nós somos muito diferentes", completa.

No quadro resultante do segundo turno, não pôde ignorar o Partido dos Trabalhadores, que tem a legitimidade de liderar essa federação de partidos. Salienta que o PT é a principal organização da oposição no Brasil, mas usou táticas erradas nas eleições que participou, e ressalta a necessidade de mudança dentro do próprio partido. "Se o PT tiver uma ação destrutiva, vamos ter que continuar apesar do PT, o que torna esse movimento muito mais difícil". Caso nada ocorra ele vai continuar sozinho, se o PT não "cair na real".

Falando sobre a crise internacional, o ex-ministro do governo de Itamar Franco credita à imprensa a culpa pela desinformação do povo brasileiro. "A imprensa repassa que a crise é internacional, o que é a pior mentira possível, pois é uma meia verdade". Ele explica a meia verdade dizendo que realmente há um ciclo de crises no processo internacional, "isto é um fato", diz. "Mas é fato também que o Brasil é muito vulnerável a essa crise, ao contrário do que o governo e a imprensa nos repassam. É responsabilidade, ou melhor, irresponsabilidade clara do governo". Como alternativa, aponta uma forte mobilização da sociedade, o que no momento é impossível. "Ninguém vai se mobilizar sem saber o que está acontecendo".

Ciro Gomes diz ainda que o Real, que ele ajudou a elaborar, não é culpado por essa vulnerabilidade, mas acusa o governo de usar um plano de estabilização monetária com fins eleitorais. "O Real foi um plano de estabilização da moeda, que tornou o governo popular, que o usou como se fosse definitivo. Isto produziu esse desequilíbrio". Ele lembra que a moeda estável existe no mundo todo, desde a Argentina, México, Europa ou Japão.

"Faltou um projeto nacional, com começo, meio e fim, que construísse um método de economia política". Continua, culpando o governo de ter levado o Brasil a essa crise. "O governo preferiu a passividade neoliberal, uma adesão pacífica a grande banca financeira internacional".

Analisando o pacote econômico lançado em outubro por FHC para enfrentar a crise, Ciro Gomes diz que ele é ineficaz e que não resolve o problema. "Vejo o Brasil como um bêbado, muito bêbado, andando em ziguezague no meio de uma avenida muito movimentada,

onde a velocidade permitida chega a 80 quilômetros por hora. Esse pacote só levanta o bêbado de um tropeço deixando-o de pé no meio da rua".

Ele diz ainda que o pacote impõe sacrifícios impagáveis à sociedade, prevendo um enorme aumento do desemprego, e ironiza que "é a primeira frustração da promessa básica da campanha de FHC: o homem que acabou com a inflação vai acabar também com o desemprego". No campo produtivo, Ciro Gomes destaca as falências e concordatas, que "vão aloprar o Brasil".

Outro sacrifício enfatizado pelo ex-ministro são os cortes no orçamento para a saúde e educação. "Isso é crime", acusa, pois o Brasil gasta atualmente entre R\$60 a R\$80 bilhões em juros, R\$18 bilhões com a saúde e R\$11 bilhões com a educação. "Esse quadro deve piorar ainda mais em 99", comenta, explicando o jogo do governo com a CPMF, que revertem R\$7 bilhões para a saúde, mas, em contrapartida, foram cortados outros R\$9 bilhões do orçamento, gerando "um déficit de dois bilhões de reais".

Ciro Gomes também critica duramente as privatizações, nos moldes em que foram feitas. "Isso foi outro crime contra o Brasil". Destaca que não é contra as privatizações, desde que as empresas estatais não sejam doadas a iniciativa privada com o único objetivo do governo de tirar as mãos da administração das mesmas, e radicaliza: "eu teria privatizado espetacularmente a Telebrás, Eletrobrás e Vale do Rio Doce e pago radicalmente a dívida. Com isso teria livrado o Brasil dos juros que consomem o dinheiro do orçamento, tiram leitões dos hospitais e crianças das escolas, e não precisaria mais pegar dinheiro do FMI, que só vem virtualmente para cobrir a fuga de reservas cambiais e aumentar os juros a serem pagos".

Sobre a privatização das Universidades, Ciro Gomes diz que é radicalmente contra. "A única chance de um brasileiro mudar de classe é pelo ensino público, em todos os níveis". Acrescenta que o Brasil gasta pouco com o ensino fundamental, mas se comparado com a Europa, gasta bem com as Universidades. Defende ainda um investimento maior na educação, a única possibilidade que pode acabar com esse *apartheid* social no Brasil, onde os cargos de maior responsabilidade são entregues na maioria dos casos para pessoas estrangeiras. "Os brasileiros servem de mão de obra barata porque não sabem fazer outra coisa, não tiveram acesso à educação para aprender e disputar os cargos de confiança e de comando".

Concluindo, Ciro Gomes diz que agora não há mais soluções radicais para o país. "Agora só fazendo o Brasil crescer como um todo". Ele sugere um sistema de impostos novo, como o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), um sistema previdenciário novo e moderno. E, principalmente maiores investimentos no turismo e na agricultura. "O Brasil tem a metade das terras férteis desocupadas do mundo". Frisa ainda que, para crescer, o agricultor precisa ter acesso à tecnologia, produzir em escala e conseguir financiamentos baratos, o que o governo deveria proporcionar, "mas a atual proposta de Fernando Henrique passa longe disso", finaliza.

Valdecir Becker



Wagner Leandro Maia / Zero

"A única chance de um brasileiro mudar de classe é pelo ensino público"

conseguiu dar o passo adiante, que é conquistar a confiança do povo. "O PT é o estuário da indignação moral do país, da denúncia social". Ele continua explicando que o povo está com o PT na denúncia, mas tem medo de dar o poder a ele. "O povo tem medo de um vazio programático, do radicalismo, de linguagens pouco democráticas, como o apoio ao MST". Cita como exemplo o pequeno comerciante, que está exasperado com o governo, a classe média, a agricultura, ambos desesperados com FHC. "O governo foi hábil em impor com a imprensa de que era ele ou Lula, e toda massa que está sendo destruída votou com medo".

"Além disso", continua, "o PT votou a favor da lei eleitoral". Essa lei reduziu a campanha eleitoral gratuita no rádio e na TV de 60 para 45 dias, tirou a

que tiveram um crescimento nos últimos anos. "Fizeram isso para me pegar", conclui.

Ciro Gomes ainda acusa Fernando Henrique de chamar a sociedade para votar um falso plebiscito. "Junto com a grande imprensa", explica, "o governo se colocou como único defensor do Real, e o Lula como inimigo da moeda. Exibindo vídeos de 94 nos quais Lula criticava o Real, foi fácil convencer o povo, que aceitou a premissa de que o governo faz isso para manter a moeda". Ciro Gomes atribui todo esse esforço de FHC, não para manter o Real, "mas para manter o poder que vem do Real".

"Eu sou oposição ao governo Fernando Henrique. Sou oposição firme, sob o ponto de vista ético, doutrinário e intransigente". Se a oposição não avançar,

Oligarquias voltam ao poder em SC

Fábio Mayer/Zero

Conflito de interesses pode acabar com a união do PPB com PFL

Dinastias e o governo em Santa Catarina

1902-1905 Vidal Ramos
1910-1914 Vidal Ramos
1926-1930 Adolfo Konder
1933-1934 Aristiliano Ramos
1935-1937 Nereu Ramos
1937-1945 Nereu Ramos
1947-1951 Aderbal Ramos da Silva
1951-1956 Irineu Bornhausen
1961-1966 Celso Ramos
1975-1979 Antônio C. Konder Reis
1979-1982 Jorge K. Bornhausen
1983-1987 Esperidião Amin
1987-1991 Pedro Ivo Campos
1991-1994 Wilson Kleinübing
1994-1998 Paulo Afonso Vieira
1999... Esperidião Amin

Eleitor catarinense é conservador

Santa Catarina foi um dos únicos Estados brasileiros onde os ideais conservadores prevaleceram nas urnas. Além de eleger um governador e senador de extrema direita, PPB e PFL respectivamente, o PPB elegeu ainda quatro deputados federais e dez estaduais, enquanto que o PFL conseguiu três cadeiras na Câmara Federal e nove na Assembleia Legislativa.

Rogério Portanova (PV-SC) afirma que o conservadorismo é fruto das alianças feitas com objetivos meramente eleitorais, não ideológicos. "O PSDB se vendeu ao se aliar àqueles que no passado foram seus algozes. A única vez que a social-democracia se aliou à direita e a extrema direita foi quando Hitler se elegeu chanceler. Deu no que deu. O PSDB se vendeu em troca da presidência da Assembleia Legislativa".

A solução apontada por Portanova para acabar com esse conservadorismo é a mobilização dos partidos de centro, os únicos que, na opinião dele, são capazes de oferecer uma alternativa de poder viável.

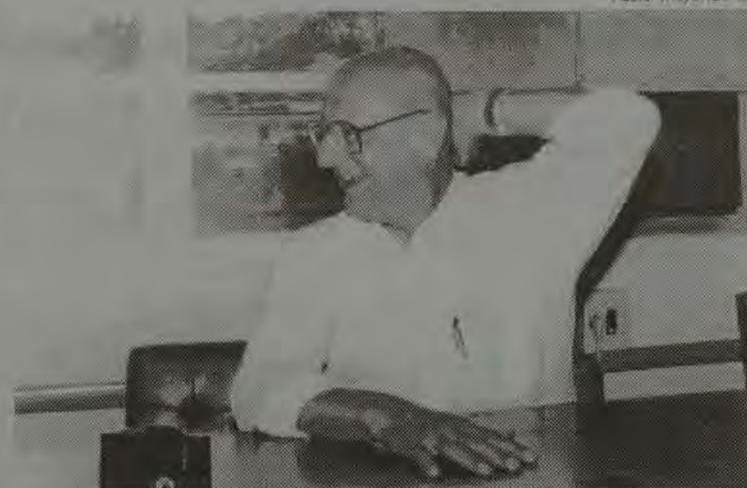
O jornalista Itamar Aguiar afirma que o eleitor não tem condições de discernir quais candidatos são conservadores e nem de analisar as propostas que são apresentadas. "O conservadorismo não é natural, as pessoas são colocadas nele", e deixa um questionamento: "A quem interessa esse conservadorismo?"

No dia 1º de janeiro, Esperidião Amin assume o governo do estado de Santa Catarina. O senador eleito Jorge Bornhausen e o filho dele, Paulo Bornhausen, assumem as vagas de senador e deputado estadual, respectivamente, no mesmo dia. "Um cenário perfeito para fortalecer as duas oligarquias, já com o pensamento voltado para as próximas eleições municipais em 2000 e, principalmente, para preparar Paulo Bornhausen à sucessão de Amin", prevê o jornalista Roger Bittencourt. O próprio deputado eleito admite essa tese antes mesmo da eleição. "Acho que o PFL tem o direito de pleitear isto".

Bittencourt acha que haverá sérios problemas durante a administração de Amin, entre eles a dificuldade para manter a aliança dos 13 partidos que o elegeram governador. "Manter a unidade de um número tão elevado de partidos

quando há tantos interesses em jogo, é extremamente difícil". O jornalista destaca a necessidade de uma ampla negociação em torno do poder, o que enfraquecerá as oligarquias.

O jornalista aponta outra dificuldade nesta união: a eleição municipal de 2000. Para ele, os interesses de Amin e Jorge Bornhausen vão se confrontar na disputa pela prefeitura de Florianópolis. O presidente estadual do partido verde, Rogério Portanova, também menciona um possível confronto entre essas forças em 2000. "O PFL e o PPB são o que tem de pior dentro do conservadorismo; aliam-se novamente, mas não conseguirão manter essa união por muito tempo". Portanova acrescenta que esses dois partidos têm interesses antagônicos, que foram superados durante a eleição.



Oligarquias fortalecidas preparam cenário da próxima eleição

A professora e cientista política, Elizabeth Farias da Silva, não vê a possibilidade de uma ruptura entre Amin e Jorge Bornhausen por causa da próxima eleição municipal. Ela afirma que

os interesses que uniram os partidos da aliança Mais Santa Catarina são comuns e que os 13 partidos continuarão unidos durante toda administração de Esperidião Amin.

Histórico de ex-governos mostra dominação

"Jorge Konder Bornhausen, Esperidião Amin, Paulo Bornhausen, Ângela Amin; dois sobrenomes, um único objetivo: dominar politicamente Santa Catarina. Os dois clãs se unem novamente, após separação nas eleições de 94, conquistam o apoio do povo e retomam o poder em Santa Catarina". Essa é a análise feita pela repórter da Folha de São Paulo, Patrícia Andrade, sobre a situação política de Santa Catarina. A história desses clãs está repleta de desavenças que, para a prefeita de Florianópolis e mulher de Esperidião, precisam ser superadas, mas não perdoadas.

Desde o começo do século, quando Vidal Ramos assumiu o governo do Estado, a família Ramos dominou a política catarinense por sete mandatos de governador e quatro de senador. O poder da família Konder Bornhausen aparece em 1926, quando Adolfo Konder é eleito governador. Em 1951 assume o governo do Estado Irineu Bornhausen, que mais tarde se une aos Konder, dando origem a dinastia Konder Bornhausen.

Em 1982 aparece um nome ainda pouco conhecido na política catarinense: Esperidião Amin, que acaba vencendo uma eleição bastante tumultuada. O episódio foi denunciado pelo jornalista Itamar Aguiar na sua dissertação de

mestrado *As eleições de 1982 para governador de Santa Catarina - táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. Essa dissertação virou um livro em 1992, com o título *Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense* (Editora da FURB).

Conforme afirma o jornalista, o então governador Jorge

muitos veículos de comunicação eram controlados por empresários fundadores do PDS, partido de Amin na época. Aguiar enfatiza principalmente a atuação da RBS, que manipulava as pesquisas Veja-Gallup, indicando uma vitória pró-Amin de 18%, ou 400 mil votos.

Durante a apuração, o jornalista Moacir Pereira, que foi nomeado procurador da fazenda junto ao Tribunal de Contas por Córdova, comandava a central que divulgava os votos. Dessa forma, ele acelerou a divulgação dos votos favoráveis a Amin, enquanto os números pró-Jaison eram divulgados lentamente. Terminada a apuração, Amin venceu por apenas 12.650 votos, ou seja 0,69%. Jorge Konder Bornhausen foi eleito senador, derrotando Pedro Ivo Campos por 1.439 votos, ou 0,08%.

Aguiar denuncia também que 12 integrantes da diretoria do sindicato dos jornalistas recebiam contra-cheques do governo, da Assembleia Legislativa ou da Prefeitura da Capital, entre os anos de 1981 e 1984. O governo ainda pagava o aluguel da sede do sindicato e mais uma série de regalias aos jornalistas, conforme comprova Itamar.

Uma vez eleito, Amin usa a mídia para projetar seu nome na-

cionalmente, explorando as enchentes de 83-84. Mesmo assim, terminado o seu mandato, Esperidião Amin não consegue eleger seu sucessor, Wilson Kleinübing, do PFL, que é derrotado por Pedro Ivo Campos em 86. Em 90, os caciques Amin e Jorge se unem novamente, e desta vez elegem Wilson Kleinübing (PFL) governador, além do próprio Amin conquistar uma cadeira no senado. Em 94 os dois clãs se separam, quando Ângela Amin enfrenta Jorge Konder Bornhausen na disputa pelo governo estadual.

Numa campanha marcada por ofensas pessoais, Paulo Bornhausen, então candidato a deputado federal e filho de Jorge Konder Bornhausen, chegou a filmar a adversária de seu pai distribuindo cestas básicas em uma favela. Mas nem a exibição dessas imagens durante o programa eleitoral impediu Ângela Amin de ir para o segundo turno com o Paulo Afonso Vieira, do PMDB. Apoiado pela família Bornhausen, o peemedebista ganha as eleições. Com o enfraquecimento do governo de Paulo Afonso, a dinastia Konder Bornhausen alia-se novamente ao clã Amin durante o processo de impeachment, em 97.

Começavam as negociações para a formação da Aliança Mais Santa Catarina que, com mais 13 partidos, lançou Amin como candidato ao governo e Jorge Konder Bornhausen ao senado. O resultado das urnas, além de consolidar o domínio dos dois clãs, projetou mais um nome na política catarinense: Paulinho Bornhausen.

Textos:

Andréa Fischer e Valdecir Becker



Konder Bornhausen e seu substituto, Henrique Córdova, usavam métodos inéditos até então para facilitar a campanha de Amin. Métodos como transferência barata de recursos públicos à iniciativa privada, contratação de servidores sem concurso, e farta distribuição de verbas publicitárias. Além disso, a candidatura de Amin contou com amplo apoio da mídia.

Na tese, Itamar revela que

Mídia usa poder e influencia eleição

Imprensa manipula eleitores através das pesquisas de opinião

"A postura que toda a mídia teve foi lamentável. Desenvolveu um papel de consolidar uma posição, quando deveria fornecer uma discussão mais ampla dentro da sociedade. Basta ver nas mãos de quem está a imprensa para ver que ela é mais fachada do que conteúdo. Tem mais liberdade de empresa do que liberdade de imprensa". Essa é a análise de Rogério Portanova, professor e cientista político da UFSC, sobre a atuação da mídia durante as eleições. Ele acrescenta ainda que a imprensa transformou a pesquisa eleitoral em propaganda política.

Além disso, Portanova acusa os colunistas dos jornais e principalmente a televisão de enfocarem demasiadamente a inevitabilidade da eleição de Amin. "Em sociologia política chama-

mos de democracia congelada. A situação está dada e nada pode modificá-la. A propaganda que a mídia fez apagou o passado político de certos candidatos, enquanto acusava e denunciava outros, provando dessa forma seu comprometimento". O cientista político conclui que a imprensa deveria servir ao público, e não subjuga-lo, mesmo estando nas mãos de empresários.

Itamar Aguiar, professor de sociologia da UFSC, afirma que a mídia mascara as relações de poder, induzindo o público. "Não existe imprensa isenta, nem imparcial. Pode qualquer mídia ser imparcial em eleições?", questiona, respondendo em seguida: "Isso é impossível. A mídia sempre é interessada, trabalha a eleição como um produto de venda, atuando como empresa".

Sobre o papel desempenhado pela mídia nessas eleições, Itamar Aguiar acusa a RBS de ter feito uma opção em favor de Amin durante o processo de impeachment, em 97, quando começou a manipular as pesquisas, divulgando números que condenavam o governo de Paulo Afonso, exigindo seu afastamento. "Desde então, a RBS começou a discussão em torno da sucessão eleitoral, começando a preparar o terreno para a vitória de Amin-Bornhausen".

Ao contrário de Portanova e Aguiar, o secretário adjunto de comunicação do atual governo, o jornalista Rôger Bittencourt, defende a atuação da mídia, dizendo que as coisas são complicadas. "O jornalismo não é como o idealizado nas universidades. As empresas têm seus interesses". Ele

diz que é a favor do apoio da mídia a certos candidatos, desde que esse apoio seja explícito, e não escondido atrás de um clichê de que a imprensa é isenta, não apoia ninguém. "A prática desmente os teóricos manuais de jornalismo, que falam sobre a conduta e a ética dos jornalistas".

O jornalista concorda que a mídia contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento das oligarquias que continuam dominando a política catarinense. Afirma que essa eleição foi uma volta ao passado. "Eu esperava um amadurecimento político por parte da sociedade, o que não aconteceu". Quando questionado sobre o porquê do apoio da mídia às famílias Amin e Bornhausen, e quais os interesses por trás desse apoio, disse que são compromissos do passado, e desconvosou: "O porquê nem devo falar".



Vitória conservadora estava escrita

Resultado eleitoral nas urnas catarinenses não surpreende

Esperidião Amin venceu as eleições de 1998 com 58,92% dos votos. Jorge Konder Bornhausen venceu a corrida ao senado com 47,79% dos votos. Além disso a Aliança Mais Santa Catarina, que juntou os partidos PPB, PFL, PSDB PL, PTB, PSL, PST, PRN, PSDC, PRTB, PAN, PT do B, PGT elegeu a maioria dos deputados estaduais e federais. Hugo Biehl (PPB) foi o deputado federal mais votado com 91.815 votos, enquanto que o candidato à Assembleia Legislativa mais votado foi Jorge Bornhausen (PFL) com 61.254 votos.

O cientista político e presidente estadual do Partido Verde, Rogério Portanova, enumera uma série de fatores que contribuíram para essa vitória fácil da aliança Mais Santa Catarina: "Houve uma reaglutinação de forças conservadoras aqui no Estado para manter o poder que elas viam se diluir nas próprias mãos. O pouco conhecimento dos de-

mais candidatos, o apoio recebido de Fernando Henrique Cardoso e o tempo disponível durante a Propaganda Eleitoral Gratuita foram aspectos decisivos para o fortalecimento do poder dessas oligarquias".

Além disso, Portanova aponta o aspecto econômico como outro fator decisivo. "Com o dinheiro que a Aliança gastou nessas eleições, nós do PV, faríamos campanha por 20 anos". Ele defende o financiamento público da campanha para mostrar ao eleitor a origem do dinheiro gasto na campanha, afirmando que as eleições se tornaram uma empresa, onde os candidatos são eleitos pelo marketing, e não por partidos políticos que tem idéias e discutem teses. "Nesta eleição, os recursos vieram de empresários que tem interesses em investir agora, para cobrar mais tarde, e é claro que, embora não explicitamente, também vieram recursos do governo federal", afir-

ma o cientista político ao comentar a origem dos recursos de Amin e Bornhausen.

"Houve um grande esbulho eleitoral, uma enganação com a população", conclui.

"A última eleição parecia um turfe, no qual Amin se colocou como cavalo vencedor e efetivamente agiu como tal. As pessoas apostaram suas fichas num candidato sem avaliar suas propostas". Com esse comentário, Rogério Portanova explica a postura antidemocrática de Amin, que conforme ele, favoreceu-se com as pesquisas, usando a larga vantagem que as mesmas lhe davam para negar-se a ir aos debates no rádio e na TV. "Amin usou as pesquisas não como reflexo da vontade do eleitor, mas como balizador das suas ações em torno do governo".

O secretário adjunto de Governo do Palácio Santa Catarina, jornalista Rôger Bittencourt, diz que essa eleição foi um retrocesso político para Santa Catarina.

"Houve um lapso de memória coletivo", continua o jornalista, explicando que o povo tem memória política curta. "O povo não se lembra como foi o governo de Amin, aliás, a maioria nem lembra como foi o governo quatro anos atrás. Se lembrasse jamais votaria nessas famílias novamente".

Um fator decisivo, conforme Roger Bittencourt, para a manutenção dessas oligarquias no poder, é o próprio sobrenome. "O nome pesa", afirma ele, acrescentando que o apoio de FHC e da mídia também foram muito importantes.

O jornalista concorda com Rogério Portanova, quando afirma que o fator econômico foi o mais importante nessa campanha. "Alguns empresários e grupos econômicos patrocinam as campanhas, principalmente dos Bornhausen, para manter um bom relacionamento com o governo eleito", advertindo para a troca de favores.

Coligações políticas ajudam candidatos

Como explicar que um candidato consiga se eleger com menos votos que seu concorrente? Isso acontece devido a um número mínimo de votos que cada partido tem que conseguir para eleger seus candidatos. Esse valor mínimo é chamado coeficiente eleitoral.

Calcula-se o coeficiente eleitoral dividindo o número de votos válidos pelo número de cadeiras disponíveis (vagas). Estão fora dessa contagem as abstenções, os votos brancos e os votos nulos. O sistema de classificação baseado no coeficiente eleitoral é usado nas eleições para vereador, deputado estadual e deputado federal (eleições proporcionais). Para os cargos de prefeito, governador, senador e presidente da república elege-se aquele que receber o maior número de votos (eleições majoritárias).

Para que esse coeficiente eleitoral seja mais facilmente alcançado e que se consiga eleger o maior número de candidatos, são feitas as coligações partidárias. Elas funcionam da seguinte maneira: vários partidos unem-se durante a campanha e isso possibilita que mais candidatos estejam participando para aumentar o volume de votos, em consequência disso é mais fácil atingir o coeficiente eleitoral. Os acordos estabelecidos pela coligação deverão ser mantidos até o fim do mandato atual.

Um exemplo do uso do coeficiente eleitoral e do número de candidatos eleitos pelos partidos ou pelas coligações pôde ser visto nesta última eleição para deputados e senadores de quatro de outubro.

Em Santa Catarina, o total de eleitores inscritos no TRE é de aproximadamente 3,6 milhões, no entanto, 31% são de abstenções e votos brancos e nulos, portanto o número de votos que será usado para fazer o coeficiente eleitoral é de 2.475.625. Sendo 40 o número de vagas para deputado estadual, então o coeficiente eleitoral será de 61.890,6 votos. Esse é o número mínimo que cada partido ou coligação precisão obter para eleger um deputado estadual.

Textos:
Valdecir Becker
e Andrea Fischer

Avaliação do DIAP reprova deputados eleitos

Mesmo com nota zero na defesa do assalariado no Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Paulinho Bornhausen e Hugo Biehl foram campeões de votos. Vânio dos Santos, com dez, rodou nas urnas.

Edinho Bez - PMDB

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Não
Reforma administrativa, com redução de direitos	Sim
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Não
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Ausente
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Não
Quebra da estabilidade do servidor público	Sim
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Sim
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Não
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Sim
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Não

Nota: 4

Deputado catarinense, contador e bancário, foi reeleito para seu segundo mandato federal. Político de centro, pretende lutar para reabilitar o nome de Drestes Queiroz no cenário nacional. Foi um parlamentar atuante e deseja maior participação de Santa Catarina nos recursos da União. Declara-se Social-Democrata. VOTAÇÃO: 46.352 votos

Edison Andrino - PMDB

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Não
Reforma administrativa, com redução de direitos	Não
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Não
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Ausente
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Não
Quebra da estabilidade do servidor público	Ausente
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Não
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Sim
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Não
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Não

Nota: 9

Deputado catarinense, advogado e empresário, reeleito para o terceiro mandato federal. Vereador por dois mandatos (1973-76 e 77-83), foi também prefeito de Florianópolis. Ex-deputado estadual (83-85), é municipalista. Presidiu a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis e a Federação Catarinense de Municípios. VOTAÇÃO: 50.386

Vânio dos Santos - PT

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Não
Reforma administrativa, com redução de direitos	Não
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Não
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Sim
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Não
Quebra da estabilidade do servidor público	Não
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Não
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Sim
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Não
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Não

Nota: 10

Deputado catarinense, advogado e bancário, cumpriu seu primeiro mandato federal. Filiado ao PT desde 87, foi presidente do sindicato dos bancários de Florianópolis (90-93). Não se reelegeu deputado federal. VOTAÇÃO: 33.966

Serafim Venzon - PDT

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Não
Reforma administrativa, com redução de direitos	Não
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Ausente
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Sim
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Sim
Quebra da estabilidade do servidor público	Ausente
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Não
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Sim
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Não
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Não

Nota: 7

Deputado catarinense, exerceu seu segundo mandato federal. Ex-vereador (89-92) e vice-prefeito (93-95) de Brusque, SC, foi também diretor clínico do hospital Dom Joaquim. VOTAÇÃO: 49.745 votos.

João Pizzolati - PPB

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Sim
Reforma administrativa, com redução de direitos	Não
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Sim
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Ausente
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Sim
Quebra da estabilidade do servidor público	Não
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Sim
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Sim
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Não
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Sim

Nota: 3

Deputado catarinense, engenheiro civil, vai para seu segundo mandato federal. Foi secretário municipal de Planejamento e Fazenda, (84-94), diretor da Associação dos Funcionários Fiscais (85-87) e presidente do Sindicato Dos Fiscais de Mercadorias em trânsito de Santa Catarina (91-94). Ligado politicamente ao senador e agora governador Esperidião Amin, pertence à bancada ruralista. (91-94). VOTAÇÃO: 75.144 votos.

Deputado catarinense, advogado, publicitário e radialista, cumpre seu primeiro mandato federal. Liberal, é filho do presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen. Representante da região da Grande Florianópolis, pertence a uma das famílias mais influentes do Estado. Centro-direita, é defensor da economia de mercado. Bom debatedor, é vice-líder do PFL na câmara dos deputados. VOTAÇÃO: 61.254 votos.

Paulinho Bornhausen - PFL

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Sim
Reforma administrativa, com redução de direitos	Sim
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Sim
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Não
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Sim
Quebra da estabilidade do servidor público	Sim
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Sim
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Não
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Sim
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Sim

Nota: 0

Paulo Gouvea - PFL

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Sim
Reforma administrativa, com redução de direitos	Sim
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Sim
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Não
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Sim
Quebra da estabilidade do servidor público	Sim
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Sim
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Não
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Sim
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Sim

Nota: 0

Deputado, gaúcho, advogado, cumprirá seu segundo mandato federal. Foi Secretário da Educação (1983), de Administração (83-85), de transportes e obras do estado (91-94) e ainda, secretário municipal de planejamento de Blumenau (89-90). Político conservador, foi muito ligado ao finado senador Wilson Kleinübing. Vinculado à indústria Têxtil do Estado, declara-se social-liberal. VOTAÇÃO: 72.804 votos.

Paulo Bauer - PFL

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Sim
Reforma administrativa, com redução de direitos	Ausente
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Sim
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Não
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Sim
Quebra da estabilidade do servidor público	Sim
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Sim
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Não
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Sim
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Sim

Nota: 0

Deputado catarinense, administrador de empresas, cumpre seu segundo mandato federal. Foi deputado estadual (87-91) e secretário de Educação do Estado de Santa Catarina (91-94), alinhado à bancada ruralista, é um político conservador.

Hugo Biehl - PPB

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Sim
Reforma administrativa, com redução de direitos	Sim
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Sim
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Não
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Sim
Quebra da estabilidade do servidor público	Sim
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Sim
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Não
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Sim
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Sim

Nota: 0

Deputado catarinense, administrador e técnico agrícola, cumprirá seu terceiro mandato federal. Ex-deputado estadual, foi presidente da Associação Profissional dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina. Um dos principais líderes da bancada ruralista, coordena seus trabalhos e organiza sua agenda de reivindicações. Conservador, presidiu na última legislatura a Comissão de Agricultura na Câmara. Centro direita, destaca-se como articulador. VOTAÇÃO: 91.815 votos

João Matos - PMDB

Projetos votados na Câmara	Voto
Idade mínima para aposentadoria pelo INSS	Sim
Reforma administrativa, com redução de direitos	Ausente
Extingue o Regime Jurídico Único no serviço público	Ausente
Recomposição das perdas dos aposentados desde 1991	Ausente
Redutor de até 30% no salário do servidor inativo	Não
Quebra da estabilidade do servidor público	Ausente
Idade mínima para aposentadoria do servidor	Sim
Irredutibilidade da remuneração do servidor	Ausente
Redução salarial do servidor em disponibilidade	Ausente
Aumento no tempo de serviço p/ aposentadoria	Sim

Nota: 2

Deputado catarinense e administrador de empresas, foi reeleito para seu segundo mandato. Foi deputado estadual por dois mandatos (1987-1985), secretário municipal de Educação, Ibirama, SC e secretário da Educação e Desporto do Estado (1995-98). VOTAÇÃO: 56.226 votos.



O World Trade Center e a famosa Quinta Avenida (acima), repleta do chauvinismo americano

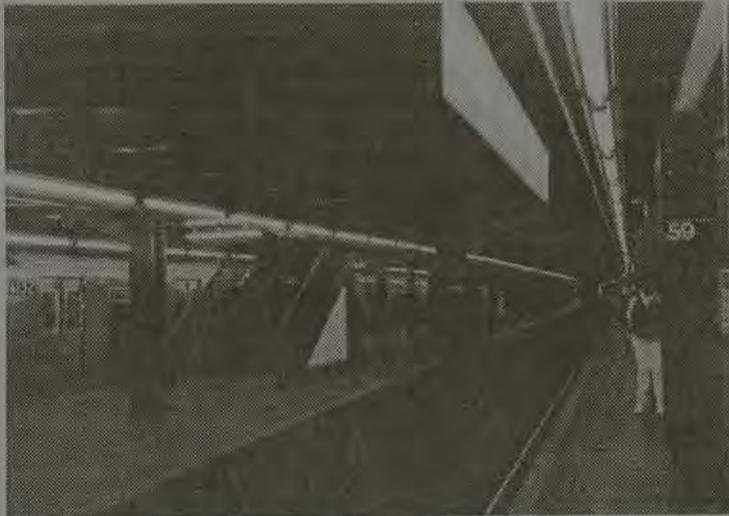


Um ensaio fotográfico em Nova York pode tratar de muitos temas. Tentar mostrar um pouco da cidade através de alguns pontos referenciais, abordar o estilo das pessoas, mostrar a sofisticação de museus e da arquitetura. Para alguém com uma câmera na mão é difícil resistir às nuances da cidade. O que só uma metrópole como a Big Apple poderia proporcionar, mas também o lado humano da vida dos nova-iorquinos. Seu lazer, brindado pelo magnífico Central Park, seu patriotismo, seu cotidiano. Nova York como centro de produção e influência universal. NY por ela mesma, pela realidade de uma cidade aberta ao mundo que mantém uma característica própria, tão bela e cruel como qualquer lugar de seu porte, *but in the New York style.*

NEW YORK



Fotos: Felipe Bezerra



Igrejas em meio a prédios, o Jazz como música de rua no Central Park, a figura do pregador, o metrô e planos gerais de uma cidade em movimento



INDONÉSIA

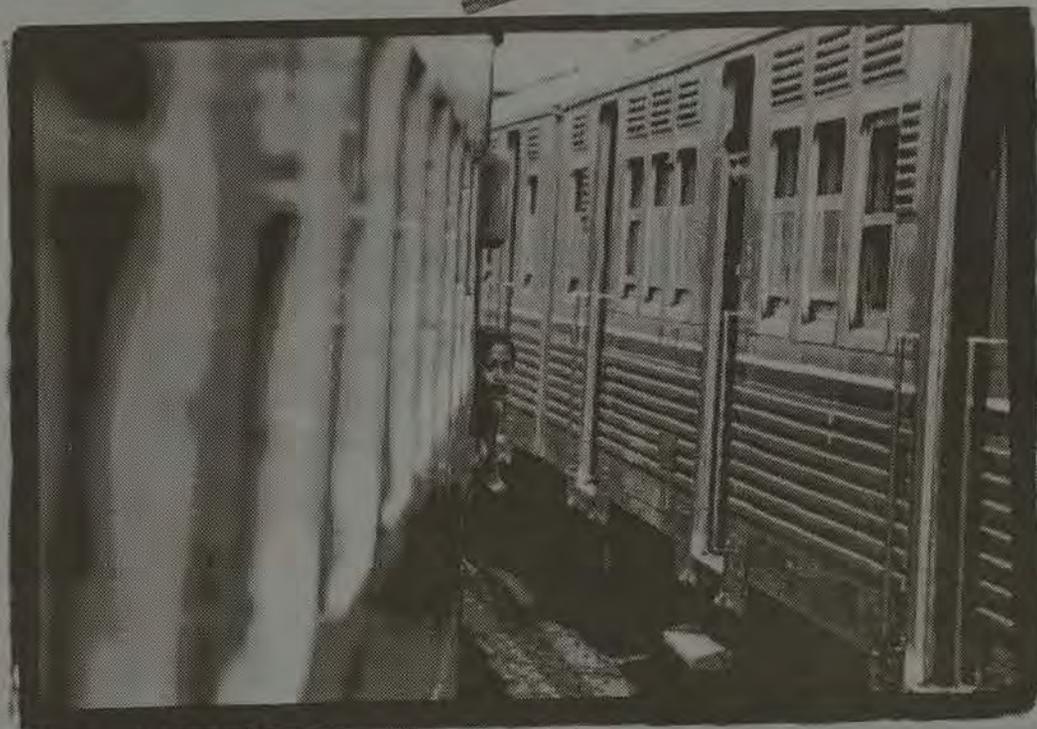
Nas sombras de um vulcão

Dois anos trabalhando no setor comercial da embaixada brasileira na Indonésia, 166 filmes de 36 poses, 2000 fotos em preto e branco, 4000 coloridas e 228 metros de filme. Com estes números o fotógrafo amador Luiz Mazzon trouxe para Florianópolis o ensaio *Indonésia: Sombras de um país*, exposto no Centro Integrado de Cultura (CIC).

Nascido há 27 anos, em Criciúma, Luiz Mazzon interessou-se por fotografia desde menino. Sua vida, porém, sempre passou longe da arte. Estudou Direito, Administração, trabalhou como consultor de empresa no eixo Rio - São Paulo até que foi convidado para fazer parte da equipe comercial da embaixada brasileira. Como gostava de viajar, aceitou o convite e acabou indo para Jacarta, na Indonésia. Apaixonou-se pela paisagem exótica da cidade e realizou seu primeiro ensaio fotográfico com tema específico. Voltando para o Brasil, abandonou a rotina e resolveu viajar pelo mundo. Durante os meses em que esteve fora, conheceu e reproduziu através de suas lentes lugares como Nepal, Jordânia, Egito e Tailândia.

Apesar da paixão pela fotografia, Luiz Mazzon não pensa em largar tudo para viver de arte: o que ele quer é seguir adiante com sua profissão e manter a fotografia como atividade paralela. No último dia de novembro, o fotógrafo amador partiu à Itália para estudar Economia Internacional e Administração. Desta sua viagem de estudos, Luiz Mazzon promete trazer não só o diploma de mestre como também - e principalmente - um novo ensaio fotográfico, desta vez retratando Milão.

Jade Gandra Martins



ZERO